

REVISTA DO GEL

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

Grupo de Estudos Linguísticos
do Estado de São Paulo

REVISTA DO GEL

ISSN 1984-591X

Revista do GEL	São Paulo	v. 9	n. 2	p. 113	2012
----------------	-----------	------	------	--------	------

Diretoria do GEL / 2011-2013

Universidade de São Paulo
Presidente: Ieda Maria Alves
Vice-Presidente: Manoel Luiz Gonçalves Corrêa
Secretária: Giliola Maggio
Tesoureira: Olga Ferreira Coelho

Revista do GEL

revistadogel@gmail.com
<http://www.gel.org.br/revistadogel>

Comissão Editorial Executiva

Alessandra Del Ré
Fabiana Komesu
Flávia B. M. Hirata-Vale
Gisele Cássia de Sousa
Luciana Gimenes
Olga Ferreira Coelho
Ruth Lopes

Editoras responsáveis

Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale
Gisele Cássia de Sousa

Revisão e Normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira
Daniel Peres de Oliveira
Maria de Fátima de Almeida Baia

Diagramação

Selma Consoli - MTb 28.839

Conselho Editorial

Antônio Alcir Bernárdez Pécora (Unicamp), Carlos Subirats Rüggeberg (Universidade de Barcelona), Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran (Unesp-Assis), Danilo Marcondes Souza Filho (PUC-RJ), Evani de Carvalho Viotti (USP), Helena Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Jacques Fontanille (Universidade de Limoges), José Borges Neto (UFRJ), Kanavilil Rajagopalan (Unicamp), Lourenço Chacon (Unesp-Marília), Marco Antônio de Oliveira (UFMG), Maria Célia de Moraes Leonel (Unesp-Araraquara), Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora), Maria Irma Hadler Coudry (Unicamp), Marta Luján (Universidade do Texas-Austin), Mirta Groppi A. de Varella (USP), Otto Zwartjes (Universidade de Amsterdã), Pierre Swiggers (Universidade Católica de Louvain), Raquel Santana dos Santos (USP), Renata Maria Faccuri Coelho Markezan (Unesp-Araraquara), Roberto Gomes Camacho (Unesp-SJRP), Wilmar da Rocha D'Angelis (Unicamp).

Publicação semestral

Solicita-se permuta/Exchange desired

Revista do GEL / Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Vol. 1 (2004).
São Paulo: Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 2004-

Semestral
ISSN 1984-591X

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL

ARTIGOS / ARTICLES

OBSERVAÇÕES SOBRE A DISCUSSÃO DE DOMINIQUE MAINGUENEAU A PROPÓSITO DO PROBLEMA DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

*NOTES REGARDING DOMINIQUE MAINGUENEAU'S DISCUSSION CONCERNING THE PROBLEM OF DISCURSIVE
FORMATIONS*

Jefferson VOSS 7

A HIPOTAXE DE ADIÇÃO

THE HYPOTAXIS OF ADDITION

Táisa Peres de OLIVEIRA 25

ANÁLISE DISCURSIVA DE REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: O LUGAR DA MEMÓRIA DO FUTURO

DISCOURSE ANALYSIS OF SCIENTIFIC DIVULGATION MAGAZINE: THE MEMORY OF THE FUTURE AND ITS LOCUS

Angela Corrêa Ferreira BAALBAKI 46

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE

RELATIVIZATION STRATEGIES: TRANSPARENCY AND OPACITY

Roberto Gomes CAMACHO 67

#MARCARPORQUE — FUNÇÕES SOCIORRETÓRICAS DAS *HASHTAGS* NO *TWITTER*

#MARKWHY - SOCIO-RHETORICAL FUNCTIONS OF HASHTAGS ON TWITTER

Francisco ALVES FILHO, Bruno Diego de Resende CASTRO e Leila Rachel Barbosa
ALEXANDRE 85

ÍNDICE DE ASSUNTOS 111

SUBJECT INDEX 112

ÍNDICE DE AUTORES / *AUTHORS INDEX* 113

EDITORIAL

Este número da *Revista do GEL* traz artigos nos quais se debatem pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica do país, em diferentes perspectivas teóricas.

O primeiro artigo apresenta uma discussão teórico-metodológica a respeito da noção de formações discursivas na análise de *corpora* em análise de discurso (AD), de acordo com a perspectiva de Dominique Maingueneau. O autor discute a proposta de Maingueneau contrastando-a com a teoria do discurso de Michel Pêcheux, e conclui que, assim como em outros trabalhos que buscaram solucionar a questão do modo de se estabelecer um recorte de unidades de discurso, também a proposta de Maingueneau é problemática, uma vez que parece não levar em conta a complexidade dos processos discursivos e o funcionamento da contradição em objetos discursivos constitutivamente paradoxais.

O artigo seguinte, de natureza descritiva, toma como referencial teórico o funcionalismo, em uma de suas vertentes, para avaliar as orações introduzidas pelo conector *além de*, com o objetivo de identificar suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas. A autora sustenta que as orações introduzidas por esse conector expressam uma relação de adição, e, seguindo a proposta de M.A.K. Halliday, as considera como um tipo de hipotaxe de extensão.

No artigo “Análise discursiva de revista de divulgação científica: o lugar da memória do futuro” discute-se, a partir da análise de sequências discursivas da seção revista *Ciência Hoje das Crianças*, como são representadas imagens de criança, de cientista e de sua profissão. A autora postula que, nesse discurso, alimenta-se o imaginário de um futuro atrelado a uma profissão de cientista, uma profissão socialmente prestigiada, promovendo uma construção imaginária de futuro promissor para os futuros-cientistas.

O artigo seguinte também se dedica à análise descritiva de um fenômeno linguístico do português, nesse caso, das diferentes estratégias de relativização disponíveis na gramática dessa língua. A hipótese do trabalho é de que a seleção entre as diferentes estratégias é motivada por um grau maior ou

menor de transparência entre forma e conteúdo, o que implica, paralelamente, grau maior ou menor de facilidade no processamento cognitivo. O autor considera, então, que existe uma escala hierárquica em termos de maior ou menor grau de facilidade de processamento cognitivo.

O último artigo deste número trata de um gênero da contemporaneidade, o *Twitter*, e o uso de um caractere específico, a *hashtag*, examinando suas funções sociorretóricas. Os autores verificaram que as *hashtags* realizam atividades discursivas que dependem de fatores diversos como a relação entre o perfil e a *hashtag*, um acontecimento relevante na sociedade, mobilização social e outros. Sua avaliação é a de que, a partir do estudo dessas marcas, é possível entender as potencialidades de interação e ação sociorretóricas disponibilizadas pelo *Twitter*.

Com a publicação deste número, esperamos dar continuidade à missão desta Revista, contribuindo para as áreas em que se insere, ao discutir temas atuais e que concorrem para divulgação da pesquisa que se faz em nível nacional. Esperamos, ainda, ter superado os problemas técnicos por que vimos passando, mas que nos mostram que certamente temos desafios a enfrentar, advindos, principalmente, da necessidade de adequação dos periódicos aos novos sistemas de gerenciamento e avaliação.

Gostaríamos de agradecer imensamente à diretoria do GEL, pelo apoio sempre constante, à equipe de editoração e revisão, pelo trabalho criterioso, e aos autores, pela confiança depositada nesta Revista.

Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale
Gisele Cássia de Sousa
Editoras Responsáveis
junho de 2013

OBSERVAÇÕES SOBRE A DISCUSSÃO DE DOMINIQUE MAINGUENEAU A PROPÓSITO DO PROBLEMA DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Jefferson VOSS¹

RESUMO: O presente texto ensaia uma discussão a respeito dos problemas suscitados pela discussão teórico-metodológica oferecida por Dominique Maingueneau (2008a) relativamente ao tratamento das formações discursivas na análise de *corpora* em análise de discurso (AD). No texto, oferecemos desde uma breve contextualização do problema que a noção de formação discursiva representa para a AD até a análise de um enunciado a fim de discutir a proposta teórico-metodológica de Maingueneau (2008a). Conflitando esta proposta de Maingueneau à teoria do discurso de Michel Pêcheux, resulta de nossa reflexão a conclusão de que, assim como em outros trabalhos que procuraram soluções para os modos de recorte de unidades de discurso, também a proposta de Maingueneau é problemática na medida em que ignora a complexidade dos processos discursivos e o funcionamento da contradição em objetos discursivos constitutivamente paradoxais.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Discursiva. Unidades Tópicas e Não Tópicas. Contradição. Dominique Maingueneau.

Introdução

Dado um dos objetivos que atualmente norteia nossa pesquisa, qual seja o de definir e narrar modos de emprego da noção de formação discursiva (FD) na história da AD no Brasil e na França, nossa discussão no presente texto focaliza os limites dessa noção tal qual é desenvolvida por Dominique Maingueneau (2008a) em uma discussão quase que recente sobre as abordagens teórico-metodológicas que ensaiam isolar e definir formações discursi-

¹ Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp, em Campinas, São Paulo, Brasil. jeffersonvoss@yahoo.com.br

vas (FDs). Dessa forma, a partir do arranjo teórico-metodológico específico que Maingueneau oferece para a noção de FD e para as unidades do discurso, problematizamos seu alcance na tentativa de avaliar um dispositivo teórico-analítico que possa ser aplicado a partir dele.

Nosso itinerário começa por uma discussão sobre a recepção da noção de FD no Brasil e os problemas que geralmente são suscitados a seu respeito: o da dupla paternidade da noção, o da máquina de derivação enunciativa na qual a noção pode resultar e o dos excessos taxionômicos que a descrição de FDs, às vezes, acarreta. Na sequência, brevemente comentamos algumas das razões da insistência em se empregar, no Brasil, a noção de FD. Apesar de especular algumas razões mais negativas e que acusam certo descuido na recepção dos textos franceses, assumimos que a insistência é muito mais um índice de condições históricas e conjunturais muito específicas que agenciam um modo particular de se produzir teoria do discurso no Brasil.

A terceira parte do texto é, enfim, reservada à discussão específica sobre a organização teórico-metodológica de Maingueneau (2008a). O autor tenta organizar critérios para a distinção entre formações discursivas, posicionamentos, gêneros do discurso e percursos interpretativos. Para tanto, Maingueneau divide as unidades do discurso em unidades tópicas e não tópicas. A formação discursiva é, para o autor, uma unidade não tópica, na medida em que os discursos organizados por uma FD não estão filiados a um aparelho ideológico ou a uma instituição. Para Maingueneau, o que define uma FD é o fato de não haver fronteiras institucionais que determinam seu funcionamento. As formações discursivas são, por sua vez, ainda divididas em unifocais e plurifocais.

O texto chega ao fim com a apresentação da análise de um enunciado. A análise tem por objetivo testar os limites do arranjo teórico-metodológico de Maingueneau (2008a). Com a descrição do funcionamento de um enunciado homofóbico, procuramos verificar a possibilidade de se tratar a FD como uma unidade não tópica unifocal ou plurifocal. Por fim, recorrendo a algumas fórmulas da elaboração pecheutiana da teoria do discurso, problematizamos principalmente o modo como os efeitos da contradição no funcionamento discursivo não são explorados nesta discussão de Maingueneau.

Formação discursiva: o problema das unidades do discurso

Não é nova a discussão sobre o problema que a noção de formação discursiva representa para a AD. Mesmo Pêcheux (2006 [1983²]), na década de 1980, já havia alertado sobre os riscos trazidos pelo uso indevido e indiscriminado da noção. Máquina discursiva de assujeitamento é como Pêcheux chamava o dispositivo que, centrado na noção de FD, estava voltado à repetição estrutural do Mesmo e ao apagamento do acontecimento discursivo.

No Brasil (mas também na França), muito já foi e tem sido discutido sobre os limites da noção e suas implicações em análise de *corpora* de arquivo. Essas discussões sempre acabam problematizando os mesmos pontos, sumarizados, principalmente, nestes que enumeraremos: a) deve sempre ser lembrada a dupla paternidade da noção, ela é de Foucault e de Pêcheux (BARONAS, 2007; GREGOLIN, 2006); b) ora Pêcheux, ora Foucault é culpado de desenvolver a noção como uma máquina de regularidades/homogeneidades discursivas (INDURSKY, 2005); e c) a noção provoca um excesso de usos taxionômicos que apaga a complexidade do funcionamento dos processos discursivos (MALDIDIER, 2003; MALDIDIER, 2011; GUILHAUMOU, 2007). Gostaríamos de discutir muito brevemente cada um desses pontos, não no sentido de solucioná-los ou garantir-lhes um desfecho teórico, mas no intuito de permitir, talvez, novas reflexões.

A propósito da dupla paternidade da noção, parece muito claro se tratar de um tema que já rende, atualmente, pouca discussão. Primeiramente, porque Pêcheux já esclareceu, em mais de um dos últimos textos que escreveu, que a noção veio de Foucault. Imaginamos que não há mais dúvida sobre a paternidade da noção: foi criada por Foucault, em *A Arqueologia do Saber* (2008 [1969]), no intuito de, em um percurso autocrítico, substituir a ideia de *episteme* e mostrar que os saberes se constituem a partir de relações heterogêneas em práticas de diversas ordens, inclusive aquelas não discursivas que têm a ver com saberes sem estatuto *científico*. Pêcheux faz uso da noção com um objetivo bastante parecido – o que ele mesmo admite em 1984 (PÊCHEUX, 2011 [1984]): o objetivo de refletir sobre certas unidades discursivas que organizam mais ou menos os discursos, que lhe garantem mais

² Para facilitar a leitura, colocaremos alguns dos anos de publicação original dos textos entre colchetes.

ou menos uma identidade sem estarem ligadas a um ponto de integração na história.

O que talvez ainda possa ser discutido é o quanto de Foucault deve ser trazido para a AD quando for o caso de dizer sobre a noção de FD nas análises. Já foi do interesse de Voss e Navarro (2011), por exemplo, refletir sobre a abrangência da noção em *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008 [1969]), já que, aparentemente, sempre que Foucault era (ou é?) chamado a falar sobre a noção de FD, havia (ou há?) uma insistência muito grande em dizer sobre certa *regularidade na dispersão de enunciados*, sem aprofundar o leque de outras categorias analíticas que Foucault (2008 [1969]) cria para garantir a descrição de uma FD.

Para resumir, digamos que, primeiramente, na tentativa de assumir a paternidade foucaultiana e de investir nela, há muito mais para se dizer sobre uma FD que sobre seu estatuto de sistema de dispersão. O método arqueológico oferece uma grande organização de categorias analíticas para a descrição de FDs – o que impede que toda a abrangência da noção seja sintetizada em um único parágrafo de *A Arqueologia* (FOUCAULT, 2008 [1969]), presente no capítulo “As formações discursivas”. Uma segunda alternativa seria a de, até certo ponto, abandonar *A Arqueologia do Saber* e assumir outros pontos das discussões da obra de Foucault, uma vez que o projeto arqueológico dá vez, entre outras coisas, às discussões de Foucault sobre a sistemática de funcionamento do poder na sociedade ocidental.

De acréscimo, ainda sobre a questão da paternidade, parece-nos inócuo, na posição de analistas de discursos, admitir que seja de uma importância tão grande descobrir o lugar de *origem* de uma noção ou conceito. Como bem sabemos, a partir tanto de Foucault (2007 [1966]) quanto de Pêcheux (2006 [1983]), a questão da autoria independe propriamente de um sujeito empírico precursor de uma *ideia*, uma vez que tanto o autor quanto sua obra estão estritamente vinculados a condições muito específicas de formulação e de circulação de saberes; por isso a inocência ao se defender a paternidade de uma noção vinculando-a a um nome próprio, uma vez que muito mais importante é a circulação dessa noção vinculada a um lugar de autoria que se constitui histórica e conjunturalmente.

O segundo ponto, aquele a respeito do culpado pela máquina de regularidades/ homogeneidades discursivas, também não parece ser um caso que gere tantos problemas para a AD. O cerne de uma discussão como essa é que

o objetivo de Foucault, ao hipoteticamente ignorar a categoria de contradição, poderia levar à descrição homogênea dos discursos – o que, no caso de Pêcheux, não aconteceria (INDURSKY, 2005) – ou vice-versa: a FD teria sido relegada por Pêcheux a uma maquinaria discursiva e isso ignoraria a dispersão da qual tratava Foucault. Contudo, imaginamos que o problema também já tenha sido resolvido pelo próprio Pêcheux. Em um texto de 1984, Pêcheux (2011) dialoga com *a evolução autocrítica* do trabalho de Foucault e enfatiza similaridades entre a proposta arqueológica de FD e as matrizes de sentido conceituadas em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 2009 [1975]).

Nesse mesmo texto de 1984, além de, mais uma vez, atribuir a Foucault a paternidade da noção de FD, Pêcheux (2011 [1984], p. 157) ainda reconhece na noção “uma concepção materialista da discursividade na qual os efeitos do interdiscurso não se resolvem em um ponto de integração, mas se desenvolvem em contradições”. Esse é um texto muito interessante de Pêcheux, pois mostra uma outra leitura que o precursor da AD fazia de Foucault em seus últimos trabalhos.

Além disso, sobre esses dois primeiros pontos e de forma geral, não se pode ignorar que há uma postura bastante reducionista na tentativa de dizer quem é o *melhor* autor para tratar das heterogeneidades discursivas ou que o primeiro a falar de FD é o que tem *poder* sobre a noção. Na verdade, noções e conceitos só existem no cerne da teoria em que eles são erigidos. Assim, a noção de FD tem peculiaridades que a restringem a certo modo de existência tanto na obra de Foucault quanto na de Pêcheux, assim como adquirirá diversas outras peculiaridades ao ser reinterpretada mais tarde em conjunturas diferentes. Talvez não se trate de estabelecer quem falou primeiro ou como, mas de indicar a produtividade teórica da noção no projeto teórico em que ele está inscrito.

No que diz respeito, enfim, ao terceiro ponto, sobre a utilização taxionômica da noção de FD, este é um dos que mais nos interessa, pois tem a ver com os critérios de definição daquilo que é uma FD. As acusações sobre o uso indevido da noção de FD aparecem principalmente em Maldidier (2003, 2011), mas é também Maingueneau (2008a) quem mais tarde volta a tocar na questão. Diz Maldidier (2011, p. 50): “Não trabalhada com outros conceitos e deles isolada, a noção de FD amiúde suscitou derivas taxionômicas, antípodas da dimensão histórica que deveria justificá-la”. Ou seja, se, por um lado, grande parte do método arqueológico é esquecida para se falar de FD do pon-

to de vista foucaultiano (VOSS; NAVARRO, 2011), por outro lado, também todo um conjunto de noções pecheutianas parece não ser evocado quando do delineamento de uma FD.

Ao contrário dos dois outros pontos que brevemente discutimos acima, este ainda tem assombrado bastante os analistas do discurso. Isso porque ele não diz respeito somente a uma discussão teórica, mas a um passo fundamental de qualquer análise que considere a possibilidade de organizar os processos discursivos e traçar, a partir deles, unidades do discurso.

Já remonta de Foucault (2008 [1969]) o problema das unidades e ele é um problema central ao se tratar de FDs. Solução que soa paradoxal (MAINGUENEAU, 2008a), a criação da noção de formação discursiva coincide com uma tentativa de negar que os discursos possuam unidades. Talvez por isso o uso taxionômico seja tão perigoso, pois ele diminui a complexidade dos discursos, diminui suas relações e, por isso, vai em uma direção contrária (ou pelo menos muito problemática) aos projetos teóricos desenvolvidos por Pêcheux e Foucault.

As derivas taxionômicas e a tentativa de delimitar unidades de discurso parecem não possuir diretrizes fixas de descrição de *corpora*. Há desde quem fale de *formação discursiva capitalista* ou *de esquerda/direita* ou *religiosa* até aqueles que descrevem a *formação discursiva de FHC/Lula* ou *do professor* ou *da mídia*. Não vamos citar trabalhos que fazem/fizeram esses usos, mas podemos garantir que uma rápida pesquisa em plataformas de busca *online* apontará vários deles.

Isso revela prioritariamente duas coisas: a) que não há mesmo critérios para a definição do que seja, no real da história, uma formação discursiva (e, portanto, uma formação ideológica e social); e b) a noção de formação discursiva é ainda muito cara à AD, já que grande parte das análises realizadas desemboca na delimitação de uma ou várias formações discursivas. No próximo item, discutimos esse apego à noção e, no terceiro item, apresentamos a tentativa de Maingueneau para o estabelecimento de critérios para a organização das unidades do discurso e para a definição do que sejam FDs.

A insistência na noção de FD

Na história da AD na França, a noção de FD, apesar de ter sido um dos conceitos-chave da AD durante a década de 1970 (durante, inclusive, um

curto período), sofre um grande declínio e cai em desuso já na década de 1980 (GUILHAUMOU, 2007). No Brasil, contudo, a tendência, desde sempre, se mostrou ser outra. Os analistas de discurso, principalmente os mais apegados ao projeto teórico de Michel Pêcheux, nunca abandonaram a noção e ainda fazem dela um ponto de chegada das análises. Rapidamente, podemos especular algumas razões para isso.

Primeiramente, podemos comentar, por exemplo, a problemática recepção dos textos franceses no Brasil. De modo que as traduções não obedeceram à ordem de divulgação dos textos na França, algumas nuances da história da AD e de sua relação com a noção de FD poderiam ter passado despercebidas aos olhos das análises brasileiras. Exige-se, é certo, um trabalho muito cuidadoso de leitura dos textos para que toda a história da AD e de seus percalços seja apreendida no Brasil (país que já conta com uma história própria da AD). Há textos de Pêcheux, como os da coletânea de Orlandi (2011), que só foram chegar traduzidos às mãos do leitor brasileiro em 2011.

Também os manuais de AD poderiam, de certa forma, ter aflorado a insistência em manter a noção de FD sempre viva e operante. Todos os manuais introdutórios da disciplina trazem a noção de FD como uma das noções operacionais mais importantes para a montagem de dispositivos teóricos em AD. Exemplos claros são os dos três manuais que mais circulam no Brasil atualmente: Brandão (2004), Orlandi (2003) e Fernandes (2005). Ou talvez também a própria popularidade que a AD ganhou no Brasil – aliada à circulação dos manuais – tenha alavancado o estatuto da noção de FD.

Contudo, não obstante tais especulações, é importante lembrar que o Brasil é um dos países que mais levou a sério as reflexões de Pêcheux sobre as relações entre a produção de sentidos na/pela língua e os modos de produção a que as sociedades estão submetidas. Dessa forma, o apego à noção de FD não sugere uma consequente falha na leitura que é feita dos trabalhos de Pêcheux, tampouco sugere leituras reduzidas a manuais. De fato, a insistência em conceitos supostamente já ultrapassados – não só o de FD, mas os de condições de produção do discurso e também de formações imaginárias – parece indicar, na verdade, uma grande seriedade em enfrentar os desafios que os textos de Pêcheux trazem para a AD. Assim, mesmo havendo tal apego à noção, não se pode afirmar que ela é empregada tal qual a *máquina estrutural voltada à repetição* que Pêcheux (2006 [1983]) já criticara.

As propostas tanto de Pêcheux (2010 [1983]) quanto de Courtine (2009 [1981]) para uma reviravolta no modo de abordagem dos *corpora* foram incisivamente levadas a cabo pela AD brasileira. Desse modo, não se reconhece mais, em uma formação discursiva, uma identidade de sentidos fechada nela mesma, de modo a compor um bloco ou unidade imanente. Recorrendo sempre às reflexões de Pêcheux em seus últimos textos, as análises têm levado em conta as relações ideológicas desiguais que atravessam os discursos e que constroem objetos paradoxais neles e a partir deles. Ou seja, mesmo se tratando de projetos que se propõem à leitura de Pêcheux, já se trata de um *outro Pêcheux*, uma vez que ele é lido tanto em relação a seus últimos textos quanto em relação às produções brasileiras e francesas que já discutiram os limites de sua teoria discursiva.

Apesar de ser cedo ainda em nossa pesquisa para poder especular sobre o assunto, há ainda de se considerar as condições históricas e as conjunturas específicas que, em solo brasileiro, levaram a um desenvolvimento mais ou menos próprio da análise de discurso e, por consequência, a um percurso diverso na ancoragem dos pesquisadores a autores, textos e conceitos. A insistência em noções supostamente ultrapassadas da AD pode estar relacionada a questões conjunturais e históricas específicas que alicerçam a formulação e circulação de saberes – ou, mais propriamente, de ideias linguísticas e discursivas – no Brasil.

A alternativa metodológica de Maingueneau

Dominique Maingueneau é um analista de discurso que se mostrou bastante inquieto frente ao problema da livre circulação da noção de FD. Sua análise não se estende ao Brasil, mas permite experimentar o cenário vivido pela França em relação ao emprego da noção.

Em Maingueneau (2008a), encontramos uma discussão interessante sobre os problemas na conceituação e aplicação da noção de formação discursiva em AD. Admitindo que “[...] atualmente [na França³], os analistas

³ Como já havíamos dito acima, a AD brasileira mostra uma tendência forte de se ancorar em seus *fundadores* franceses. O intuito, margeado por um lugar de enfrentamento do político, é sempre o de construir uma via de escape da semântica formal e mostrar que muito dos efeitos de sentido produzidos pelos textos têm uma relação estreita com os processos de subjetivação do homem relativamente à história e aos modos de produção econômica e intelectual. Contudo, essa leitura dos *fundadores* traz todas as particularidades de uma produção epistemológica ex-colonial e, portanto, é bastante distinta da leitura *francesa*.

de discurso estão longe das linhas programáticas de Foucault e Pêcheux”, Maingueneau (2008a, p. 15) considera que “[...] na maioria das vezes emprega-se ‘formação discursiva’, nas situações em que o analista [se] depara [com] um conjunto de textos que não corresponde a uma categorização clara”.

Além de denunciar a falta de clareza que há na utilização do termo, Maingueneau ainda critica o modo pelo qual a noção é aplicada, como se sua designação fosse evidente. Para argumentar a favor de sua posição, o autor oferece exemplos que mostram o uso espontaneísta e bem variável da expressão *formação discursiva*. Os exemplos são bastante semelhantes àqueles que apresentamos no final da primeira seção deste texto.

Depois de discutir a dupla paternidade da noção de FD e sua fissura constitutiva nos trabalhos tanto de Pêcheux (2009 [1975]) quanto de Foucault (2008 [1969]), Maingueneau (2008a) oferece uma alternativa para reorganizar a relação entre tipos, gêneros e campos discursivos, posicionamentos e FDs. Sua proposta é a de considerar que há dois tipos de unidades de discurso, duas possibilidades de organizar os discursos: em *unidades tópicas* e em *unidades não tópicas*.

As unidades tópicas são aquelas regidas prioritariamente pelas instituições às quais os discursos estão relacionados. Já as unidades não tópicas não estão ligadas a lugares institucionais definidos. Excluindo a noção de posição, relevante para Pêcheux e referente à luta de classes, e passando a tratá-la como posicionamento em um campo discursivo (sem aquela conotação), Maingueneau (2008a) reelabora as fronteiras da noção de FD.

As unidades que o grupo em torno de Pêcheux (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971) chamava de formação discursiva, Maingueneau as trata como posicionamentos no interior de um campo discursivo e institucional (uma unidade tópica territorial); por outro lado, formação discursiva (para ele, uma unidade não tópica) será uma categoria que serve justamente para caracterizar *corpora* que não se referem a uma instituição, como é o caso do discurso racista, do discurso colonial e do discurso patronal – exemplos apresentados pelo autor.

Maingueneau (2008a) oferece uma problematização do estatuto da FD, uma tentativa de organização do problema e uma discussão sobre a relação entre FD e organização de *corpora*. Além disso, ele reconfigura a noção, desligando-a de seu equivalente na obra de Pêcheux – o posicionamento – e inclusive admite a existência de FDs plurifocais que, no limite, respondem à heterogeneidade constitutiva do discurso. Entretanto, apesar de ser um texto

sintomático a respeito dos problemas suscitados pela má definição da noção de FD, não há nele explicitação dos critérios que definiriam a regularidade do foco (ou dos focos, no caso de FDs plurifocais) que une diferentes textos de diversos gêneros por meio da *onipresença* de um discurso *inconsciente que une a fala dos locutores* (MAINGUENEAU, 2008a, p. 19). A reconfiguração de Maingueneau para FD, nos parece, acaba deixando a noção ainda mais ampla ao desligá-la de uma instituição de referência e tratá-la como foco comum que atravessa um discurso não tópico.

Se a FD, ao contrário do posicionamento, não pode ser definida em relação a uma instituição, fica a dúvida sobre de que critérios se valer para decidir que o *discurso racista*, o *discurso colonial* ou o *discurso patronal* são formações discursivas e, principalmente, para admitir que se trate de FDs diferentes. Dessa forma, imaginamos que a problemática levantada por Maingueneau e a solução que o autor apresenta também necessitam de maiores aprofundamento e esclarecimentos no caso de quisermos tomá-las como parte de um dispositivo teórico-analítico para a análise de discurso.

Também não é fácil mensurar o quanto a diferenciação entre FDs unifocais e plurifocais pode responder à problemática da contradição que está na base do funcionamento da maioria dos processos discursivos. Conceber que uma FD seja unifocal já não é, de antemão, compreender que há FDs que funcionam de maneira isolada, sem relação com outras FDs? Apesar de uma clara tentativa de fechamento da questão, Maingueneau acaba abrindo caminhos para algumas outras dúvidas.

Um enunciado, uma ideologia, uma formação discursiva?

A fim de aprofundar a discussão sobre essa elaboração teórica de Maingueneau (2008a), passaremos agora à análise de um enunciado. Nossa tentativa será a de especular sobre os limites dessa alternativa oferecida por Maingueneau (2008a) para a organização das unidades do discurso e para a definição do que seja uma formação discursiva. Trazemos para apreciação um enunciado que, *a priori*, não tem relação com nenhuma instituição: um enunciado homofóbico. Eis o enunciado, retirado de um *blog* que prega a cura para o *homossexualismo*:

- (1) *Assuma Jesus em sua vida e siga o caminho do verdadeiro arco-íris, a felicidade plena de viver a normalidade sexual*⁴.

Na esteira do que propõe Maingueneau (2008a), esse enunciado não é regido pelas determinações de um posicionamento (um gênero concernente a um aparelho), mas de uma formação discursiva, já que não há aparelhos que fixam as fronteiras de tal discurso. Como se sabe, os saberes contra os homossexuais – o discurso homofóbico – não são regidos por um aparelho institucional regulamentado que define regras de estabilização de sentidos (não há uma escola, uma igreja ou uma sede de partido político que dite, pelo menos oficial e diretamente, diretrizes para a homofobia). Assumamos, portanto, que a homofobia é mantida pelo funcionamento de uma formação discursiva: há algo, sem fronteiras definidas, que mantém uma unidade de sentidos mais ou menos estabilizados.

Cabe a nós, então, questionar, como segundo passo para uma análise, se se trata de uma FD unifocal ou plurifocal. Maingueneau (2008a) recorre rapidamente à noção de polifonia bakhtiniana para tentar explicitar essa diferença e apresenta o discurso racista como exemplo de uma FD unifocal. Nas palavras do autor:

A delimitação e o estudo dessas últimas [entidades como o “discurso racista”] implicam realmente a construção de *corpora* heterogêneos, mas os textos de gêneros diversos que se encontram assim reunidos são unificados em um nível superior por um foco único que os faz convergir: atrás da diversidade dos gêneros e dos posicionamentos que dizem respeito aos textos do *corpus* assim construído, encontra-se a onipresença de um “racismo” inconsciente que governa a fala dos locutores. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 19)

Em linhas gerais, uma FD unifocal é, pois, uma FD regida por uma única ideologia (um único ponto de vista), enquanto nas FDs plurifocais há a possibilidade de funcionamento de mais de uma ideologia em um mesmo conjunto de textos.

Somos instados, a partir dessa discussão de Maingueneau, a acreditar que há, portanto, uma relação biunívoca entre formação discursiva e ideologia (ou formação ideológica) e também que a ideologia seja algo estabilizado, sem contradições aparentes, sem fissuras constitutivas e que tenha sua iden-

⁴ Enunciado retirado do texto “Ajuda para quem quer sair do homossexualismo”, disponível em: <<http://migre.me/8bTXI>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

tidade fechada em si mesma. De certo modo, poderíamos afirmar, então, que Maingueneau, nesse seu exercício teórico, ignora alguns dos princípios materialistas que regeram o desenvolvimento da análise de discurso pecheutiana na França e que ainda regem boa parte da produção nacional.

Se uma FD unifocal é aquela em que, aparentemente, só uma ideologia funciona e faz com que os locutores falem, então o discurso homofóbico seria regido por uma FD unifocal. Contudo, o que dizer sobre os sentidos que falham? O que dizer sobre as relações desiguais e contraditórias que atravessam os enunciados? O que dizer sobre o complexo com dominante das formações ideológicas que põe o interdiscurso em funcionamento?

No enunciado (1), apresentado ainda há pouco, o encadeamento de efeitos de pré-construído e de sustentação⁵ mostra que o discurso homofóbico não é, em si mesmo, uma unidade fechada. O imperativo *Assuma Jesus* é invadido pela *posicionamento religioso*, em um efeito de identificação com um outro discurso, com o qual se mantém aliança (já que não é possível afirmar que a homofobia seja a mesma coisa que religião, apesar de haver nuances históricas entre os dois discursos). O elemento *Jesus* é apresentado como saber dado que concentra em si uma vasta memória sobre o que é *ser de Jesus* e *não ser de Jesus*. Uma grande cadeia de enunciados pode ser derivada simplesmente do imperativo *Assuma Jesus*:

- (2) *Quem está com Jesus, está do lado do bem*, que mantém relação tautológica com
- (3) *Quem não está com Jesus, está do lado do mal*; mas também
- (4) *Jesus já nos salvou, temos uma dívida com ele*, portanto
- (5) *Todos precisamos estar do lado de Jesus*.

Contudo, *Assuma Jesus* também nuança uma relação paradoxal com uma posição a favor da liberação sexual. O verbo *assumir* está intimamente ligado à temática, digamos, *gay* de *assumir sua identidade*, *assumir sua homossexualidade*, *assumir que é gay*. No enunciado (1), ao resgatar os sentidos que esse verbo carrega nessa outra posição, há um movimento de identificação com outro discurso seguido de uma contra-identificação: dou existência ao Outro no meu discurso para mostrar que sou diferente dele. O sentido de

⁵ As noções de efeitos de pré-construído e de efeitos de sustentação podem ser conferidas em Pêcheux (2009 [1975]).

assumir, se colocado em referência ao discurso ao qual está se opondo, é a própria negação do *assumir*. Uma anedota causada pela contradição manifesta: *assumir Jesus é não se assumir*, logo *assumir = não assumir = reprimir*.

A equivalência para *Assuma Jesus* poderia ser simplesmente *Jesus é bom*. Mas o funcionamento não é tão simples, porque exige que toda essa memória sobre as determinações das práticas religiosas cristãs seja resgatada para nos dizer o que é *de Jesus* e o que não é *de Jesus*. Algumas frentes evangélicas nacionais têm insistido veementemente que ser *gay* é *não ser de Jesus*, pois é travado um embate duro sobre o objeto mais paradoxal dessa luta ideológica: a *normalidade sexual*. Se já dizia Pêcheux (2009 [1975]) que as palavras mudam de sentido em referência à posição sustentada por aqueles que as empregam, a expressão *normalidade sexual* é uma das evidências de que os sentidos falham.

Na posição do enunciado (1), *normalidade sexual* é sinônimo de *heterossexualidade* – o que garante entender que, para a mesma posição discursiva, a *homossexualidade* (ou *homossexualismo*, como preferem tratar) é sinônimo de *anormalidade sexual*. Mas, de fato, há quem ache que *ser normal* também é atributo dos homossexuais, por isso o sentido da luta.

O caminho do verdadeiro arco-íris é outro elemento do enunciado (1) que mostra um efeito de identificação seguido de contra-identificação. Poderíamos até arriscar dizer que há também um simulacro funcionando na expressão. Primeiramente, há uma relação de determinação entre *verdadeiro* e *arco-íris*, no sentido de que se reconhece um elemento de outra posição que deve aqui ser combatido. O *arco-íris*, símbolo e bandeira do movimento LGBTT, é, no enunciado (1), determinado pelo adjetivo *verdadeiro*. Novamente, as duas posições entram em confronto na luta pelo sentido do mesmo objeto: a posição homofóbica se auto-denomina *o caminho do verdadeiro arco-íris* e, por consequência, acusa seu adversário de ser *o caminho do falso arco-íris*. Há a possibilidade de recorrermos, para a análise, ao imaginário cultural sobre o objeto *arco-íris*: colorido, alegre, feliz etc. A luta é por *esses* sentidos: uma posição *anti-gay* não admite positividade naquilo que representa seu adversário. Se o objeto *arco-íris* congrega esses sentidos positivos, então é necessário haver um *arco-íris* que seja *verdadeiro*, qual seja um *arco-íris* que não tenha ligação alguma com o *homossexualismo* a ser combatido.

O simulacro⁶ parece ocorrer na relação metonímica que a posição sustentada no enunciado (1) estabelece entre *arco-íris* e ser *gay*. Esse é o modo como a posição homofóbica lê a população homossexual: colorida, divertida, feliz etc. Há, de fato, uma contradição nesse ponto, já que, como dissemos no último parágrafo, a posição homofóbica precisa também desprender os caracteres positivos do movimento gay e substituí-los por coisas negativas. Contudo, ao mesmo tempo, também é necessário, para essa mesma posição, apagar o sentido da luta e do sofrimento vividos cotidianamente pelos homossexuais. A figura do gay precisa ser lida como uma figura divertida e feliz (afinal, o homossexual *nunca* enfrenta sofrimento algum no Brasil), mas também como uma figura errada e anormal (afinal, não é normal ser gay). Daí a necessidade de determinar o sentido de *arco-íris* com o adjetivo *verdadeiro*.

É como se o enunciado (1) acusasse a bandeira gay de ser uma espécie de Cavalos de Tróia: *é bonita, divertida, feliz, colorida e legal, mas quer te levar para o caminho da anormalidade e para longe de Jesus*. A fim de combater esse presente de grego, é que os efeitos de sustentação ganham vez no enunciado. Primeiramente, o adjetivo *verdadeiro* e, em seguida, uma relação apositiva entre *caminho do verdadeiro arco-íris* e *a felicidade plena de viver a normalidade sexual*. Não basta falar em *verdadeiro arco-íris*, também é preciso ressaltar no enunciado que se trata de não viver a *anormalidade sexual* que é o *homossexualismo*.

No aposto, há outro elemento que pode dar abertura para as falhas no sentido: o substantivo *felicidade*. O discurso homofóbico não pode dar vez ao sentido de que *ser homossexual* também é ser *feliz*. Daí a razão para *felicidade* também vir acompanhada de um adjetivo, *plena*. Não se trata da mesma *felicidade* (aquela colorida, alegre e descontraída) do *arco-íris gay*. O discurso religioso é novamente evocado pra dizer de uma tal *felicidade mundana*, que não é plena, não é completa, mas passageira e vazia.

Veja-se que o efeito de sustentação é requerido justamente porque se está conversando com outros discursos, o embate é direto. Só há necessidade de se falar em *verdadeiro arco-íris*, porque existe *outro arco-íris* que é preciso ser combatido; só se é instado a defender uma *felicidade plena* porque se enxerga a possibilidade de uma *outra felicidade* que, de fato, mesmo para essa posição, existe. E é nesse movimento que o discurso é equívoco e con-

⁶ A noção de simulacro da qual nos valemos é aquela apresentada por Maingueneau (2008b) em sua tese sobre a polêmica como interincompreensão.

traditório, pois ele defende que só se é *feliz* sob uma determinação social *X*, mas, ao mesmo tempo, deixa deslizar o sentido de que existe outra *felicidade*, outro modo de *ser feliz*.

Veja-se que tomamos o cuidado, durante esse exercício de análise, de não usar termos como *formação discursiva homofóbica*, *formação discursiva gay* ou *formação discursiva religiosa*, pois o nosso desafio tem sido exatamente o de tentar entender quais critérios eu posso utilizar ou não tal classificação de unidades discursivas. Mas ficou claro, de qualquer forma, que, independente do número de FDs e de quais sejam essas FDs, há mais de uma posição em jogo e, juntas, essas posições todas atravessam o funcionamento de um mesmo enunciado e o fazem produzir sentidos.

Considerações finais

Rascunhada essa pequena análise, podemos voltar a Maingueneau (2008a) para concluir nosso texto. Antes de mais nada, podemos afirmar que sentimos um desconforto teórico enorme ao dizer que um discurso como o homofóbico é orientado por uma FD unifocal. E, diga-se de passagem, o que fizemos foi uma análise não exaustiva de um único enunciado. Logo, parece improvável, a nosso ver, que um *corpus* extenso sobre alguma questão polêmica (como o discurso racista citado por Maingueneau [2008a]) seja mesmo orientado por um único foco que faz com que os textos convirjam em uma mesma ótica.

É importante ressaltar que Maingueneau fala em FD, como unidades não tópicas, no sentido de um eixo articulador de textos de gêneros diversos que serve, nos parece, exclusivamente como critério de organização de *corpora*. Contudo, se o procedimento for mesmo este, o trabalho do analista do discurso se inverte, já que a FD não será o ponto de chegada de uma análise, ou seja, a verificação de quais os movimentos de estabilização de sentidos que organizam as posições ideológicas; mas, ao contrário, a FD se tornará o ponto de saída, já que o pressuposto da existência de uma unidade discursiva é que permitirá reunir textos em torno de uma questão.

Além disso, entendemos que um ponto de vista teórico-metodológico como esse ignora boa parte da complexidade que a elaboração da noção de FD apresenta tanto nos trabalhos de Pêcheux quanto nos de Foucault. Essa aceção de FD parece não levar em conta, do lado de Pêcheux (2009), a

complexidade dos processos discursivos: suas falhas, suas relações desiguais e contraditórias e seus deslizos. Também não corrobora, do lado de Foucault (2008), o fato de que uma FD não é, para esse filósofo, uma garantia de unidade. Foucault (2008) fala insistentemente em relações diversas e de estatutos diferenciados e deixa muito claro, desde muito cedo no método arqueológico, que não pretende desenhar unidades do discurso, já que isso seria o trabalho de um historiador tradicional.

Temos a impressão de que, em Maingueneau (2008a), também se ignora o fato de que uma FD nunca se fecha sobre si mesma: os sentidos que ela orienta não são dados única e exclusivamente a partir dela. Como nossa análise mostrou, o sentido é sempre orientado pelas relações *entre* posições, relações estas que são dadas no funcionamento do interdiscurso – nos efeitos de articulação e de pré-construído. Sendo assim, parece ilusório estabelecer uma unidade *discurso homofóbico* sem estar atento às fissuras que ela sofre por parte dos outros discursos que lhe são constitutivos e sem os quais ela não teria razão de existência e de funcionamento.

É nesse sentido que não estamos certos de que a alternativa teórico-metodológica que Maingueneau (2008a) oferece para resolver o problema das unidades do discurso seja, em si, a solução da questão, pois imaginamos que a distinção entre FDs unifocais e plurifocais não consiga dar conta do funcionamento da contradição em objetos discursivos constitutivamente paradoxais. Além disso, a divisão entre unidades tópicas e não tópicas, apesar de ser um avanço ao constatar esses dois modos de organização discursiva, também não consegue abranger as múltiplas relações existentes entre os diversos processos discursivos e, por isso, histórico-ideológicos que constituem o funcionamento de uma cadeia de enunciados.

Agradecimentos: Ao CNPq, pela bolsa de doutorado, cujo processo é de número 151107/2011-4, e à Capes, pela bolsa de estágio sanduíche no exterior, cujo processo é de número 8753/12-1.

VOSS, Jefferson. Notes regarding Dominique Maingueneau's discussion concerning the problem of discursive formations. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 7-24, 2012.

ABSTRACT: *The following paper presents a discussion regarding the problems evoked by the theoretical and methodological debate offered by Dominique Maingueneau (2008a) concerning the handling of discursive formations when analyzing materials in discourse analysis (DA). In our paper, we bring a brief overview of the problem of discursive formation as a concept in DA. We also show an analysis of an utterance in order to discuss Maingueneau's theoretical and methodological proposition (2008a). By conflicting this proposition with Michel Pêcheux's discursive theory, it follows from our analysis the conclusion that Maingueneau's proposal, as well as other works which attempted to find any solution to the way of manipulating discourse unities, is equally problematic since it ignores the complexity of discursive processes and the functioning of contradiction in constitutively paradoxical discursive objects.*

KEYWORDS: *Discursive Formation; Topical and NonTopical Units; Contradiction; Dominique Maingueneau.*

Referências

BARONAS, R. L. Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In: _____. (Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 169-182.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

GUILHAUMOU, J. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, R. L. (Org.)

Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 105-117.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours*. **Langages**, Paris: Didier / Larousse, n. 24, p. 93-106, 1971.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 183-194.

MAINGUENEAU, D. Unidades Tópicas e Não Tópicas. In: _____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. A Inquietude do Discurso. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Org.) **Legados de Michel Pêcheux:** inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003.

ORLANDI, E. P. (Org.) **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Semântica de discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Análise do Discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 307-315.

_____. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p. 151-161.

VOSS, J.; NAVARRO, P. *Sobre o conceito de formação discursiva em Foucault e o tratamento de objetos da mídia*. In: POSSENTI, S.; BENITES, S. (Org.) **Estudos do texto e do discurso:** materialidades diversas. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 53-81.

A HIPOTAXE DE ADIÇÃO

Taísa Peres de OLIVEIRA¹

RESUMO: O objetivo principal deste trabalho é avaliar as orações introduzidas pelo conector *além de*, a fim de identificar suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas. Oações introduzidas por esse conector expressam uma relação de adição, aqui definida nos termos de Halliday (1985) como um tipo de hipotaxe de extensão. Observou-se que essas orações são altamente dependentes, ocorrem preferencialmente antepostas e atuam na constituição da estrutura tópico-comentário, desempenhando papel relevante para a distribuição da informação no texto.

PALAVRAS-CHAVE: Relação de adição. Hipotaxe de extensão. Dependência.

Introdução

A relação de adição é tema pouco explorado na literatura sobre articulação de orações. Fixada numa postura lógico-filosófica, a maioria dos estudos sobre adição parte do ponto de vista do raciocínio válido e da implicação material e trata a adição como uma operação lógica. Outros consideram ainda o caráter argumentativo da conjunção aditiva, numa abordagem mais ligada aos estudos da retórica. Em geral contempladas apenas na descrição de orações coordenadas e correlativas, pouco se sabe sobre orações subordinadas com valor de adição. Especificamente no português, ainda não há trabalhos que reconheçam a oração subordinada de adição.

Estudos sobre subordinação adverbial, especialmente para o inglês, apontam a existência de um subtipo de oração subordinada com valor de adição. Essa oração é atualizada pelos conectores *in addition to* e *besides*, no inglês. Esse tipo também é encontrado no espanhol, sendo verificado por orações introduzidas pelo conector *además*. Nesses casos, os conectores servem para introduzir uma oração que veicula uma situação adicional àquela expressa na oração principal. No português, caso semelhante parece ocorrer com as orações

¹ Curso de Letras – Campus de Três Lagoas – UFMS – Três Lagoas – Mato Grosso do Sul – Brasil. taisapoliveira@gmail.com

introduzidas por *além de*. É com o objetivo principal de analisar esse tipo oracional que se propõe o presente estudo.

O reconhecimento da subordinada de adição passa, em primeiro lugar, pela discussão do próprio conceito de subordinação, aqui considerado segundo as noções de dependência e grau de vinculação de Lehmann (1988). Levando em consideração as relações lógico-semânticas elaboradas por Halliday (1985), especificamente a noção de expansão e extensão, este trabalho propõe a analisar a oração introduzida por **além de** como um tipo de hipotaxe de extensão, diferentemente da postura atual que analisa estrutura semelhante em outras línguas como caso de oração adverbial.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma: na Seção 2, apresentam-se algumas premissas teórico-metodológicas relevantes para a condução do presente estudo; na Seção 3, discutem-se a noção de adição e o atual estado da arte; na Seção 4, analisa-se a oração de adição no português, levando-se em consideração aspectos de natureza morfossintática, semântica e pragmática. Na última Seção, por fim, apresentam-se algumas considerações finais.

Questões teórico-metodológicas

O Funcionalismo

A relação entre orações, que pode ser definida, nos termos de Lehmann (1988, p. 182) “[...] como uma relação de dependência ou sociedade entre orações”,² constitui peça fundamental à atividade linguística. É, portanto, tema não apenas para a sintaxe, mas também para a semântica e a pragmática. Nesse sentido, adota-se neste trabalho uma visão funcionalista que, procurando na atividade comunicativa a explicação para os fatos da linguagem, propõe uma análise integrada das estruturas linguísticas.

De acordo com Butler (2003), o funcionalismo centra-se sobre as premissas de que (i) a língua é usada, sobretudo, como meio de comunicação humana em contextos culturais e psicológicos e que (ii) esse fato deve determinar o entendimento de como a língua é estruturada. O sistema linguístico não é uma estrutura fechada em si mesma e independente de fatores externos, mas ao contrário, é regido por eles. Embora o sistema linguístico demonstre certo grau de arbitrariedade, ele está tão intimamente ligado a fatores de

² “[...] a relation of dependency or sociation between clauses.”

natureza externa que não pode ser avaliado sem referência a esses. Portanto, uma teoria funcionalista deve levar em consideração a relação entre língua e (i) cognição e (ii) contexto sociocultural de uso.

Essa centralidade do uso linguístico na explicação funcionalista se justifica pelo fato de que, conforme afirma Dik (1986, p. 21), “[...] o objetivo principal das línguas naturais é o estabelecimento da comunicação inter-humana, outros objetivos ou são secundários ou derivados”.³ A esse respeito, Foley e Van Valin (1984, p. 9) acrescentam que:

[...] é possível encontrar exemplos do comportamento verbal que não sejam comunicativos, mas isso não diminui em nada a premissa funcionalista fundamental de que o entendimento da estrutura linguística exige o entendimento das funções que a língua desempenha, sendo a comunicação sua função principal.⁴

O funcionalismo se oferece, portanto, com o propósito de analisar os padrões que organizam a língua numa estrutura multicamada. É exatamente o que se pretende realizar neste trabalho, uma análise integrada de aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, de modo a oferecer um entendimento mais completo sobre o tipo oracional investigado. Daí a escolha da abordagem funcionalista, ainda que não por um modelo específico.

Subordinação adverbial

Sobre a natureza morfossintática da relação entre orações, Halliday (1985) defende a importância da distinção entre encaixamento e hipotaxe, e propõe interpretar a relação entre as orações segundo um sistema de interdependência. Distinguem-se, por esse critério, as (i) orações paratáticas, que combinam elementos de categorias iguais, no sentido de que cada um pode constituir um todo funcional; (ii) orações hipotáticas, que ligam elementos de categorias diferentes, em que um elemento é considerado dominante e um outro não dominante; (iii) orações encaixadas, relação em que uma oração atua como constituinte da outra.

³ “[...] the primary aim of natural languages is the establishment of inter-human communication; other aims are either secondary or derived.”

⁴ “[...] there may well be instances of verbal behavior which are non-communicative, but this in no way undermines the fundamental functionalist tenet that an understanding of language structure requires an understanding of the functions language can serve, communication being the primary one.”

Para Halliday (1985), é essencial distinguir hipotaxe – as subordinadas adverbiais – de encaixamento – subordinadas substantivas. Na hipotaxe, a oração serve para modificar o sentido da oração principal, ela acrescenta informação suplementar, mas não pode ser considerada como parte dela. Não é o caso do encaixamento, em que a oração subordinada atua como um termo da oração principal, é parte de sua estrutura de predicado e, assim, está sujeita aos mesmos operadores que ela.

Adotando a distinção tripartite elaborada por Halliday (1985), Mathiessen e Thompson (1988) vão além e propõem conceber os tipos de combinação no nível *do discurso* e não apenas no nível das orações complexas. Para os autores, a combinação de orações codificaria as relações retóricas núcleo-satélite, consideradas como característica geral dos textos, em que certas partes realizam os objetivos centrais do falante, ou seja, os *núcleos*, enquanto outras suplementam ou auxiliam os objetivos centrais, ou seja, os *satélites*. As orações complexas seriam resultado da gramaticalização desses processos constituidores do discurso.

É com base na distinção proposta por Halliday (1985) e, de certa forma, retomada e ampliada por Mathiessen e Thompson (1988), que se propõe analisar aqui a oração de adição.

Material e método

A discussão aqui apresentada é resultado da pesquisa realizada no âmbito do projeto **Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional**, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP – São José do Rio Preto, cujo objetivo é a investigação das relações subordinadas nas variedades lusófonas. O foco do projeto está em descobrir as motivações funcionais subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar relações de dependência e as situações conceituais que elas expressam.

Como *corpus* principal do presente trabalho considerou-se o *corpus Português oral*, desenvolvido no âmbito do **Projeto Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais**, que contém amostras de variedades do português falado em Portugal, Brasil, Timor Leste, Moçambique, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Goa e Macau.

Tendo em vista a baixa produtividade do tipo oracional no *corpus* acima, considerou-se também dados do **Córpus do Português**, coletados no *website* <www.corpusdoportugues.org>. Um banco de dados com mais de 45 milhões de palavras em quase 57.000 textos, que contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, nos registros oral e escrito, num período que vai dos séculos do XIV ao XX. Para este trabalho, especificamente, considerou-se apenas dados dos séculos XIX e XX, contemplando os diferentes tipos de texto que compõem o *corpus*.

A relação de adição

De acordo com Lenker (2010, p. 214), a relação de adição prototípica é definida como o processo que “envolve dois eventos distintos, semanticamente ou pragmaticamente relacionados, mas para os quais não há uma sequência temporal”.⁵ A noção de temporalidade parece, portanto, irrelevante para a relação de adição, uma vez que a ordem dos eventos não é essencial para sua construção. No entanto, embora não façam parte da noção prototípica da adição, é comum, nas línguas naturais, construções aditivas em que se notam outros valores semânticos agregados. Daí os termos comumente encontrados na literatura, que separam adição equativa/não equativa ou adição pura/impura.

No geral, os autores que tratam da adição distinguem pelo menos dois tipos de relação: um mais prototípico, que implica a noção básica de soma, acréscimo, e tipos mais secundários, que envolvem outras noções semânticas. Lenker (2010) propõe classificar a adição nos termos de **adição pura** e **adição impura**. Na adição pura, a conjunção aditiva exprime somente a noção de soma, acréscimo, sem implicar nenhum outro tipo de relação:

- (01) Os dados mostram que os mais ricos ficaram mais ricos, e os mais pobres ficaram mais pobres. (19Or:Br:Intrv:Cid)

Nesse caso, os eventos descritos são relacionados numa relação de acréscimo, sem nenhum tipo de noção temporal ou causal implicada. Prova

⁵ “[...] involves two distinct events which are semantically or pragmatically related but for which no temporal sequence is assumed.”

disso é que os eventos podem ter sua ordem alterada sem maior prejuízo semântico e/ou até gramatical, como se vê abaixo:

- (01a) Os dados mostram que os mais pobres ficaram mais pobres, e os mais ricos ficaram mais ricos.

A relação de adição impura, por outro lado, envolve, além da noção de adição, valores como temporalidade, causalidade, resultado, finalidade, concessividade, condicionalidade. Nesses casos, o valor agregado à noção de adição seria resultado de um processo de inferência (GEIS; ZWICKY, 1971). Os casos abaixo ilustram algumas dessas possibilidades:

- (02) O cara pode ser “animal” e ter notas ruins. (19Or:Br:Intrv:Cid) – Concessão
Então, no final do ano, as contas são zero marcador, conforme indicado no exemplo (1)adas e, aquilo que sobrou é devolvido aos cofres públicos. (19Or:Br:Intrv:Cid) – Tempo
- (03) O povo lá fora acha que somos diferentes, mas não. Nós só queremos viver bem e sair logo daqui. (19Or:Br:Intrv:Cid) – Finalidade

Segundo os autores, a adição impura pode envolver, ainda, a expressão de ênfase argumentativa. Nessa relação apresentam-se duas proposições que, à semelhança da adição pura, também não expressam valores ligados às noções de temporalidade, mas, diferentemente dessas, estão implicadas numa relação de assimetria, em que uma proposição ganha maior relevo argumentativo:

- (04) Eu dava as guascas e **ainda** ajudava a atar. (19:Fic:Br:Lopes:Gauchescos)
- (05) Na gestão anterior as rivalidades PSDB x PMDB ou Tuga x Tidei prejudicaram parcerias e **até** a participação da cidade no Mapa Cultural. (19Or:Br:Intrv:Cid)
- (06) **Além de** ser ganancioso, ele é violento, ele mata. (19Or:Br:Intrv:Pov)
- (07) Houve **não só** um ataque contra o peso, **mas também** a queda do valor dos bônus e das ações foi muito forte. (19Or:Br:Intrv:ISP)

Do ponto de vista de sua codificação morfossintática, a relação de adição é tradicionalmente concebida como um caso de **coordenação**, processo sin-

tático em que duas unidades oracionais autônomas vêm a constituir uma oração composta, tal como no exemplo em (08).

- (08) O velho teme o futuro e se abriga no passado.
(BECHARA, 2004, p. 320)

Servem, ainda, à expressão da coordenada de adição as orações justapostas ou coordenadas assindéticas, em que se verifica a ausência de um elemento conjuncional. Além dessas, as correlativas, comumente concebidas como caso de coordenação também podem expressar a noção de adição. É o que se exemplifica, respectivamente:

- (09) Joana jantou com os pais, Carolina saiu com o namorado.
(10) Ela não apenas nos oprime, **mas também** nos liberta. (19Or:Br:Intrv:ISP)

Alguns autores reconhecem, ainda, a oração subordinada de adição. É o que fazem Hengeveld (1993, 1996, 1998), Pérez Quintero (1998, 2002) e Lenker (2010). Em Hengeveld (1993, 1996, 1998) encontramos a adição arrolada como um subtipo de oração adverbial, entendida como um processo em que uma oração subordinada descreve um evento, que ocorre em acréscimo ao evento da oração principal. O autor ilustra a subordinação adverbial de adição com o seguinte exemplo:

- (11) *Apart from doing the cooking I look after the garden.*
'Além de cozinhar eu cuido do jardim.'
(HENGEVELD, 1998)

Para o autor, em casos como do exemplo (10), é evidente a relação de dependência que a oração "*apart from doing the cooking*" estabelece com a oração matriz. O estatuto da oração aditiva pode ser entendido, nesse caso, nos tradicionais termos de não autonomia sintática, já que, isolada da oração matriz, aquela tem seu sentido afetado. Daí, portanto, uma oração subordinada.

Em sua tipologia das orações adverbiais do inglês, Pérez Quintero (2002, p. 98) também reconhece a oração subordinada de adição. Numa postura muito semelhante à de Hengeveld (1998), a autora define esse tipo como

sendo “Orações adverbiais que expressam uma situação adicional àquela expressa na oração principal”⁶ (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 65). Em seu trabalho sobre a subordinação adverbial em inglês, a autora chama atenção para a pouca produtividade desse tipo de construção: “Orações de adição formam um grupo pequeno no total analisado no *corpus*”⁷ (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 98).

Huddleston e Pullum (2002, p. 775) afirmam que, no inglês, os conectores *besides* e *in addition* servem para desempenhar a função de introduzir a oração adverbial de adição. Segundo os autores, a relação construída por esses conectores “inclui duas porções de informação (uma em cada oração) que não estão em uma relação temporal, ou numa relação de condição, consequência”⁸. Orações introduzidas por esses conectores requerem formas não finitas do verbo, o que serve como evidência de que elas são subordinadas nessa língua, como mostram os exemplos:

- (12) *In addition to having your hand stamped, you must show your ticket stub*
 ‘Além de ter sua mão carimbada, você tem que mostrar o canhoto do *ticket*.’
- (13) *Besides missing my bus, I got my feet all wet.*
 ‘Além de perder meu ônibus, eu molhei todo meu pé.’

Hengeveld (1998) e Pérez Quintero (1998, 2002) também discutem o uso de formas verbais não finitas como evidência do estatuto subordinado das orações aditivas, particularmente as formas do gerúndio, no caso específico do inglês:

- (14) *Beside riding for £720 Pic prize money, the sixteen riders were also battling for nine places in the world final at Malno.*
 ‘Além de montarem pelo prêmio de 720 libras, os dezesseis cavaleiros também estavam lutando por nove vagas na final mundial em Malno.’
 (PÉREZ QUINTERO, 2002, p. 98)

⁶ “Adverbial clauses which express a situation additional to that expressed in the main clause.”

⁷ “Clauses of Addition make up a very small number within the whole analyzed corpus.”

⁸ “[...] include two pieces of information (one in each clause) which are not in a Temporal relation, or in a relation of Condition, Consequence.”

A relação de adição no português

Nas gramáticas tradicionais do português, descreve-se apenas a relação de adição básica, denominada adição pura por Lenker (2010). Em Cunha (1970, p. 392), a definição apresentada não contempla a oração aditiva propriamente dita, mas sim as conjunções aditivas que, para ele, “[...] servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função”. Semelhantemente, em Rocha Lima (1972, p. 185), a noção de adição é contemplada na discussão sobre conjunções. Nela o autor aponta a conjunção aditiva como identificadora do processo em que se relacionam “pensamentos similares”.

É Bechara (2004) quem apresenta uma definição mais completa, considerando a própria construção da oração de adição como o processo que “adiciona ou entrelaça duas ou mais orações, sem nenhuma ideia subsidiária” (BECHARA, 2004, p. 477). A conjunção **e** é apresentada como o expediente formal encarregado de atribuir o valor da adição, ao lado do advérbio **nem**, que atua para a construção da adição negativada, como no exemplo:

- (15) Não emprestes o vosso *nem* o alheio, não tereis cuidados *nem* receio.
(BECHARA, 2004, p. 320)

Numa postura menos tradicionalista, Bechara (2004) chama atenção para o fato de que a relação de adição pode ser enfatizada – termos do autor – pelo emprego da expressão correlativa **não só... mas também**.

- (16) *Não só* o estudo *mas também* a sorte são decisivos na vida.
(BECHARA, 2004, p. 321)

Também nas descrições linguísticas realizadas para o português, a relação de adição é usualmente tratada como caso de coordenação, como se vê, por exemplo, em Neves (1999) e Camacho (1999). Para Neves (1999), na adição evidencia-se a exterioridade dos segmentos coordenados, e, a partir daí, acrescenta-se um segundo segmento a um primeiro. Neves (1999) também comenta a possibilidade de a relação de adição ser marcada por conjunções correlativas, tais como os pares **não só... mas também** e **não só... como também**:

- (17) Pesquisador infatigável, estudava **NÃO SÓ** o organismo humano, **MAS TAMBÉM** o animal. (APA)
- (18) As mulheres também retornavam quase correndo, **NÃO SÓ** pelo frio **COMO TAMBÉM** pelo peso dos potes. (ABR)
(NEVES, 1999, p. 742)

Em casos como esses, considera Neves (1999) que são mantidas as características da interdependência e, principalmente o binarismo, inerente à correlação. Especificamente sobre as correlativas de adição em português, Módulo (2008) classifica as construções correlativas aditivas quanto à polaridade. O autor afirma que a expressão **não só** é denotativa de negativa de restrição, daí a necessidade da expressão **mas também**, denotativa de inclusão, para a construção do sentido de adição.

O rótulo **adição** tem servido, assim, para identificar, no português, construções coordenadas e correlativas, não sendo associado à subordinação (cf. NEVES, 1999; NEVES et al., 2008). Tanto nas descrições de orações coordenadas quanto de subordinadas não se menciona a possibilidade de uma oração aditiva ser codificada morfossintaticamente pela subordinação. No entanto, descrições realizadas para outras línguas têm apontado a existência de um tipo de oração subordinada de adição. É o que se examina neste trabalho.

A oração hipotática de adição no português

São objeto de estudo neste trabalho, no que se refere ao componente formal, as orações aditivas introduzidas pelo conector **além de**, tal como no exemplo:

- (18) já publiquei mais de 1000 páginas de quadrinhos em fanzines e revistas, **além de ter criado dezenas de capas de livros, revistas e zines.** (19Or:Br:Intrv:Web)

Embora as orações aditivas introduzidas por conectores equivalentes ao **além de** sejam arroladas como um tipo de subordinada adverbial por alguns autores, em especial nos estudos sobre subordinação em inglês (HENGEVELD, 1993, 1996, 1998; PÉREZ QUINTERO, 2002; LENKER, 2010, entre outros), não se sabe sobre o estatuto desse tipo oracional como subordinada e, principalmente, como adverbial no português.

Hengeveld (1993, 1996, 1998) e Lenker (2010) consideram a não finitude, obrigatória em orações introduzidas pelos conectores *besides* e *in addition to*, como evidência suficiente para o estatuto de subordinada da oração aditiva. Lenker (2010) afirma que a não finitude, ou seja, o uso de infinitivos, participios ou formas semelhantes como predicados, é uma indicação clara de dependência e subordinação.

A análise dos autores assenta-se sobre a premissa comumente aceita de que formas não finitas não ocorrem em orações principais, sendo características de orações dependentes. De acordo com Huddleston e Pullum (2002, p. 209),

Non finitude é uma marca de subordinação: orações finitas podem ser [orações] principais ou subordinadas, mas as não finitas são sempre subordinadas [...] Orações subordinadas não-finitas diferem estruturalmente de orações principais muito mais do que orações subordinadas finitas⁹.

É o que ocorre com as orações aditivas introduzidas por **além de**. Conforme verificado na análise dos dados levantados, as orações introduzidas por esse conector selecionam sempre formas verbais não finitas, especificamente o infinitivo, não havendo outra possibilidade para o verbo da oração iniciada por esse conector. Fica evidente, assim, que a oração introduzida por **além de** por si só não constrói uma referência temporal, sendo dependente da referência temporal da oração núcleo com a qual se relaciona. Esse tipo oracional pode, portanto, ser entendido segundo o conceito de subordinação de Lenker (2010), para quem uma oração subordinada pode ser identificada como sendo um subtipo gramaticalmente distinto de oração cujos membros funcionam caracteristicamente como dependentes da estrutura de uma oração maior.

Outra questão que evidencia o estatuto dependente da oração introduzida pelo conector **além de** é o grau de vinculação dessa oração com a oração principal. Em estudo sobre a gradualidade da vinculação em orações complexas, Lehmann (1988) considera que quanto mais vinculada, ou seja, quanto mais integrada, mais dependente é a oração. O autor estabelece uma tipologia da junção de orações em que analisa os parâmetros (i) grau de vinculação, (ii) grau de sentencialidade da oração e (iii) explicitude do entrelaçamento entre as orações.

⁹ “Non-finiteness is a marker of subordination: finite clauses may be main or subordinate, but non-finite ones are always subordinate [...] Non-finite subordinate clauses differ structurally from main clauses more radically than do finite subordinate clauses.”

As orações introduzidas por **além de** demonstram alto grau de vinculação à oração com a qual se relacionam e baixo grau de sentencialidade. Além da não finitude, que revela a dependência temporal dessas orações, elas apresentam correferencialidade de sujeito que, embora não pareça ser um traço obrigatório (ver exemplo 20), verificou-se na totalidade das ocorrências analisadas, como se vê em (21):

- (20) Além do João bater o carro, Carolina foi assaltada.
 (21) Fiz duas peças dirigidas por ele na escola. **Além de ser o galã da peça, eu jogava vôlei bem para aquele tempo, minhas notas eram boas e meu cartaz no colégio subiu muito.** Tanto assim que, depois da segunda peça, Gerusa Camões, que dirigia o Teatro Universitário, me convidou. (19Or:Br:Intrv:ISP)

Além disso, tem-se também a explicitude da conexão marcada pela presença do conector **além de**. Esses traços revelam não apenas um alto grau de vinculação, mas também demonstram o estatuto dependente da oração aditiva.

A relação entre a oração aditiva iniciada por **além de** pode ser interpretada, assim, nos termos da construção endocêntrica, proposta por Lehmann (1988, p. 2). Segundo o autor, esse tipo de construção se caracteriza como “[...] um sintagma binário Z com as partes X e Y, sendo que Y pertence à mesma categoria que Z e X é uma expansão de Z. A relação sintática de X e Y pode ser de dependência ou associação”.¹⁰ O autor completa dizendo que a “**Subordinação** pode ser concebida como um tipo de junção de orações. Se sintagmas (orações) X e Y estão em numa relação de junção de orações, então X é subordinada a Y se e somente se X e Y formarem uma construção endocêntrica Z com Y como núcleo”¹¹ (LEHMANN, 1988, p. 2).

Parece evidente o estatuto subordinado dessa oração. Uma vez que a oração aditiva não atua como elemento da predicação da oração núcleo, ela pode ser entendida nos termos da interdependência de elementos de categorias diferentes. A partir daí propõe-se que a oração aditiva introduzida por

¹⁰ “a binary syntagm Z with parts X and Y such that Y belongs to the same category as Z and X is an expansion of Z. The syntactic relation of X to Y may be one of dependency or of sociation.”

¹¹ “**Subordination** may now be conceived as a form of clause linkage. If syntagms (clauses) X and Y are in a relation of clause linkage, then X is subordinate to Y if X and Y form an endocentric construction Z with Y as the head.”

além de atende aos critérios para ser concebida como uma oração hipotática, nos termos de Halliday (1985).

Questão mais complexa diz respeito ao estatuto de adverbial dessa oração. No geral, a oração adverbial é definida como uma oração que modifica, semanticamente, a oração núcleo. É o que atestam definições diversas, encontradas desde a tradição gramatical até as descrições linguísticas mais atuais. Na linguística funcional, o conceito de oração adverbial é ampliado, no sentido de abrigar também a modificação retórico-discursiva que essas orações podem exercer, mas continuam a manter a noção de modificação como central nessa definição.

Assim, Halliday (1985) entende a oração adverbial como uma oração de realce, que atua sobre o significado de outra oração, qualificando-a com relação a circunstâncias. Do mesmo modo, Dik et al. (1990) concebem as orações adverbiais como um tipo de satélite oracional, cuja função é modificar uma oração matriz. Como essas, outras tantas definições semelhantes podem ser encontradas na literatura sobre orações adverbiais. O que se nota, aqui, é que essas definições não parecem adequar-se à definição da oração aditiva encontrada nos estudos mencionados.

Segundo os autores, a oração aditiva é considerada adverbial por apresentar uma situação adicional à situação descrita na oração principal. Por exemplo, em Hengeveld (1998), a oração de adição é definida como uma oração que descreve um evento que acontece em acréscimo ao evento da oração principal. O mesmo pode ser encontrado em Pérez Quintero (2002) e Lenker (2010).

Embora a oração aditiva acrescente uma informação suplementar, secundária, assim como as orações adverbiais, acredita-se, aqui, que ela não modifica a situação principal descrita na oração núcleo. A relação de adição não pode ser entendida, assim, como uma circunstância que modifica o evento principal. Ainda que essa oração possa ser tratada como uma categoria semântica, ela não parece atender aos critérios para ser tratada como adverbial, já que ela não promove modificação.

Ao contrário, a oração aditiva parece enquadrar-se na definição de hipotaxe de extensão, proposto por Halliday (1985), definida como uma oração que amplia o significado de outra, acrescentando-lhe algo novo. É o que ocorre com as orações aditivas. Elas não modificam, e sim acrescentam uma informação secundária à informação principal. Mediante isso, propõe-se, nes-

te trabalho, considerar as orações introduzidas pelo conector **além de** como uma hipotaxe de extensão.

As funções retórico-discursivas das orações aditivas

Qualquer incursão de base funcionalista deve considerar, sobretudo na análise de orações complexas, o papel que essas orações desempenham na organização do discurso, observando sua funcionalidade nos diferentes domínios, níveis e camadas que compõem a língua, levando em conta, enfim, sua contribuição à composição textual-interativa.

A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que o conector **além de** parece ter uma função interpessoal claramente definida, servindo para unir duas proposições, atribuindo à segunda delas ênfase argumentativa. Pelo emprego do conector evidencia-se certa hierarquia entre os eventos relacionados, sendo o primeiro apresentado como conhecido do ouvinte, a partir do qual acrescenta-se um segundo, mais relevante ou de maior destaque. É o que se observa no exemplo:

- (22) Ken critica tudo isso. Está do lado do meu povo. *É um homem bom, além de ser um verdadeiro artista.* E por isso eu o admiro tanto. (19Or:Br:Intrv:ISP)

Notem-se aí dois eventos:

Evento 1: *ser um homem bom*

Evento 2: *ser um verdadeiro artista*

Nessa construção o conector **além de** serve, sobretudo, à função retórica da ênfase, já que a noção de adição pode ser estabelecida pelo próprio sequenciamento linear das proposições, numa relação justaposta. O emprego do conector destaca uma das proposições envolvidas na construção, intensificando o caráter discursivo que o significado da adição pode assumir. Essa relação pode ser ainda mais realçada pela presença de um elemento focalizador, que introduz a oração destacada:

- (23) *além de prover os gêmeos com seu leite salvando-os da morte, AINDA alimentou os meninos* (19Or:Br:Intrv:Pov)

Observa-se, assim, que as orações aditivas introduzidas por **além de** comportam-se semelhantemente a outras orações hipotáticas, contribuindo significativamente com a estrutura figura/fundo ou tópico/comentário do discurso corrente. A oração aditiva constitui o fundo sobre o qual o discurso subsequente se constrói. A oração iniciada pela locução **além de** introduz um evento anterior que pode ser concebido como fundo (pressuposto) em relação a um evento posterior concebido como figura (asseverado) na oração principal. Em outras palavras, a oração iniciada por **além de** veicula informação velha, informação menos importante que provê um contexto ou cenário para a informação nova ou de maior relevo, veiculada na oração núcleo. É o que se observa no seguinte caso:

- (24) Fiz duas peças dirigidas por ele na escola. **Além de ser o galã da peça, eu jogava vôlei bem para aquele tempo, minhas notas eram boas e meu cartaz no colégio subiu muito.** Tanto assim que, depois da segunda peça, Gerusa Camões, que dirigia o Teatro Universitário, me convidou. (19Or:Br:Intrv:ISP)

Note-se aí que a informação trazida pela oração iniciada por **além de** retoma uma informação mencionada em porção anterior do discurso corrente. Ao mencionar a informação “ser galã da peça” o falante retoma a oração “Fiz duas peças dirigidas por ele na escola”, previamente enunciada. A oração de adição configura-se, portanto, como informação velha e pode ser analisada como o tópico ou o fundo para a informação que será enunciada na oração núcleo (subsequente), que traz informação nova e, no caso das orações introduzidas por **além de**, de maior destaque argumentativo.

A estrutura sintático-semântica da hipotaxe de adição

A oração introduzida por **além de** estabelece uma relação semântica do tipo adição, que basicamente pode ser entendida como acréscimo de informação. Essa relação é denominada, neste trabalho, conforme proposto na seção anterior, nos termos de Halliday (1985), como uma hipotaxe por extensão. Nessa relação, a oração expande o significado de outra ao acrescentar-lhe algo novo. É o que se observa nas orações de adição iniciadas por **além de**:

- (25) A fórmula proposta pelo MEC, portanto, está andando nessa direção. **Cursos mais complexos, do tipo eletrônica ou computação, ficam melhor nesse nível, além de se verem livres das ambiguidades de quem não sabe se quer profissão ou vestibular** (19Or:Br:Intrv:ISP)

Observe-se, nesse caso, que a oração introduzida por **além de** amplia o significado da oração núcleo: a oração aditiva acrescenta a informação “viver livre das ambiguidades de quem não sabe se quer profissão ou vestibular” à informação principal veiculada na oração núcleo, “cursos mais complexos, do tipo eletrônica ou computação, ficam melhor nesse nível”. A relação aí é de extensão e, não de modificação, de significado, o que confirma o estatuto dessa oração como hipotaxe de extensão.

A relação de adição estabelecida pelo conector **além de** é sempre factual, já que por meio dele a oração aditiva descreve um estado de coisas como sendo real, como se vê no exemplo:

- (26) Ninguém mais derretido pela mulher do que o João Vicente por mim, e viste o que ele fez comigo. **Além de gastar tudo quanto herdei de papai, foi-se matar por causa de uma vagabunda**, deixando-me a Flávia de colo, apenas com um apartamento de sala e quarto para morar. E ainda teve a petulância de me escrever aquela carta patética, dizendo que eu, sim, é que tinha sido, para ele, o verdadeiro amor. (19:Fic:Br:Montello:Silencio)

Mesmo quando a realidade do evento vem negada, nesse caso, a oração aditiva descreve a realidade da não realização do estado de coisas:

- (27) Amapola era pouca para o tamanho do problema. **Além de não conhecer ninguém fora do circo, perdera seu único amigo no mundo**. Ficara apatetada, pedira dinheiro aqui e ali, em alguns casos chegara a esquecer de explicar para que era o dinheiro pedido. (19:Fic:Br:Cony:Piano)

A factualidade do estado de coisas descrito na oração aditiva é determinada pela própria natureza da relação especificada pelo **além de**, que apresenta o evento como dado, como algo que não pode ser negado/duvidado nem pressuposto, mas sim como asseverado e, portanto, factual.

Conforme verificado em análise, a oração de adição ocorre preferencialmente anteposta à oração núcleo. Assim como na ordenação dos constituintes no interior da oração, a ordenação das orações é determinada pelo fluxo de informação. Sabe-se que informação velha tende a preceder informação nova já que a informação nova deve ser construída sobre uma informação que já seja parte do conhecimento do ouvinte. É o que se observa no seguinte exemplo:

- (28) ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. **Além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente.** (Lusofonia)

A hipotaxe de adição pode ocorrer também na posposição. Nesse caso, a oração introduzida por **além de** serve como uma espécie de adendo, ratificando ou generalizando alguma informação previamente mencionada, como se vê no seguinte exemplo:

- (29) Espinosa estava convencido de que a solução da história dependia de Rose. Enquanto ela não fosse encontrada, teriam que acreditar na versão de Max, que era tão sólida quanto um castelo de cartas. **A hipótese de suicídio tinha apoio num indício muito tênue, além de esbarrar em dificuldades quase intransponíveis.** De qualquer forma, se na semana anterior estava na estaca zero, agora dispunha de alguns caminhos. Com um pouco de sorte, poderia fechar a história na semana seguinte. (19:Fic:Br:Garcia:Silencio)

Nesse caso, a hipotaxe de adição retoma as informações mencionadas anteriormente, realizando uma espécie de generalização: observe-se aí no exemplo que “dificuldades intransponíveis” retoma uma série de informações previamente mencionadas, tais como “encontrar Rose”, a “versão não sólida de Max” e “indício tênue”.

Vê-se, então, que a escolha entre essas duas posições não é livre, mas está condicionada às funções retóricas desempenhadas pela oração de adição, como se procurou demonstrar nos exemplos. Para Thompson (1985), os dois tipos de oração sequer devem ser tratadas como construções idênticas ocupando posições diferentes, ao contrário, devem ser vistas como construções totalmente diferentes.

No que diz respeito à estrutura morfossintática, o alto grau de vinculação e dependência da oração núcleo impõem algumas restrições formais à oração hipotática de adição. Conforme já foi mencionado, a oração introduzida por **além de** não consegue construir, ela própria, sua referência temporal e, assim, seleciona sempre formas não finitas, o infinitivo e o infinitivo flexionado, como se destaca nos seguintes casos:

- (30) Além de **trair** suas origens e **comprometer** sua credibilidade, teria poucas possibilidades de atrair. (19:Fic:Br:Cony:Piano)
- (31) Além de **temer** defuntos, por extensão também temia funerárias. (19:Fic:Br:Cony:Piano)
- (32) Além de não **conhecer** ninguém fora do circo, perdera seu único amigo no mundo. (19:Fic:Br:Cony:Piano)

Nota-se, nesses casos, que a hipotaxe de adição não instaura sua referência temporal, ficando dependente da referência temporal realizada pela oração núcleo com a qual se relaciona. Essa dependência é icônica à diferença que parece haver no grau de relevância dos eventos relatados, uma vez que a oração de adição acrescenta um evento secundário a um evento principal, descrito na matriz, é natural que sua temporalidade esteja atrelada a esse evento.

Outro aspecto caracterizador da hipotaxe de adição no português é o fato de essa oração não ter força ilocucionária própria. Essas orações recaem sob o escopo dos operadores ilocucionários da oração núcleo. Isso pode ser explicado pelo fato de a maioria dos operadores ilocucionários serem periféricos e atuarem fora da oração, incidindo, desse modo, sobre a oração complexa como um todo.

- (33) [Além de **temer** defuntos], por extensão também temia funerárias. (19:Fic:Br:Cony:Piano)
- (33a) [Além de **temer** defuntos], por extensão também temia funerárias? (19:Fic:Br:Cony:Piano)
- (33b) *[Além de **temer** defuntos?], por extensão também temia funerárias. (19:Fic:Br:Cony:Piano)

É relevante destacar, ainda, a correferencialidade do sujeito verificada nesse tipo de oração. Observou-se em todas as orações analisadas uma iden-

tificação entre o sujeito da matriz e da núcleo, verificada pela anáfora zero, como se vê:

- (34) **Além de Ø pintar**, a artista tem outra especialidade: viajar pelo mundo e registrar, com sua máquina fotográfica, lugares especiais. (19Or:Br:Intrv:ISP)
- (34a) **Além de A ARTISTA pintar**, A ARTISTA tem outra especialidade: viajar pelo mundo e registrar, com sua máquina fotográfica, lugares especiais.

Considerações finais

Este estudo partiu de algumas descrições de orações aditivas no inglês, que reconhecem um subtipo de oração subordinada adverbial de adição, tal como em Hengeveld (1993, 1996, 1998), Pérez Quintero (1998, 2002) e Lenker (2010). A partir dessas propostas, procurou-se verificar a existência desse tipo oracional em português, nunca antes descrito nessa língua.

Levando em consideração diferentes parâmetros de subordinação, a análise desenvolvida neste trabalho possibilitou reconhecer o estatuto de subordinada da oração aditiva introduzida por **além de**. No entanto, diferentemente do que propõem os autores mencionados, neste trabalho acredita-se que a oração subordinada aditiva não seja um subtipo de oração adverbial, já que ela não promove modificação. Aqui se propõe considerá-la como uma oração hipotática de extensão, tipo oracional definido por Halliday (1985) em que uma oração amplia o significado de outra, tal como se acredita ocorrer nas orações de adição. A partir daí, propôs-se uma breve caracterização da hipotática de adição no português, considerando suas funções retórico-discursivas, tipo semântico da relação, padrão de ordenação, referência temporal que serviu para confirmar o estatuto dependente dessa oração e também entender seu papel e funcionamento na organização do discurso.

OLIVEIRA, Taísa Peres. The hypotaxis of addition. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 25-45, 2012.

ABSTRACT: *The main goal of this paper is to analyze clauses introduced by the connective **além de**, in order to identify its syntactic, semantic and pragmatic features. Clauses introduced by this type of connective express an additive relation, and are therefore called hypotaxis of extension, accordingly to Halliday (1985). It was noticed that this type of clause*

is highly dependent, takes the first position preferably and works in the topic-comment structure playing a relevant role in the information flow in the text.

KEYWORDS: *relation of addition; hypotaxis of extension; dependence.*

Referências

- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BUTLER, Christopher. **Structure and Function: Guide to Three Major Structural-Functionalist Theories**. Part I Approaches to Simple Clause. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2003.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura (Org.). **Gramática do Português Falado** – v. VII: Novos Estudos. São Paulo: Humanitas/FAPESP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 351-405.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Berbadó Álvares S. A., 1970.
- DIK, Simon. C. On the notion of “functional explanation”. **Working papers in functional grammar**, Amsterdam, v. 11, 1986.
- DIK, Simon. C. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, Jan; BOLKESTEIN, A. Machtelt; VET, Co (Eds.) **Layers and levels of representation in language theory: a functional view**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990, p. 25-70.
- FOLEY, William A. Robert D. VAN VALIN, Jr. 1984. **Functional syntax and universal grammar**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1984.
- GEIS, Michael; ZWICKY, Arnold. On invited inference. **Linguistic Inquiry**, v. 2, n. 4, p. 561-566, 1971.
- HALLIDAY, Michael A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.
- HENGEVELD, Kees. The internal structure of adverbial clauses. **EUROTYP Working Papers**, 5, 1993.
- _____. The internal structure of adverbial clauses. In: DEVRIENDT, Betty et al. (Ed.) **Complex structures: A functionalist perspective** (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 119-147.

_____. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: VAN der AWERA, Johan (Ed.) **Adverbial Constructions in the languages of Europe**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HUDDLESTON, Rodney; PULLUM, Geoffrey. **The Cambridge Grammar of the English Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Philadelphia: John Benjamins. 1988, p. 181-225.

LENKER, Uusula. **Argument and Rhetoric Adverbial Connectors in the History of English**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

MATHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra A. The structure of discourse and subordination. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Ed.) **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 1089-1102.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

NEVES, Maria Helena de Moura et al. As construções hipotéticas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 937-1020.

PÉREZ QUINTERO, María Jesús. **La subordinación adverbial en inglés: un enfoque funcional**. La Laguna, 1998. 445 f. Tese (Doutorado em Filologia Inglesa) – Facultad de Filología –Universidad de La Laguna.

_____. **Adverbial Subordination in English**. A Functionalist Approach. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

THOMPSON, Sandra. A. Grammar and written discourse: initial vs. final purpose clauses in English. **Text**, v. 5, n. 1, p. 55-84, 1985.

ANÁLISE DISCURSIVA DE REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: O LUGAR DA MEMÓRIA DO FUTURO

Angela Corrêa Ferreira BAALBAKI¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo analisar sequências discursivas recortadas da seção “Quando crescer, vou ser...” da revista *Ciência Hoje das Crianças*, de forma a apreender as imagens de criança, de cientista e de sua profissão ali produzidas. A referida seção caracteriza-se por se estruturar como um espaço de atualização da memória do futuro, no qual a formação científica é construída como garantia de profissão futura. Por se tratar de um trabalho da memória que produz uma certa previsibilidade, cria-se a ilusão de perpetuação da valorização da atividade científica. Nesse discurso, alimenta-se o imaginário de um futuro atrelado a uma profissão de cientista, diga-se uma profissão socialmente prestigiada. Como consequência, promove-se uma construção imaginária de futuro promissor para os futuros-cientistas.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; divulgação científica; memória do futuro.

Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar, a partir do quadro teórico da Análise do Discurso de linha francesa, uma seção da revista *Ciência Hoje das Crianças (CHC)* – uma revista de divulgação científica destinada a crianças. A referida seção, intitulada “Quando crescer, vou ser ...”, teve início em 2001, na revista número 111. No período que corresponde ao nosso recorte temporal, a saber de 2001 a 2006, contabilizamos um total de 64 artigos que buscam delinear características de várias profissões científicas.

Ao constituir o *corpus* de análise, várias questões surgiram. Por que uma revista de divulgação científica apresenta uma seção para falar sobre profissões às crianças? Principalmente, porque não se trata de falar sobre qualquer profissão, mas de profissões “reconhecidas” em nossa sociedade e que

¹ Instituto de Letras – Universidade Estado do Rio de Janeiro (UERJ). angelabaalbaki@hotmail.com

requerem, em geral, formação acadêmica (graduação/pós-graduação). À pergunta cabe um desdobramento: por que profissões? Por que científicas?

O primeiro ponto diz respeito a profissões num discurso que se destina a crianças. Uma vez que, na sociedade ocidental contemporânea, a concepção de trabalho infantil é banida, trata-se, então, de uma projeção construída socialmente para a criança no futuro. Quanto à questão da determinação marcada pelo adjetivo “científicas”, podemos apontar outros desdobramentos. A revista, filiada à formação discursiva do discurso de divulgação científica para crianças, sustenta e é sustentada pela “necessidade” de alargar horizontes, ampliar a gama de conhecimento das crianças. Verifica-se a rede parafrástica na qual a ciência seria a grande “salvadora” da nação. Sobre esse aspecto, Japiassu (1991) adverte que tudo se passa como se a ciência pudesse legislar sobre como deveríamos pensar sobre as coisas. A ciência aparece como o único caminho seguro capaz de levar à verdade.² Vivemos, segundo o autor, sob o slogan *Scientia locuta, causa finita* (Ciência falou, caso encerrado). Fazendo um paralelo: profissão científica, caso encerrado.

Em nosso *corpus*, falar de profissões para sujeito-criança em uma revista de divulgação científica parece funcionar como falar sobre profissões para sujeito-aluno na escola. A orientação vocacional parece recuperar o fôlego perdido nas últimas décadas do século passado, expandindo-se para além dos muros escolares. A divulgação científica e a educação parecem manter, na sociedade contemporânea, um forte elo. Mais do que isso, pois caberia à primeira a responsabilidade de formar cidadãos conhecedores e possíveis produtores de ciência. Portanto, podemos dizer que há uma sobreposição da divulgação científica sobre a educação. O efeito que se produz é o da divulgação científica como aquela possível de ocupar o espaço da falta (falta de formação, falta de informação) não mais preenchida pela educação formal e, em consequência, aquela que pode suscitar a “vocação” desses sujeitos.

Se, por um lado, poderia parecer *óbvio* (e impõe-se a questão: *óbvio* para quem?) falar sobre profissões científicas, já que a revista é de divulgação científica, por outro lado, caminhamos, em nossas análises, para a historicidade e a desnaturalização dessa obviedade.

² Compreendemos, no entanto, que a verdade só poderia ser entendida como tal se tomada em espaços semanticamente estabilizados, pois uma “verdade” é produzida historicamente. Esses espaços são impostos ao sujeito pragmático, sobretudo, por coerções exercidas pelo poder dos cientistas, diz-nos Pêcheux (2002).

Sendo o trabalho infantil vetado (aos menos na letra da lei), as profissões só podem ser pensadas, na revista, como uma previsibilidade, ou melhor, algo que ainda vai acontecer – um funcionamento da representação imaginária de futuro. De forma a realizar nossas análises, mobilizamos, sobretudo, a noção de memória, mais especificamente a de memória discursiva (PÊCHEUX, 2007; ORLANDI, 2000, 2002, 2004), e a de memória de futuro (MARIANI, 1998).

Formações imaginárias e memória

Em Análise do Discurso (AD), o dispositivo teórico refere-se a todo seu quadro teórico. Tal dispositivo se particulariza frente aos conceitos mobilizados em cada pesquisa. O conjunto de conceitos trabalhados em vista à pergunta, aos objetivos e à natureza de material de análise compõe o que podemos chamar de “dispositivo analítico” (ORLANDI, 2000). Nesta seção, apresentamos o nosso dispositivo analítico, ou seja, aqueles conceitos que fundamentam a nossa pesquisa a respeito do funcionamento do discurso de divulgação científica para crianças.

Noção central na abordagem teórica que fundamenta nosso trabalho, o discurso deve ser considerado um processo que se desenvolve em determinadas conjunturas sócio-históricas, ou melhor, o lugar em que a ideologia se materializa e estabelece relação com a língua, produtora de sentidos por e para sujeitos. Se a definição de discurso que trabalhamos é a de efeito de sentido entre interlocutores, qual o tratamento dispensado aos sujeitos em uma teoria como a AD?

A AD trabalha com um sujeito descentrado, que não é origem nem centro do dizer. Não se trata, portanto, do sujeito cartesiano – racional, soberano, consciente. A essa imagem, opôs-se aquela de um sujeito dividido, determinado pelo inconsciente e pela ideologia. Destaca-se que o sujeito discursivo não se confunde nem com o sujeito ideológico, nem com o sujeito da psicanálise; ele é pensado como posição. Assim sendo, o sujeito entendido como uma posição entre várias não tem acesso às reais condições de produção de seu discurso. Essa noção – definida como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 74) – foi proposta como uma maneira de explicar o processo de produção de discurso, ou melhor, de explicar a relação com a

exterioridade (os contextos situacionais e os sócio-históricos³) que lhe é constitutiva.

Para Pêcheux (1997), os lugares determinados na estrutura de uma formação social estão representados nos processos discursivos, entretanto, encontram-se transformados. O autor ressalta que a correspondência entre os lugares empíricos e posições discursivas não é biunívoca, pois não são os lugares sociais e sujeitos empíricos que funcionam no discurso, mas “suas imagens que resultam de projeções” (ORLANDI, 2000, p. 40). Em outros termos, são essas projeções que possibilitam passar dos lugares sociais para as posições de sujeito no discurso. Com relação a nosso *corpus*, nos perguntamos: quais as condições de produção do discurso de divulgação científica para crianças? Para responder a essa questão, observamos os sujeitos que o constituem, as posições ocupadas, a determinação histórica, o trabalho da memória. Os lugares sociais da ciência, da mídia e do senso comum são ocupados, nesse discurso, pelo cientista, pelo divulgador e pela criança. E, especialmente, sobre as posições do cientista e da criança que nos ocuparemos no presente artigo.

De forma a pensar o processo discursivo, Pêcheux propõe o conceito de formações imaginárias – que também fazem parte da constituição das condições de produção de qualquer processo discursivo. Pêcheux afirma que todo processo discursivo é constituído por formações imaginárias que representam “o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82). Essa maneira de reconhecer a si próprio e ao outro pode ser considerada como um de jogo de imagens de um discurso. Daí um discurso não implicar uma mera troca de informações entre A e B, mas sim um jogo de “efeitos de sentido” entre sujeitos.

Convém enfatizar que, além das instâncias A e B, Pêcheux incorpora ao quadro das formações imaginárias o elemento R – que implica a noção de “contexto” ou “situação” na qual se produz o discurso – pertence igualmente

³ Orlandi (1998) preconiza que as circunstâncias imediatas (os contextos situacionais) são atravessadas, ou melhor, determinadas pelo interdiscurso, visto que “a significância do contexto é delimitada pelo já-dito que conforma o conjunto da situação que intervém no dizer” (ORLANDI, 1998, p. 76). Importa frisar que o trabalho do contexto não é direto, tampouco automático; não é um trabalho empírico, mas um trabalho determinado sócio-historicamente.

às condições de produção. Com efeito, trata-se não de uma realidade física, mas de um objeto imaginário. Há também duas representações imaginárias do referente, a saber: 1) a imagem que o sujeito, ao enunciar seu discurso, faz do próprio discurso ou do que é enunciado; 2) a imagem que o sujeito, ao enunciar, faz da imagem que seu interlocutor faz do discurso ou do que é enunciado. No presente artigo, cabe-nos interrogar sobre as imagens de criança, de cientista e de profissão que são produzidas na revista. As representações imaginárias das diferentes instâncias do processo discursivo (imagens que A e B fazem de si mesmo, do outro e do referente) podem ser consideradas como resultantes de processos discursivos anteriores, que por sua vez decorrem de outras condições de produção. Logo, as formações imaginárias são sempre atravessadas pelo “já-ouvido” e o “já-dito”, ou melhor, são sempre atravessadas pelo trabalho da memória.

De fato, no processo discursivo, as formações imaginárias funcionam por meio de certos fatores, sempre imbricados, quais sejam: o mecanismo de antecipação, as relações de sentido e as de força. Na antecipação, o sujeito projeta uma representação imaginária do outro e, a partir dela, direciona as posições no discurso. Orlandi (2000) salienta que, por meio do mecanismo de antecipação, todo sujeito pode colocar-se no lugar em que seu interlocutor ouve suas palavras. A noção de relação de sentido, segundo Orlandi (2000), é mantida em todos os discursos, visto que não há discurso que não se relacione com outros. Dessa forma, “os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 2000, p. 39), ou seja, um discurso tem relação com outros dizeres realizados, imaginados, possíveis ou que ainda ocorrerão. Assim, o discurso é tomado como um estado de um processo discursivo contínuo, não tendo começo absoluto nem ponto final. Por fim, a relação de força deriva da forma como o sujeito se inscreve na história. Pautados nessa noção, é possível afirmar que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ORLANDI, 2000, p. 39). Se o sujeito fala do lugar do cientista, seu dizer significa diferentemente se falasse, por exemplo, do lugar da criança, o pretense leitor da revista.

Ao considerar os fatores que fazem funcionar as formações imaginárias, podemos compreender o modo como o divulgador significa a ciência, a criança, o cientista e sua profissão na própria prática discursiva da divulgação científica. Podemos dizer que, no discurso de divulgação científica, há uma

trama complexa das antecipações de imagens, por exemplo: a imagem que o divulgador faz da imagem da criança, da ciência e do cientista; a imagem que o divulgador faz da imagem do objeto do discurso e da profissão do cientista. Ressaltamos que as imagens são regidas pelas formas como as relações sociais se inscrevem na história, em outros termos, há intervenção da história nas imagens discursivas. De forma a verificar como se dão as formas de inscrição da história nas imagens de criança (leitor da revista), do cientista e da profissão de cientista, outra noção será mobilizada: a memória discursiva.

A memória em AD não é tratada dentro de uma abordagem neurológica ou psicológica, mas como memória do discurso, constituída por lembrança e esquecimento. Para nós analistas, não se trata apenas de uma questão de lembrar ou de esquecer, pois o que é trazido à lembrança, silencia outras versões de um mesmo acontecimento, e o que é esquecido pode propiciar a ruptura de uma rede de sentidos. Centramos nossa discussão sobre memória em relação às “contradições constitutivas das relações de sentido” (MARIANI, 1998, p. 35). Embora os sentidos que constituam a memória sejam muitos, apenas alguns são fixados por determinadas condições históricas de produção de sentidos e, portanto, tidos como literais (a ideologia toma determinado sentido como evidência e fixa-o na memória). Contraditoriamente, como lembra Mariani (1998), a rede de sentidos é tecida por resistência, ambiguidades, deslocamentos. Então, não se trata apenas de lembrar ou esquecer, mas: o que lembrar e o que esquecer? Por que lembrar e por que esquecer? O que se esquece lembrando e o que se lembra esquecendo?

Pêcheux (2007), no artigo “O papel da memória”, confere um estatuto específico à memória. Ela não deve ser entendida “no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2007, p. 50). O autor focaliza o processo de inscrição do acontecimento⁴ no espaço da memória, ou melhor, da reorganização da memória (que pode ou não absorver o acontecimento discursivo), como também o papel da memória no aparato da interpretação – uma vez que

⁴ Cabe ressaltar que um acontecimento histórico pode ou não instaurar um acontecimento discursivo. Pêcheux (2002), no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento*, postula que o acontecimento discursivo é o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2002, p. 17). O acontecimento pode desestabilizar o que está posto e provocar novas interpretações no espaço da memória que ele convoca e começar a reorganizá-la.

“a questão da interpretação é incontornável e retornará sempre” (PÊCHEUX, 2007, p. 54), já que os pontos de deriva de um enunciado oferecem lugar à interpretação.

Em relação ao aparato da interpretação, a memória discursiva seria, de acordo com Pêcheux (2007), o que nos permite, ao ler um texto que surge como um acontecimento, restabelecer os “implícitos”. A leitura de uma materialidade discursiva implica a “condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2007, p. 52). Isso significa dizer que alguns sentidos são possíveis de serem interpretados porque retomamos, pelo trabalho da memória, já-ditos. Todavia, como a interpretação transita na relação existente entre o ideológico e a memória, algumas interpretações de um acontecimento serão inscritas na memória e outras não serão.

Pêcheux destaca a existência de uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento. Ou o acontecimento escapa, não chega a inscrever-se, ou o acontecimento é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido. Em outros termos, sob o choque do acontecimento, um jogo de forças se instaura na memória: ora a manutenção de uma regularização pré-existente, uma estabilização parafrástica que acaba por absorver o acontecimento e dissolvê-lo (destacando que, necessariamente, a regularização apoia-se sobre o reconhecimento do que é repetido), ora a desregularização que perturba a repetição, o espaço da estabilidade. Podemos dizer, então, que a memória discursiva comporta tanto continuidade, regularização, repetição quanto ruptura. Pêcheux afirma que

[...] a repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura – sobretudo ao nível da frase escrita – o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material. Mas a recorrência do item ou do enunciado pode também [...] caracterizar uma divisão da identidade material do item: sob o “**mesmo**” da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como **outra possibilidade de articulação discursiva**... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase. (2007, p. 53 – grifos nossos)

Paralelamente à retomada e à repetição do “**mesmo**” (item lexical ou enunciado), podem ocorrer deslizamentos de sentidos responsáveis pela reorganização da memória. A repetição vertical é propensa, em sua materialidade, a furos; diga-se uma propensão que instaura que **outra possibilidade de articulação discursiva** possa ser aberta. O **jogo da metáfora** pode romper com a

ordem do repetível, instaurando um novo sentido, ou melhor, outras direções de sentido. Cabe ressaltar que não se consegue apagar o sentido precedente, pois este continuará ressoando.

A memória discursiva é um espaço móvel de disjunções, deslocamentos, retomadas, ou como aponta Pêcheux, é “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2007, p. 56). Nos embates dos movimentos entre o mesmo e o outro, a repetição e a ruptura, emergem lacunas repletas de historicidade. Embora lacunar, ao ser acumulada como em um reservatório, arquivada, a memória torna-se planificada, homogeneizada. Um efeito ideológico que toma um determinado sentido como evidente e fixa-o na memória. Dessa forma, os sentidos aparecerem como unívocos, literais, transparentes.

Orlandi (2000, 2002) também desenvolveu uma intensa elaboração teórica acerca do conceito de memória tal como definido por Pêcheux. Ao longo de seus artigos, Orlandi distingue algumas noções de memória, a saber: a discursiva, a institucional (arquivo) e a metálica⁵ (BARRETO, 2006). A memória discursiva é a que se constitui pelo esquecimento, na qual “fala uma voz sem nome”. Aquela em que algo fala antes, em outro lugar, independentemente (PÊCHEUX, 1988), produzindo o efeito do já-dito. Na obra de Orlandi, o termo memória recobre, de certa forma, o próprio conceito de interdiscurso.

A memória é tratada como interdiscurso quando tomada como possibilidade do dizer. Só é possível dizer se anteriormente algo foi dito. Contudo, também é necessário esquecer para poder dizer; esquecer que as palavras ditas por nós não são nossas. Ou, como aponta Orlandi (2000), esquecer é “efeito do interdiscurso”.

Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2000, p. 33-34)

Esquecer o que foi dito não é um esquecimento espontâneo, pois, ao se identificar com o que diz, o sujeito constitui-se em sujeito, ou melhor, o esquecimento constitui o sujeito e os sentidos.

⁵ Trata-se de uma entrevista, concedida a Raquel Goulart Barreto, na qual a Professora Eni Orlandi apresenta, entre outros conceitos, o de memória.

A memória institucional, também chamada memória de arquivo, é aquela que as instituições (escolas, museus, etc.) praticam. Ao fazê-lo, normatizam o processo de significação, sustentando-a em uma textualidade documental. A memória de arquivo estabiliza, cristaliza sentidos e pretende não esquecer. Orlandi (2002) ressalta que para compreender o funcionamento dos discursos faz-se necessário imergir na tensão entre a memória institucionalizada e o esquecimento.

Outra distinção operada é a da memória metálica (formal). Essa é a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem (bancos de dados). É a memória que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico. É a “informatização dos arquivos” (ORLANDI, 2004, p. 15). Não há estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito alhures, em distintas condições de produção, vai se juntando a outros dizeres. Encena-se a formação de uma rede de filiação, mas de fato é apenas uma soma. Portanto, sua particularidade é ser horizontal, é coletar uma infinidade de informações e colocá-las “à disposição”. Para Orlandi (2004), a memória metálica “lineariza, por assim dizer, o interdiscurso, reduzido a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições” (ORLANDI, 2004, p.15-16). Acredita-se que, nos des-limites dos meios, o que conta é a quantidade e não a historicidade. Destacamos que dizer que, na memória metálica, os efeitos da história, da ideologia são apagados não significa dizer que eles não estão presentes (ORLANDI, 2000).

Ao tratar da memória discursiva na imprensa, Mariani (1998) distingue algumas formas de memória. A primeira, a memória social, a autora diz ser o processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Resulta desse processo a predominância de uma interpretação e um aparente esquecimento das demais. É o fio da narrativa que, na memória social, garante um efeito imaginário de continuidades temporais, projetando sentidos hegemônicos. A manutenção de uma narrativa – que, por muitas vezes, conduz a um passado eternizado – projeta imaginariamente uma “realidade” desvinculada das relações contraditórias de poder e das censuras domesticadas.

Para a referida autora, a narratividade é um processo que, atuando junto à memória discursiva, promove a ilusão de completude. É, como a própria autora sugere, um fio invisível que tece e conduz sentidos parafrásticos, ou

ainda que impede ou direciona deslizamentos de sentidos. Os mecanismos de poder que apontam para sentidos possíveis ou silenciam outros em função de mudanças históricas são exercidos por meio da narratividade, uma vez que

[...] a narratividade possibilita a reorganização imaginária do movimento histórico, é o que permite que fatos antes ‘descartados’ passem a fazer sentido para a história. A narratividade, enfim, é o efeito que permite o contar uma história coerente, sem falhas, com estruturação temporal, com encadeamento de causas e consequências, com personagens e cenários explicativos. (MARIANI, 1998, p. 231)

A narratividade produz o efeito da linearidade histórica. A autora, ao observar esta forma, estipula que o papel da memória é compatível com a atuação da chamada “memória histórica oficial” (MARIANI, 1998, p. 35). Efetua-se, com tal atuação, um gesto de exclusão ao que pode escapar ao exercício do poder. Ou preserva-se um passado “bom e verdadeiro”, ou “a lembrança de um passado longínquo e ruim pode encontrar-se superada pela memória de outro passado mais recente e melhor, infância provável de um futuro promissor” (MARIANI, 1998, p. 36). Talvez seja esse o passado construído discursivamente pela revista *CHC*.

Complementa Mariani (1998) dizendo que para a memória social impor-se é necessário o esquecimento, mas, paradoxalmente, é por meio do esquecimento que novos sentidos surgem. Por ser a memória lacunar, como exposto na seção 7.2.1, as contradições, os silenciamentos e os deslocamentos potenciais da repetibilidade aparecem nas lacunas da memória social.

Entrelaçam-se, nas práticas sociais de fixação da memória, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. A fixação de uma interpretação do acontecimento sobre as outras, impede seu esquecimento, pois “não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória ‘oficial’” (MARIANI, 1998, p. 36). Logo, os sentidos silenciados podem redirecionar os hegemônicos.

Para intervir discursivamente na aparente mobilização social, Mariani afirma que “pensar discursivamente a memória é analisar as formas conflituosas de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem” (MARIANI, 1998, p. 38).

A autora busca entrever os processos discursivos que contribuíram para a homogeneização da memória histórica oficial de um grupo social. Faz-se necessário, dentre outros aspectos, considerar a relação de forças, traçar filiações com sentidos outros, mapear gestos de resistência, identificar as con-

dições necessárias para fazer sentido em uma dada formação social, ou melhor, considerar os subterrâneos constitutivos deste mundo semanticamente normal. Para a autora,

[...] o papel da memória histórica seria, então, o de fixar um sentido sobre os demais (também possíveis) em uma dada conjuntura. Ou ainda, vista deste ângulo, à memória estaria reservado o espaço da organização, da linearidade entre passado, presente e futuro, isto é, a manutenção de uma coerência interna da diacronia de uma formação social. (MARIANI, 1998, p. 41)

A referida autora aponta como o já-dito se atualiza no dizer e como esse mesmo dizer produz antecipações, o que é definido como “memória do futuro”. Em suas palavras,

[...] a memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização [...].

O “recordar” possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de “memória do futuro” tão imaginada e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias. (MARIANI, 1998, p. 38)

O discurso jornalístico agenda uma memória de futuro para seus leitores (observamos um funcionamento semelhante na revista *CHC*, especialmente, na seção “Quando crescer vou ser...”). A autora assinala que a memória do futuro tem sua materialidade textualizada de diversas formas: escolha lexical, adjetivações, advérbios e discurso relatado.

A pergunta “o que você vai ser quando crescer?” e sua resposta “quando crescer, vou ser...”, faz parte da memória da sociedade brasileira urbana. Pode-se dizer que a pergunta é feita e refeita por diferentes gerações. No entanto, a repetição da pergunta não assegura a repetição da resposta. Sabemos que, a partir dos postulados de Pêcheux, no mesmo se inscreve a possibilidade do diferente, ou seja, outra possibilidade de articulação discursiva – como, por exemplo, a resposta jocosa “vou ser grande” que desestabiliza a rede parafrástica que prevê a utilização de profissões como resposta.

Mas, para além da resposta jocosa, podemos encontrar redes parafrásticas distintas para grupos sociais também distintos. Na próxima seção buscaremos analisar tais redes. De fato, o que pretendemos, daqui por diante, é tecer, fiar, desfiar os fios dos discursos que construíram (e ainda constroem) as tramas da memória do futuro da criança, ou melhor, de uma determinada imagem de criança. Estamos nesse ponto, referindo-nos a uma memória he-

gemônica – construída em determinadas condições de produção – que ressoa sentidos.

Os sentidos são formados na história, o que se supõe uma memória. Contraditoriamente, para a análise da memória e sua relação com o esquecimento faz-se necessário desautomatizar o efeito de construção de sentidos, ou seja, desnaturalizá-los. Para tal, devemos tanto analisar as formulações dos enunciados que se atualizam na revista *CHC*, quanto a memória que constitui tais enunciados. Buscaremos na materialidade discursiva repetições e deslocamentos no processo de construção de sentidos sobre profissões, mais especificamente sobre profissões científicas.

Quando crescer vou ser ...

De acordo com os informes da revista *CHC*, a seção “Quando crescer, vou ser...” pretende apresentar diversas possibilidades de profissão, com informações técnicas e curiosidades relatadas por profissionais de cada área. Seu principal objetivo é dar subsídios para que a criança faça uma escolha “bem fundamentada” de sua futura profissão. De acordo com a revista, a seção realiza a “definição e composição das atividades desempenhadas em diferentes campos de trabalho, aprofundando a dimensão social, os conhecimentos e as tendências individuais, pontos importantes nas *predisposições vocacionais*”⁶ (*CHC*, 2006 - grifos nossos).

Na perspectiva assumida pela revista, ao ler a seção, a criança interessar-se-ia pela profissão descrita e tornar-se-ia, no futuro, um determinado cientista. A revista seria, então, um instrumento para despertar vocações científicas. Volta-se mais uma vez à questão da aptidão vocacional, à escolha individual de uma profissão, considerando o sujeito-criança senhor de suas escolhas.

A seção “Quando crescer, vou ser...” segue a seguinte organização: primeiro há a apresentação de um parágrafo introdutório. Em seguida, descreve-se a atividade realizada por determinado cientista. Posteriormente, são relatadas as motivações (sonho de infância, influência de um professor, etc.) que levaram a escolha da profissão. Também é apresentada a formação (graduação/pós-graduação no Brasil ou no exterior) exigida para cada profissão. Alguns textos tecem comentários a respeito do mercado de trabalho.

6 Trecho retirado do *site* da revista. Disponível em: < www.cienciahoje.uol.com.br/view/683>.

Observa-se, nessa organização, a representação imaginária da relação temporal (cronológica) das profissões científicas – ponto central de nossas análises.

Em outros termos, buscamos compreender o funcionamento das formas de representação imaginária da temporalidade. Em relação à essa representação imaginária, podemos dizer que há um imbricamento do presente, passado e futuro, conjugados de forma a sustentar a posição de predição do futuro da criança. Essa representação também está atrelada à construção de um espaço institucional/geográfico.

Recortamos um bloco de sequências discursivas no qual verificamos a questão das profissões científicas.

SD1: Tânia Sampaio, **do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**, decidiu seguir no ramo, porque, **desde criança**, quando costumava passear com suas primas no sítio de seu tio, encantou-se com as flores. **Hoje**, ela trabalha com a conservação de florestas, estudando como as sementes germinam nesses lugares (*CHC* – Quando crescer, vou ser biólogo, março, 2001).

SD2: O tempo passou e o garoto que procurou um reconhecido pesquisador de libélulas para saber o nome dos insetos que tinha coletado se tornou professor!

Hoje, Angelo Machado dá aula na **Universidade Federal de Minas Gerais**, é especialista em libélulas (**claro!**) e seu trabalho consiste, justamente, em identificá-las e classificá-las. “**Desde criança**, eu queria ser entomólogo, pois gostava de insetos e queria trabalhar com que gostava”, conta ele. (*CHC* – Quando crescer, vou ser entomólogo, setembro, 2003).

SD3: O professor **da USP** diz que se fascinou pelas pedras **quando ainda era criança**. “Estava na primeira série quando ganhei uma ametista”, conta. “Fiquei encantado por aquela linda pedra e **nunca mais** parei de estudá-las” (*CHC* – Quando crescer, vou ser gemólogo, março, 2005).

SD4: “Para ser geofísico você tem que estudar muito, ser curioso, gostar de matemática, física, geologia e de computação, além disso,

deve gostar de viajar, para coletar informações em vários lugares”, é o que diz Luiz Rijo, geofísico e professor da **Universidade Federal do Pará**. **Muito antes** de se formar, **quando ainda era um estudante**, Rijo queria trabalhar ajudando a descobrir petróleo. Sonho que, de certa forma, conseguiu realizar, pois **hoje**, ele é consultor de uma empresa de petróleo. “O dia-a-dia do geofísico é descobrir onde se esconde o minério, o petróleo, em águas subterrâneas. Um trabalho de muita paciência e responsabilidade”, conta. (*CHC* – Quando crescer, vou ser geofísico, abril, 2005).

Nas sequências 4 a 7, testemunhos⁷ de especialistas são trazidos. Falamos em testemunhos por ser o discurso do cientista “reconstruído, ao modo de um relato histórico atualizado, com características ficcionais: a história da ciência é encenada de modo a não distinguir os limites entre ficção e realidade” (NUNES, 2003, p. 54). Nos fatos narrados pelos cientistas, há uma forma de representação imaginária da relação temporal como uma séria linear de fatos que corresponderia a uma sequência cronológica ordenada: passado-presente. No entanto, essa sequência presente-passado do cientista é discursivamente afetada pela representação imaginária do futuro da criança.

Cria-se a ilusão que a temporalidade “presente-passado” representada nas narrativas dos cientistas corresponderia à temporalidade “futura” da criança. Esse jogo discursivo produz um efeito de inversão da direção temporal-cronológica: o agora da criança é o seu futuro. Pelo efeito de antecipação temporal, o futuro é deslocado da imaginária escala temporal: “não é o presente que avança para o futuro, mas *o futuro que avança para o presente*” (ZOPPI FONTANA, 1997, p. 159 – grifos da autora).

Nesses relatos, em relação às marcas linguísticas, destacamos o uso de adjuntos adverbiais de tempo e de lugar que constroem uma situação que tem a seguinte cronologia:

quando criança /desde criança, o cientista X encantou-se, gostava, fascinou-se por algum ramo/especialização científica e **hoje** trabalha na área ou **nunca mais** parou de estudá-las.

7 A voz do cientista é trazida, sobretudo, na forma de discurso direto. Observa-se o corte no fio do discurso promovido pelas aspas, funcionando como uma forma de demarcar a voz do sujeito-cientista em relação à voz do sujeito-divulgador.

O que pode ser parafraseado por:

se X, desde criança, sonhou em ser Y, você, sujeito-criança, poderá também ser Y amanhã.

A narratividade que constitui os relatos organiza imaginariamente a temporalidade. Há um jogo entre o passado-presente do cientista e presente-futuro do sujeito-criança. O passado do cientista ilustra uma vontade que se realizou e capacita-o no presente. A criança, ao seguir os mesmos passos, terá também um futuro promissor, o qual aparece como previsibilidade. Nas sequências acima, concentram-se três dimensões temporais, visto que para projetar o futuro da criança, projeta-se o presente do cientista e remonta-se o seu passado. O efeito produzido é um sujeito sem presente que vive somente um futuro latente, ou melhor, um futuro sempre-já-lá (ZOPPI FONTANA, 1997).

Os adjuntos adverbiais de lugar indicam a posição dos cientistas no mercado de trabalho, por sinal, funcionários de instituições públicas dedicadas ao ensino e à pesquisa (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Minas Gerais, USP). Trata-se da construção discursiva de um espaço institucional atrelado a um espaço geográfico (do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo). Também podemos identificar que ainda ressoa certa prática do bacharelismo, prática consubstanciada desde o Brasil-Colônia. Outros sentidos ecoam além do bacharelismo. Na atualidade, vivemos em uma sociedade, reconhecida por sociólogos, mundializada, em que há a promoção não só da desigualdade, mas, sobretudo, da segregação⁸ (SCHALLER, 2002, p. 151). Sob esse olhar, poderíamos compreender porque enunciar os locais de trabalho (essencialmente públicos) dos especialistas produziria um efeito de sentido de proteção, segurança para a criança já definida como futuro cientista.

Como o uso dos adjuntos adverbiais e o do discurso relatado na modalidade direta funcionam em nosso *corpus*? Produz-se a ilusão de espaços autênticos que funcionam, além da ancoragem espacial da produção dos

⁸ Para Schaller (2002), “a diminuição do trabalho industrial, as novas estratificações profissionais, a instabilidade do emprego, a precarização dos assalariados embaralharam as antigas fronteiras e referências” (Schaller, 2002, p. 149). Estaríamos presenciando outra forma de organização da sociedade. Para além da divisão da sociedade em classes, outras linhas de clivagem existiriam. Linhas que demarcam certos lugares e relegam à exclusão, à segregação, o que poderíamos chamar de *não-lugar*, uma parcela imensa da sociedade.

enunciados, como uma forma de legitimação dessas profissões científicas. Recorre-se ao discurso relatado que funciona, no discurso, como testemunho, o qual remete a um sujeito que constrói e responsabiliza-se por seu “próprio destino”, em um movimento que apaga a distribuição desigual de recursos materiais e de oportunidades em nossa sociedade. É um testemunho que materializa a ideologia do merecimento individual: só os indivíduos motivados, empreendedores e que tem bom desempenho são agraciados (graças às suas aptidões) com o emprego dos sonhos.

Tudo parece indicar um perpétuo processo que se funda na infância: o sonho infantil produzindo o efeito de mítico de gênese; o encontro da ciência ainda no ensino fundamental. Dessa maneira, cria-se um efeito de gênese comum para a história de todos os cientistas.

O presente dos cientistas é discursivizado como futuro da criança. Contudo, é um presente preenchido com referências às condições de produção dos enunciados (ancorados imaginariamente, na coordenada tempo-espaco), mas o futuro é esvaziado, visto ser esse indefinido e imprevisível.

Voltamos nesse ponto à noção de memória do futuro. A seção “Quando crescer, vou ser...”, mais do que dizer sobre as atividades realizadas por diferentes cientistas - profissões que requerem formação universitária –, dialoga com já-ditos, ou melhor, com discursos que estabelecem quem pode e deve ser cientista e quem não pode e não deve ser cientista. Por meio da noção de memória do futuro, é possível identificar como a seção da revista reproduz e perpetua a cisão da força de trabalho: de um lado, o trabalho intelectual (na ordem do dito), e do outro, o trabalho manual (na ordem do não-dito)

Dizer que os sentidos são esquecidos não significa dizer que são apagados. Eles retornam em brechas, nas fissuras da repetição vertical – como Pêcheux aponta que na repetição do mesmo há sempre lacunas. Na seção “Quando crescer, vou ser...”, observamos como essas brechas comparecem na materialidade discursiva.

SD5: Olha que se quiser ser **bombeiro**, **ainda tem chances** de se formar em meteorologista. Por quê? Porque esse era o sonho de criança do meteorologista Luiz Carlos Austin. Ele, que morava em frente a um cemitério, também cogitou de ser **coveiro**. **Mas conheceu a meteorologia e apaixonou-se!** (*CHC* – Quando crescer, vou ser meteorologista, nº124, maio, 2002).

SD6: Seria melhor se ele tivesse seguido seu sonho de criança: ser **chofer de caminhão**? Bom, ele não teria viajado o mundo, conhecido tão bem o ser humano, escrito mais de 60 livros, aprendido novas línguas, defendido os direitos humanos, combatido injustiças sociais ... Enfim, **acho que foi melhor ele ter optado pela teologia!** (*CHC* – Quando crescer, vou ser teólogo, nº130, novembro, 2002).

SD7: Estudo a Mata Atlântica e os ecossistemas vizinhos a ela, como restingas, pântanos etc.”, explica ele, que “**como boa parte dos meninos**, quando era criança, queria ser **jogador de futebol**” (*CHC* – Quando crescer, vou ser ecólogo, nº140, outubro, 2003).

SD8: Toda menina sonha em ser **modelo ou atriz**, certo? Que nada! Mutue Toyata Fujii, pesquisadora científica do Instituto de Botânica, da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, é a prova de que **esse papo é a maior bobagem**. (*CHC* – Quando crescer, vou ser ficólogo, nº143, janeiro/fevereiro, 2004).

Negam-se outras profissões (bombeiro, coveiro, chofer de caminhão, modelo ou atriz, jogador de futebol). No entanto, elas aparecem mesmo sendo negadas, pois quem tem o sonho de seguir profissões não-científicas, ainda tem chances de mudar, de optar por uma profissão científica. Dessa forma, não há inscrição das profissões não-científicas na representação imaginária da temporalidade futura das crianças.

As dimensões temporais estão interligadas: a fim de projetar o futuro no presente, obriga-se a rememorar o passado. Tal constatação é válida para proceder à interpretação dos recortes destacados. A revista convoca cientistas, pesquisadores, professores universitários a relatar suas vivências; vivências que se misturam a projeções pretéritas; vivências são relatadas na tentativa de recuperar uma temporalidade e uma localidade pretérita e endereça-las ao futuro. Dessa forma, constrói-se, imaginariamente, um por vir rememorando um passado igualmente imaginário e projeta-se no futuro a possível profissão de especialista ao leitor-criança.

As vivências são materializadas na língua tanto por meio dos advérbios quanto por recurso ao discurso direto. Essas funcionam como testemunhos que por si só substituiriam os documentos escritos, em uma ilusão de

que os testemunhos configuram a forma mais eficaz de dizer o indizível dos documentos escritos. Mas, contraditoriamente, a revista funciona como um documento escrito que arquiva o que é possível sonhar ou desejar ter uma profissão (ou formação?) para uma determinada classe social.

Consideramos que a seção “Quando crescer, vou ser...” funciona como um *lugar de atualização de memória do futuro*, ou seja, um espaço (construção imaginária, não física) que arquiva metalicamente representações, ou melhor, projeções imaginárias de um por vir – do que é considerado um futuro promissor. Assim sendo, constrói um imaginário de profissões aceitas socialmente para uma determinada classe social.

No caso do cientista/pesquisador que queria ser bombeiro, ou no caso daquele que queria ser *chofer* ou do ecólogo que queria ser jogador de futebol, o que levou cada um dos referidos cientistas/pesquisadores a mudarem seus sonhos? Ou o que faz com que um cientista se identifique como “um *verdadeiro* cientista”⁹? Para Pêcheux (1988) o sujeito ideológico reduplica – “constituído sob a evidência da constatação que veicula e mascara a ‘norma’ identificadora” (PÊCHEUX, 1988, p. 159), ou seja, a ideologia que designa o que será e o que deverá ser uma criança no futuro: cientista ou não-cientista; cientista ou jardineiro, pedreiro, mecânico. Segundo Grigoletto (2005), a *norma identificadora*, sob o efeito do ideológico, determina os lugares sociais de cada sujeito. Assim sendo, as formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, determinando os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo as imagens que representam tais lugares. Em outros termos, afirma a autora que o sujeito, ao ser interpelado pela ideologia e afetado pelas relações de poder, sobretudo as institucionais, já está inscrito num determinado lugar social/empírico e não em outro.

Considerações finais

Os enunciados construídos na seção simulam uma temporalidade que se constitui em relação aos efeitos de projeção de um vir-a-ser-sujeito de um “futuro sempre-já-lá” (ZOPPI FONTANA, 1997, p. 160). A representação desse futuro naturaliza os processos históricos da norma identificadora e pro-

⁹ Parafrazeando Pêcheux (1988) quando o referido autor, com o enunciado “um soldado francês não recua”, exemplifica a “norma” identificadora que põe como significado “*se você é um verdadeiro soldado francês, o que, de fato, você é, então você não pode/deve recuar*” (p. 159 – grifos do autor).

duz efeitos de evidência de valorização social das profissões científicas. O trabalho da memória do futuro nos enunciados da seção da revista aponta a museificação de sentidos sobre profissões e, dessa forma, funciona como um tamponamento das brechas, dos furos sempre abertos pela “imprevisibilidade de um futuro discursivamente indeterminado” (ZOPPI FONTANA, 1997, } p. 160). Essas brechas abrem outras possibilidades de articulação discursiva.

A imagem de criança como um vir-a-ser-sujeito é construída a partir do funcionamento das formas de representação imaginária da temporalidade futura do discurso – a qual propomos chamar de futuridade. De forma geral, a futuridade parece ser o princípio organizacional dos enunciados sobre criança.

Podemos dizer que a seção tende a eternizar os sentidos da memória oficial – de forma a imobilizar os sentidos. A seção funciona como um elemento de reprodução do consenso hegemônico de significação sobre profissões no Brasil. No entanto, não é a revista com seus testemunhos de adultos supostamente bem sucedidos – outrora crianças inscritas em um lugar social que possibilitava a dita “aptidão para a ciência” – que possibilitará inscrever seus leitores em um ou outro lugar social. São as reais condições de produção que o fazem. Não é a revista que desperta vocações científicas, mas a formação discursiva na qual sujeito-leitor se inscreve que o faz identificar-se ou não com a posição de cientista – das ciências humanas ou das exatas e da natureza. Lembramo-nos de que Pêcheux, ao referir-se à reprodução, afirma não se tratar de uma máquina de salsichas, pois sempre há a possibilidade da transformação. Como já tivemos a oportunidade de retomar em nossa tese, o ritual ideológico é passível de falha.

Consideramos que o passado comporta outros futuros além daquele que ocorreu. Há possibilidades outras, outros futuros possíveis tanto para crianças de diferentes classes sociais. O discurso vocacional não é absoluto, apresenta fissuras nas quais outros sentidos podem emergir. A cada nova retomada, novos elementos podem inscrever-se na ordem da memória. E podem ocorrer rupturas e fundação de novas redes de sentidos. A história é contraditória e a língua propensa ao equívoco, portanto, o futuro pode sempre ser outro.

Do nosso ponto de vista, a criança é um sujeito que produz história, mesmo que lhe seja (como é a todos os sujeitos) opaca. Devemos, como aponta Jobim e Souza (2005, p. 142), considerar que “a criança não se constitui no amanhã: ela é hoje, no seu presente, um ser que participa da construção histórica de seu tempo”.

BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Discourse analysis of scientific divulgation magazine: the memory of the future and its locus. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 46-66, 2012.

ABSTRACT: *This article aims to analyze discourse sequences selected from the section: "When I grow up, I will be..." in the magazine **Ciência Hoje das Crianças**, in order to elicit images of a child, a scientist and his profession. The section of the magazine is characterised as a space to update the memory of the future, in which scientific qualification is developed as a guarantee of a future profession. Since it is a memory work that operates rather predictably, the illusion of perpetuation of a scientific activity value emerges. In this discourse, the imaginary of a future intertwined with the scientist profession is believed to be highly prestigious. As a consequence, there follows an imaginary construction of a promising future for the scientists-to-be.*

KEYWORDS: *Discourse analyses. Scientific popularization. Memory of the future.*

Referências

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi. **TEIAS**, Rio de Janeiro, ano 07, n. 13-14, p. 01-07, jan/dez. 2006. Disponível em: <[http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path\[\]=210&path\[\]=209](http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path[]=210&path[]=209)>. Acesso em: 15 mar. 2009.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. 267 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, UFRGS, Rio Grande do Sul, 2005.

JAPIASSU, Hilton. **As paixões da ciência**: estudos de história das ciências. São Paulo: Letras e letras, 1991.

JOBIM e SOUZA, Solange et al. Conversando com crianças sobre escola e conhecimento: a abordagem dialógica e a crítica ao cotidiano. In: _____. (Org.) **Subjetividade em questão**: a infância como crítica da cultura. 2. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2005.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Renavan; Campinas; SP: Editora da Unicamp, 1998.

NUNES, José Horta. A divulgação científica no jornal: ciência e cotidiano. In: GUIMARÃES, E. (Org.) **Produção e circulação do conhecimento**: política, ciência, divulgação. Campinas: Pontes Editores, 2003, p. 43-62.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas, SP: Pontes; Vozes, 2004.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 2 ed. Campinas: Pontes, 2000.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis: n. 1, p.73-81, jul./dez. 1998.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (Org.). **Papel da memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 61- 162.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SCHALLER, Jean-Jacques. Construir um viver junto na democracia renovada. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2002.

ZOPPI FONTANA, Mônica G. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: Unicamp, 1997.

ESTRATÉGIAS DE RELATIVIZAÇÃO: TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE¹

Roberto Gomes CAMACHO²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é examinar a hipótese de que a seleção entre as diferentes estratégias de relativização disponíveis na gramática do português é motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e conteúdo, o que implica, correlativamente, grau maior ou menor de facilidade no processamento cognitivo. Além disso, o grau maior ou menor de transparência permite postular uma ordenação das estratégias correspondente a uma escala hierárquica em termos de maior ou menor grau de facilidade de processamento cognitivo.

PALAVRAS-CHAVE: Construção relativa. Transparência. Iconicidade. Opacidade. Economia.

Introdução

De um ponto de vista tipológico, Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem quatro estratégias usadas para codificar a modificação complexa realizada pela relativa, conforme o tipo de relação de correferência entre o núcleo e a variável relativizada: (i) a de lacuna; (ii) a de retenção pronominal; (iii) a de pronome relativo e (iv) a de não redução. O português dispõe da estratégia de lacuna (1a-b), de pronome relativo como formas padrão (1c) e duas alternativas não padrão, a copiadora (1d) e a cortadora (1e), que podem ser identificadas como variantes da estratégia de retenção pronominal.

¹ Este trabalho, que foi apresentado na mesa-redonda *A interface gramática e cognição nas relações entre forma e função* como parte do programa do 60º Seminário do GEL, realizado na USP, em julho de 2012, é o resultado do projeto *O papel das estratégias de relativização no processamento discursivo*, que desenvolvi como Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq- proc. 301386/2008-0) e como bolsista Sênior de Estágio no Exterior (CAPES – proc. BEX 5787-10-6).

² Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. camacho@ibilce.unesp.br

- (1) a fiquei ali durante... a assistir àquele espectáculo de água [**que** caía] (Moç86:Chuva)
 b muitas coisas [**que** eu fiz], talvez não fizesse. (To-Pr96:SerProfessor)
 c esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**com quem** eu vivesse] (Ang97:O Jovem Gaspar).
 d esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**que** eu vivesse **com ela**].
 e esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**que** eu vivesse **O**].

Segundo Comrie (1989), o tipo de lacuna é o menos explícito por não fornecer nenhuma indicação do papel do núcleo dentro da oração relativa. O português admite o tipo lacunar apenas nas posições de sujeito e de objeto.

A estratégia de não redução, que não tem interesse direto aqui por ser inexistente no português, define-se pela retomada da expressão completa do núcleo nominal no interior da oração relativa. Já a estratégia de pronome relativo, que se vê em (1c), é empregada quando formas especiais, os pronomes relativos, são usadas para representar o papel do núcleo nominal na oração relativa. Em geral, os relativos tornam visíveis as funções sintáticas e semânticas da oração relativa.

Em comparação com a estratégia de pronome relativo, a estratégia copiadora é mais eficaz nas línguas que a contêm, em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade (doravante HA) de Keenan e Comrie (1977) contida na Figura 1.

**SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO >
OBJETO DE COMPARAÇÃO**

Figura 1. Hierarquia de Acessibilidade (KEENAN; COMRIE, 1977, p. 68)

Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e mais rara tipologicamente.

Além das duas construções padrão, a de lacuna e a de pronome relativo, e as duas não padrão de retenção pronominal [copiadora e a cortadora], o

português dispõe ainda, nas posições relativizadas de OBL, que são regidas por preposições lexicais (PEZATTI et al., 2010), a chamada relativa de encahlamento de preposição (*preposition stranding*).³

Segundo Pezatti et al. (2010) algumas adposições simples, como *contra, sem, sobre, sob* etc. e sintagmas adposicionais, como *dentro de*, constituem predicados monovalentes, enquanto outras, como *de, em, com* etc., funcionam como marcadores de funções semânticas. Aquelas constituem palavras lexicais, que são inseridas no Nível Representacional, e estas, palavras gramaticais, que sinalizam, no Nível Morfossintático, as funções semânticas argumentais e não argumentais do Nível Representacional, conforme a organização em níveis e camadas da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Exemplos de estratégias alternantes são fornecidos em (2a-d); o exemplo contido em (2d) leva um sinal de interrogação por constituir um enunciado possível, mas não com o mesmo valor semântico dos contidos em (2a-c).

- (2) a A reunião [**sobre a qual** conversamos] fica adiada até o próximo mês.
b A reunião [**que** conversamos **sobre ela**] fica adiada até o próximo mês.
c A reunião [**que** conversamos **sobre**] fica adiada até o próximo mês.
d (?) A reunião [**que** conversamos] fica adiada até o próximo mês.

Um constituinte argumental, como o complemento oblíquo de (3), que, por definição, é regido por uma preposição gramatical, impede a estratégia formal de encahlamento, que fica restrita a outros constituintes igualmente oblíquos, mas que são regidos por preposições lexicais, como os de (2) acima.

- (3) a esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**com quem** eu vivesse] (Ang97:O Jovem Gaspar).
b (*) esse dinheiro, di(...), dinheiro não chegava. Nem para mim, nem para a pessoa [**que** eu vivesse **com** \emptyset]

³ Por “encahlamento de preposição” (*preposition stranding*), entende-se um fenômeno sintático, assim batizado por Ross (1967), extremamente investigado na gramática gerativa, segundo o qual uma preposição regente ocorre em outra posição que não seja adjacente ao núcleo regido. Esse processo, extremamente raro em línguas românicas, é muito comum em línguas da família germânica, como o inglês.

Comrie (1989) postula que, se uma língua dispuser de uma estratégia mais explícita e de uma estratégia menos explícita para a formação de relativas, a mais explícita é que será empregada para relativizar as posições mais baixas, e a menos explícita para relativizar as posições mais altas. Essa generalização tem fundamento funcional, já que a relação entre o grau de dificuldade de relativizar uma posição e a necessidade correlativa de fornecer mais informação sobre a posição relativizada serve justamente para facilitar a retomada dessa informação (COMRIE, 1989, p. 163).

Tendo esse fenômeno como objeto de estudo e essas premissas como possíveis hipóteses explicativas, este trabalho pretende examinar se a seleção entre essas diferentes estratégias no português seria motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e função, e se o grau maior de transparência facilitaria o processamento cognitivo. Assenta-se justamente na gradação de transparência a possibilidade de postular uma ordenação das estratégias correspondente a uma escala correlativa de gradação na facilidade de processamento.

Os exemplos rotulados foram recolhidos da amostra do Projeto Português Falado – Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009). Os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões, sob o título *Português Falado – Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada*, e se acham disponíveis num *site* da internet (2009).⁴ Apesar dessa base de dados, a condução deste trabalho se baseia exclusivamente num método interpretativista de base qualitativa.⁵

Este trabalho se organiza da seguinte maneira: a segunda seção fornece o suporte teórico com base na relação entre processamento cognitivo das construções relativas e a relação de transparência entre forma e função; a terceira seção aplica esse suporte, discutindo como as estratégias de relativização aparecem morfossintaticamente codificadas com base em suas motivações semânticas e pragmáticas; a quarta seção conclui o texto com algumas generalizações derivadas dessa discussão prévia.

⁴ <http://www.clul.ul.pt/sectores/linguisticadecorpus/projectoportuguesfalado.php>.

⁵ Este trabalho faz parte também do projeto *Construções subordinadas nas variedades lusófonas*: uma abordagem discursivo-funcional, que investiga as relações completivas, relativas e adverbiais e é desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP de São José do Rio Preto, coordenado por Eroltilde Goreti Pezatti.

Facilidade de processamento e transparência forma e conteúdo

O alto custo cognitivo da alternante padrão ou de pronome relativo, ilustrada em (2a) e (3a), conhecida na literatura gerativa como *pied-piping*⁶, parece determinar a quase exclusão de seu uso no registro informal, interpretação que credito a Kenedy (2007). Dentro do arcabouço gerativo, esse autor defende a hipótese de que, apesar do grande esforço descritivo que a linguística do português tem despendido na análise dessa estrutura, o fenômeno *pied-piping* em relativas não pode existir naturalmente na gramática de nenhuma variedade do português, e, possivelmente, na opinião do autor, de nenhuma outra língua humana. Por essa razão Kenedy (2007) nomeia sua hipótese “Antinaturalidade de *pied-piping* em orações relativas (APP)”.

De acordo com essa hipótese, o domínio de relativas *pied-piping* depende de um aprendizado artificial, mediado pelo contato com a língua escrita formal, e não de um processo de aquisição naturalmente desenvolvido.

É sem dúvida instigante a hipótese de antinaturalidade, mas meu objetivo aqui é fornecer uma hipótese alternativa, de natureza funcional, que se relaciona também com uma característica universal da linguagem, a relação de tensão entre transparência e opacidade de forma e conteúdo. Essas propriedades em oposição têm o vetor apontado para outra direção, já que assentam suas bases em relações de alinhamento entre categorias morfossintáticas, por um lado, e categorias pragmáticas e semânticas, por outro (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A sensibilidade da morfossintaxe às motivações pragmáticas e semânticas não implica a existência de projeções biunívocas entre as categorias dos níveis de análise envolvidos com a codificação e as categorias dos níveis envolvidos com a formulação, justamente porque as línguas diferem consideravelmente, de uma perspectiva tipológica, no modo como codificam os mesmos traços pragmáticos e semânticos. Por essa razão, em função de seu caráter simbólico, a linguagem humana é capaz de tolerar um grau muito elevado de arbitrariedade; entretanto, há também uma quantidade considerável de fenômenos que mostram certa homologia entre forma e conteúdo, um

⁶ Na análise gerativa, a palavra-Q se move para o início da sentença, levando consigo seu complemento, exatamente como o flautista de Hamelin seduz, com sua música, ratos e crianças, que passam a segui-lo; é em razão disso que se usa a expressão metafórica “*pied-piping*”, tal como foi cunhada por Ross (1967), quando ainda imperava o modelo transformacional na sintaxe gerativa.

dos quais é a iconicidade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), pode-se perceber a atuação do Princípio de Iconicidade no modo como a ordem de codificação morfossintática reflete a ordem das categorias das dimensões interpessoal e representacional.

Há uma relação competitiva entre transparência e opacidade, que se acha ligada ao Princípio de Economia, em contraposição ao de Iconicidade (GIVÓN, 1980; 1990; HAIMAN, 1985), duas motivações funcionais em competição (DU BOIS, 1985) extremamente reconhecidas pela pesquisa tipológica. A iconicidade é a tendência para a relação de conformidade entre a estrutura linguística e a estrutura da experiência conceitual, traduzida por Haiman (1985, p. 11) como motivação icônica.

A transparência se aplica ao alinhamento entre os níveis pragmático e semântico, por um lado, e entre esses dois níveis e os dois níveis formais, por outro, isto é, o morfossintático e o fonológico. Desse modo, é possível distinguir um conjunto diversificado de fenômenos que, ao violar a transparência, torna mais opaca a relação entre forma e conteúdo, ativando, por consequência, a ausência de paralelismo entre os diferentes níveis da gramática.

Leufkens (no prelo) aponta três possibilidades de violação da transparência: redundância, desintegração de domínio e categorias formalmente motivadas. A redundância compreende relações entre uma unidade de conteúdo e duas ou mais unidades formais. Uma das unidades formais é redundante porque poderia ser deixada de lado sem perda de significado. É o que ocorre, por exemplo, com os casos de concordância nominal e verbal.

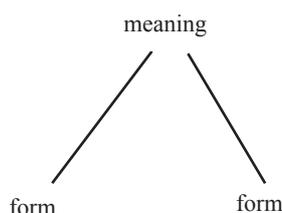


Figura 2. Redundância (LEUFKENS, no prelo)

Ocorre desintegração de domínio quando se viola a estrutura interna das unidades formais. Uma situação a que esse processo se aplica é a de fusão de unidades formais, como morfemas amalgamados, por exemplo, e a consequente convergência de duas ou mais unidades de conteúdo em uma única unidade formal.

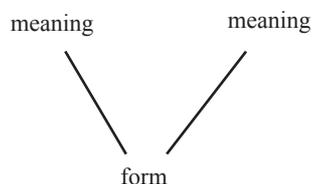


Figura 3. Desintegração de domínio (LEUFKENS, no prelo)

Outro fenômeno típico de desintegração de domínio – a descontinuidade – ocorre quando se divide uma unidade formal, como a estrutura de um SN em (4a), de que resulta novamente a ausência de paralelismo entre as categorias pragmáticas e semânticas e as categorias morfossintáticas.

- (4) a The guy [has arrived] who's going to fix my lock. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 285)
b (*) O cara chegou [que vai consertar minha fechadura.]
c Chegou o cara [que vai consertar minha fechadura.]

A descontinuidade formal da construção de (4a) viola claramente o Princípio de Integridade de Domínio e, portanto, as relações de transparência. Esse princípio se refere a uma preferência para que as unidades do mesmo estatuto funcional no Nível Interpessoal e no Nível Representacional sejam também justapostas no Nível Morfossintático. As unidades *The guy* and *who's going to fix my lock* designam, semanticamente, o mesmo indivíduo, mas a codificação morfossintática separa o sintagma nominal e a oração relativa intercalando entre eles o sintagma verbal da oração matriz.

O resultado é claramente um fenômeno de descontinuidade (HENGEVELD, 2011, p. 13), que o português não admite, já que a sentença mais próxima de (4a) com o mesmo significado é agramatical, enquanto (4c) diverge de (4a) por consistir numa declaração tética, desprovida de Tópico: toda a informação nela contida é nova, diferentemente de declarações categóricas, que dispõem de um Tópico e de um Foco (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 89).

O terceiro tipo de violação de transparência – categorias formalmente motivadas – inclui todas as formas e relações formais que são completamente destituídas de motivação pragmática ou semântica.

form → form

Figura 4. Categoria formalmente motivada (LEUFKENS, no prelo)

Elementos expletivos, como, por exemplo, a forma *there* do inglês em *There comes the sun*, são unidades puramente formais sem motivação pragmática ou semântica, uma vez que nada significam e a nada se referem; consistem em formas não funcionais ou morfossintaticamente autônomas.

Se considerarmos a tensão entre esses dois polos, a existência de um grau máximo de transparência numa gramática chega a ser uma vantagem de um ponto de vista cognitivo, já que projeções biunívocas de forma e conteúdo (e, portanto, transparentes) são mais fáceis de adquirir do que projeções opacas.

Leufkens (no prelo) lembra a aquisição tardia de gênero gramatical em holandês. Em razão de opacidade entre forma e conteúdo, a categoria gramatical de gênero é apenas completamente dominada pelas crianças por volta dos 8 anos (BLOM et al., 2008 apud LEUFKENS, no prelo). Evidências desse tipo indicam que relações de transparência constituiriam o ponto de partida da aquisição, e as relações de opacidade seriam adquiridas mais tardiamente.

Um estudo sobre a aquisição de relativas, desenvolvido no Brasil, por Perroni (2001), mostra que as posições relativizadas por crianças entre os 2;0 e os 5;0 de idade são as mais altas na HA (KEENAN; COMRIE, 1977): as de sujeito e objeto, justamente as mais frequentes e também as que não envolvem nenhuma preposição. Nos dois casos registrados de relativas com posição preposicionada, a estratégia empregada é a copiadora, em que, também para a autora, a presença do pronome-lembrante indica mitigação de esforço de processamento (PERRONI, 2001).

Motivações semânticas e pragmáticas e a decodificação morfossintática das estratégias de relativização

Feita essa digressão, voltemos aos casos de (2), aqui repetidos como (5) e especialmente a sentença contida em (5a), para tentar responder à questão do que acontece com a produção de uma oração relativa padrão como esta.

(5) a A reunião [**sobre a qual** conversamos] fica adiada até o próximo mês.

- b A reunião [**que** conversamos **sobre ela**] fica adiada até o próximo mês.
- c A reunião [**que** conversamos **sobre**] fica adiada até o próximo mês.
- d (?) A reunião [**que** conversamos] fica adiada até o próximo mês.

Do ponto de vista das relações de transparência, a relativa contida em (5a) implica um alinhamento interpessoal ou pragmático, já que, em sentenças simples, a posição inicial (P¹), onde se insere na relativa o adjunto de Assunto em (5a), é especificamente reservada para as funções pragmáticas de Tópico, Foco e Contraste.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a função Foco sinaliza a seleção estratégica de informação nova, feita pelo falante, para preencher uma lacuna informativa do interlocutor ou para corrigir uma informação de que o interlocutor já disponha. Outra dimensão da organização de informação é a função Tópico. Essa função não é considerada complementar à de Foco, mas é mesmo parte dessa dimensão, já que uma mesma unidade pode ser simultaneamente focal e tópica. Atribui-se a função Tópico a um Subato que tem a função especial dentro do Ato Discursivo de sinalizar o modo como o Conteúdo Comunicado se relaciona à memória referencial gradualmente construída no Componente Contextual. Finalmente, a função Contraste sinaliza o desejo do Falante de tornar visíveis as diferenças particulares entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e a informação contextualmente disponível.

Feito esse breve parêntese, pode-se afirmar que a razão para inserir um constituinte preposicional na posição P¹ da relativa padrão tem o mesmo alinhamento pragmático, já que a relativa dá continuidade ao tópico da principal – *a reunião* – que é retomado sob a forma de SP com pronome relativo em vez de um núcleo nominal na subordinada *sobre a qual conversamos*.⁷

Apesar dessa função tópica, a estratégia utilizada não é uma imposição funcional, justamente porque o português dispõe de uma posição preferencial, mas não necessariamente obrigatória, de Tópico em P¹; nesse aspecto, o português difere de línguas de proeminência de tópico, como o Mandarim. Tanto é verdade que a estratégia copiadora de (5b) mantém a mesma relação

⁷ O Tópico se correlaciona fortemente com informação dada e com a noção de identificabilidade para o Ouvinte, entendida como definitude (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 94). Esses dois traços aplicam-se a *reunião* em (2a).

de continuidade temática, mesmo com a inserção da segunda instância do tópico na posição pós-verbal.

A sintaxe das interrogativas também sugere o uso da posição P^I, como se vê em (5e).

(5) e **Sobre quem** vocês estão conversando?

Todavia, ao contrário da relativa padrão, o esforço cognitivo de formulação e de decodificação morfossintática subsequente, tem um valor pragmático obrigatório, que é realçar um constituinte, fortemente correlacionado à informação nova.

A posição P^I, nesse caso, é usada para foco marcado, já que a informação nova do tipo não marcado tem posição preferencial na região pós-verbal de uma predicação em português. Embora represente uma descontinuidade, que viola, portanto, o Princípio de Integridade de Domínio, uma oração interrogativa viola esse princípio em função de outra estratégia funcional, a atribuição de Foco, portanto, nesse caso, a posição inicial na codificação morfossintática apenas se alinha a uma necessidade pragmática, como se fosse um reflexo dela.

Conforme mencionado acima, as posições relativizadas com preposições lexicais não admitem a estratégia cortadora; consideremos, por isso, as estratégias de relativização da posição de oblíquo, contidas em (6a-c).

- (6) a [ela escolhia [**a roupa** [**d(e/a) qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **dela**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [**a roupa** [**que** eu gostava **Ø**] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

Observe que, como mostra (7) abaixo, a copiadora de (6b) maximiza o princípio de transparência entre forma e conteúdo, já que o oblíquo ocupa a posição pós-verbal, que não provoca desintegração de domínio, no caso o

verbo e seu argumento, o que implica alinhamento entre o Nível Interpessoal, ou pragmático, e o Nível Morfossintático:

- (7) que eu gostava dela.
que-complementador eu gostava dela
marcador de relativização P^I Tópico P^M P^{M+1}

Já a construção padrão de (6a), a única introduzida por pronome relativo propriamente dito, insere o núcleo retomado pelo oblíquo na posição P^I, pragmaticamente motivada por razões de topicidade, mas com o pesado fardo cognitivo de violar o Princípio de Integridade de Domínio, tornando opaca a relação forma e conteúdo.

Recorde-se que Princípio de Integridade de Domínio assegura que as categorias semânticas núcleo e modificador da relativa devem ser morfossintaticamente contíguas. Para respeitá-lo, a relação representacional entre núcleos e modificadores deve ser morfossintaticamente codificada de tal modo que o modificador apareça adjacente ao núcleo e que o argumento apareça adjacente ao predicado.

Conforme demonstrado em (8), a posição P^I se desdobra em função da possibilidade de existir duplicidade de tópicos na mesma oração.

- (8) A roupa da qual eu gostava.
da qual eu gostava
P^I Tópico¹ P^{I+1} Tópico² P^M

Parece, então, que o uso da alternante padrão tem uma finalidade praticamente estrutural,⁸ o que significa despendido excessivo esforço cognitivo em sua formulação, já que os interlocutores podem ativar a mesma função tópica com uma codificação morfossintática com menor esforço de produção e de processamento.

Uma copiadora registra menor custo de processamento por questões de transparência entre forma e conteúdo. Cada elemento referencial aparece em sua posição canônica, no esquema S-V-O/OB/OI preferencial do portu-

⁸ Digo “praticamente estrutural” porque, em relativas, a posição P^I também é reservada para uma função pragmática, a de Tópico. Mas a relação de topicidade se dá por relação anafórica com o antecedente, que já é Tópico ou Foco em restritivas convencionais.

guês, de acordo com o Princípio de Integridade de Domínio, o que implica alinhamento entre funções pragmáticas e semânticas, por um lado, e codificação morfossintática, por outro. Essa relação não se aplica do mesmo modo à construção padrão, que, por violar esse princípio, em função da estrutura O/OB/OI-S-V, dispõe de um elevado grau de opacidade, ao contrário da estratégia copiadora.

Nesse caso, a seleção da estratégia copiadora em detrimento da estratégia de pronome relativo é de fato funcionalmente mais eficaz em virtude de licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas, incluindo, em (9a), a de objeto de comparação, a mais baixa na hierarquia de acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), posição não licenciada para a estratégia de pronome relativo ou padrão (9b).

- (9) a O homem [que ninguém no bairro é maior do que ele] não conseguiu entrar no time de basquete. (adaptado de DIK, 1997, p. 366).
 b * o homem [mais alto do que quem ninguém no bairro era] não conseguiu entrar no time de basquete

Outro ponto de resistência está na diluição da ambiguidade da relativa padrão, em certas configurações sintáticas em que ela aparece encaixada, conforme mencionada por Lemle (1978). A forma sentencial ambígua de (10a) é a alternativa padrão, que dispõe de duas interpretações possíveis, representadas por (10b) e (10c), cujas relações argumentais, absolutamente transparentes na formulação copiadora de (10b') e (10c') passam a corresponder exatamente às duas interpretações contidas em (10b) e (10c).

- (10) a Estou procurando a toalha que ele disse que secou.
 b Estou procurando uma toalha. Ele disse que ele secou essa toalha.
 c Estou procurando uma toalha. Ele disse que essa toalha secou.
 b' Estou procurando a toalha que ele disse que secou **ela**.
 c' Estou procurando a toalha que ele disse que **ela** secou. (LEMLE, 1978, p. 84)

A razão da diluição da ambiguidade e, em consequência, da possibilidade de extensão das relativas à função de objeto de comparação, assenta-se na explicitação, permitida somente na estratégia copiadora, de todas as posições sintáticas com base na ordem canônica SVO dos constituintes.

Essas evidências qualitativas confirmam a suposição de Tarallo (1983) de que os pronomes-lembrete tendem a ocorrer quando o falante perde a trilha do processamento sintático. A retenção pronominal tem a função de restaurar a sintaxe normal da relativa (TARALLO, 1983, p. 101-102).

No entanto, diacronicamente, a variante cortadora passou a prevalecer, em termos de frequência, sobre a copiadora em função do caráter estigmatizado da retenção pronominal. A partir do século XIX, cresce o uso de retenção pronominal na posição de sujeito, uso esse praticamente condenado pelas prescrições gramaticais anteriores; já o de pronome na posição de objeto, cujo apagamento era praticamente condenado nos séculos anteriores, começa a decrescer vigorosamente. É por isso que Tarallo vincula o nascimento da estratégia cortadora ao desaparecimento dos clíticos em orações simples, como uma mudança encaixada no sistema: considerando só posições preposicionadas, cai a frequência da copiadora de 9,9% em 1725 para 5,1% em 1880, e aumenta significativamente a frequência da cortadora de 0,9% em 1725 para 59,5% em 1880 (TARALLO, 1983, p. 207).

Se a construção copiadora maximiza a propriedade da transparência e se, portanto, é capaz de facilitar o processamento cognitivo tanto do polo da produção quanto do polo da recepção no processo de interação, por que tem sido evitada em favor da construção cortadora? E no caso de haver preposições lexicais, por que se tem generalizado o uso de construções com encaimento de preposições?

A resposta a essas questões se assenta no fato de que, além das considerações sociolinguísticas levantadas por Tarallo (1983), a informação de curtíssimo prazo, reiterada na posição de oblíquo, passa a implicar duplicação de forma. E com efeito, *roupa* e *dela* ativam a violação do princípio de transparência, por conta da coexistência de duas formas com a mesma função em espaços muito próximos dentro do enunciado.

A questão da continuidade tópica e da quase-opacidade entre unidades formais e unidades de conteúdo fica para segundo plano, quando a escolha incide sobre uma construção cortadora. O português admite ausência de manifestação fonológica de argumentos nas situações em que sejam suficientes as informações contextuais. Nesse caso, uma motivação em competição, o Princípio de Economia, sobrepuja outra, o Princípio de Iconicidade.

Em contraste com a iconicidade, que torna a estrutura linguística tão transparente quanto possível, a economia representa uma pressão para o mí-

nimo esforço e para a simplificação máxima da expressão (HAIMAN, 1983; 1985). Pode haver economia sintagmática e economia paradigmática.

A economia paradigmática se traduz pela tendência de reduzir ao máximo o inventário de signos de um sistema linguístico, cuja consequência mais direta é o fenômeno da polissemia. A economia sintagmática, por outro lado, é a tendência de reduzir o comprimento ou a complexidade de qualquer enunciado, de modo que as expressões mais frequentes no uso tendem a reduzir-se fonologicamente e a informação que é redundante e/ou recuperável no contexto comunicativo tende a ser omitida. (HAIMAN, 1985, p. 158).

Se a economia paradigmática reduz a duplicidade de formas para a mesma função, o mesmo é possível dizer da economia sintagmática. Isso significa que os dois tipos atuam também como mecanismo de transparência entre forma e conteúdo, na medida em que o antecedente e o pronome-lembrado reiteram a mesma referência no discurso, o que implica duplicidade formal. O Princípio de Economia e o de Iconicidade atuam conjuntamente para maximizar a relação de transparência entre forma e conteúdo e acabam se tornando, portanto, motivações em competição nesse processo.

Por outro lado, caso a reiteração de informação de curto prazo transforme a estigmatização das copiadoras num problema incontornável, o último recurso que resta ao falante sociolinguisticamente sensível é apelar para duas outras alternativas, a de enclivamento de preposição de (2c) ou a cortadora de (6c). Essas estratégias não dispõem de duplicidade de tópico como a padrão, nem manifestação fonológica do segundo argumento do predicado, como a construção copiadora.

(11) A roupa que eu gostava.

que-complementador	eu	gostava	O
marcador de relativização	PI Tópico	PM	PM+1

A relativa padrão é a estratégia que exhibe o menor grau de transparência e a relativa copiadora é a estratégia que exhibe o maior grau. Essa distribuição tem a ver com o fato de que, na primeira, o OBL ocupa a posição pré-verbal, distante de sua posição canônica de complemento e de que, na segunda, há a inserção do SN argumental ou não argumental *in situ* na posição depois do verbo, como se vê em (6b), aqui repetida por conveniência como (12b).

A construção copiadora e a cortadora respeitam igualmente o Princípio de Integridade de Domínio, enquanto a estratégia padrão sempre o viola ao dar preferência para uma posição que rompe a adjacência do SN argumental com o predicado verbal, como se vê em (6a), aqui repetida por conveniência de exposição, juntamente com (6c), como (12a) e (12c).

- (12) a [ela escolhia [**a roupa [d(e/a) qu(e/al)** eu gostava] na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- b [ela escolhia [**a roupa [que eu gostava dela]** na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- c [ela escolhia [**a roupa [que eu gostava Ø]** na minha frente]], eu ficava brava, porque eu queria aquela e eu não podia ter aquela que ia ser igual. (Bra95:MuitoIguaisDiferentes).

De fato, a cortadora de (12c) é tão transparente quanto a copiadora: a ausência da retomada do antecedente na codificação morfossintática viola, por um lado, o princípio de Integridade de Domínio; respeita, por outro, o Princípio de Economia.

Paralelamente às construções em que a posição preposicionada é um argumento do predicado da oração dependente, há os casos em que um adjunto em posição preposicionada é introduzido por uma preposição lexical, como se observa em (2a-c), aqui repetidas, por conveniência, como (13a-c).

- (13) a A reunião [sobre a qual conversamos] fica adiada até o próximo mês.
- b A reunião [que conversamos sobre] fica adiada até o próximo mês.
- c A reunião [que conversamos sobre ela] fica adiada até o próximo mês.

Nessa situação, se não quiser violar a relação de transparência, restaria ao falante a possibilidade de apelar para duas alternativas: o uso de uma relativa de encaimento de preposição (13b) ou a copiadora (13c). Aqui também se aplicaria o princípio de economia sintagmática em favor da primeira, o que carregaria os ombros do falante com o fardo de não respeitar o Princípio de Integridade de Domínio, mas o aliviaria, em compensação do fardo da estigmatização social representado pela copiadora.

Conclusão

Orientou este trabalho a hipótese de que a seleção entre as diferentes estratégias de relativização disponíveis no português seria motivada por um grau maior ou menor de transparência entre forma e função, e que o grau maior de transparência facilitaria o processamento cognitivo. De acordo com as evidências discutidas, pode-se afirmar que essa hipótese de fato se cumpriu. Por um lado, a seleção de uma construção relativa obedece a princípios conflitantes, como motivações em competição (DU BOIS, 1985), mas por outro, a preferência por uma estratégia na relativização de posições preposicionadas indica graus diferentes de transparência conforme mostrado na Figura 5.

ESTRATÉGIA COPIADORA > ESTRATÉGIA PADRÃO > (ESTRATÉGIA DE ENCALHAMENTO DE PREPOSIÇÃO) > ESTRATÉGIA CORTADORA

Figura 5. Graus de transparência/opacidade na seleção das estratégias de relativização

A Figura 5 permite deduzir algumas correlações extremamente significativas:

- (i) Quanto mais clara a relação entre a referenciação e a codificação morfossintática, tanto maior o grau de iconicidade e, portanto, de transparência.
- (ii) O grau maior de transparência é atributo da estratégia copiadora, como um reflexo da ordem S-V-O/OB/OI, que ocorre canonicamente em construções declarativas simples.
- (iii) Na posição média aparece a relativa padrão, justamente por codificar morfossintaticamente os dois Subatos de Referência que a constituem, mas a ruptura da adjacência entre o predicado verbal e seu argumento interno acaba por violar o Princípio de Integridade de Domínio.
- (iv) As construções menos transparentes são a relativa de encalhamento de preposição e justamente a estratégia não-padrão mais frequente no uso, que é a estratégia cortadora.
- (v) Nesses dois casos, o Princípio de Economia acaba sendo mais relevante que o de Iconicidade, talvez porque a codificação morfossintática

da cortadora elimina um constituinte pragmática e semanticamente redundante.

- (vi) Os poucos casos de estratégia copiadora que ainda resistem no uso indicam a necessidade cognitiva de tornar a sintaxe visível a certas posições sintáticas, o que permite ao falante resolver problemas de referência ambígua.

CAMACHO, Roberto Gomes. Relativization strategies: transparency and opacity. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 67-84, 2012.

ABSTRACT: *This paper aims at examining the hypothesis that the choice among the different strategies of relativization available in the Portuguese grammar is motivated by a lesser or greater degree of transparency between form and meaning, which implies, correlatively, lesser or greater degree of ease in cognitive processing. In addition, the lesser or greater degree of transparency allows to postulate a hierarchical ordering for the strategies in correspondence to a greater or a lesser degree of ease in cognitive processing.*

KEYWORDS: *Relative construction. Transparency. Oopacity. Iconicity. Economy.*

Referências

COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology**. Oxford: Blackwell, 1989.

DIK, S.C; **The theory of Functional Grammar**. Edited by Kees Hengeveld. Berlin: Mouton de Gruyter. (Part II: Complex and Derived Constructions), 1997.

DU BOIS, J. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**.;Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985. p. 43-65.

GIVÓN, T. The binding hierarchy and the typology of complements, **Studies in Language**, v. 4, n. 3, p. 333-377, 1980.

_____. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

HAIMAN, J. Iconic and economic motivation. **Language**, Baltimore, v. 59, p. 781-819, 1983.

_____. The iconicity of grammar. **Language**, Baltimore, v. 56, p. 515-540, 1985.

HENGEVELD, K. Introduction: Transparency in Functional Discourse Grammar. In: _____ (Ed.). **Linguistics in Amsterdam**. (special issue: Transparency in Functional Discourse Grammar), v. 4, n. 2, 1-22, 2011.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. A typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KEENAN, E. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description**. V. 2: Complex Constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-70.

KEENAN, E.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, v. 8, p. 63-99, 1977.

KENEDY, E. *A antinaturalidade pied-piping em orações relativas*. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. **Tempo Brasileiro**, v. 53/54, p. 60-94, 1978.

LEUFKENS, S. The transparency of creoles, *Journal of Pidgin and Creole Languages*. No prelo. Versão eletrônica em pdf disponível em: <[http://home.medewerker.uva.nl/s.c.leufkens/bestanden/the transparency of creoles.pdf](http://home.medewerker.uva.nl/s.c.leufkens/bestanden/the%20transparency%20of%20creoles.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

PERRONI, M. C. As relativas que são fáceis na aquisição do português brasileiro. *DELTA*, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2001.

PEZATTI, E. G. et al. O estatuto lexical/gramatical das preposições no português, **Lusorama**, v. 81-82, p. 102-134, 2010.

ROSS, J. **Constraints on variables in syntax**. Cambridge: MIT Press, 1967.

TARALLO, F. **Relativization Strategies in Brazilian Portuguese**. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

#MARGARPORQUE – FUNÇÕES SOCIORRETÓRICAS DAS HASHTAGS NO TWITTER

Francisco ALVES FILHO¹
Bruno Diego de Resende CASTRO²
Leila Rachel Barbosa ALEXANDRE³

RESUMO: Este trabalho examina as funções sociorretóricas que as *hashtags* desempenham no *Twitter*. A relevância deste estudo reside na possibilidade de entendimento mais consistente e funcional das potencialidades de interação e ação sociorretóricas disponibilizadas pelo *Twitter*. Temos como base os Estudos Retóricos de Gêneros (MILLER, 2009; DEVITT, 2004), que, além de possibilitar o exame retórico dos gêneros, também delineiam análises sobre seus constituintes, elementos que acreditamos serem, em grande parte, responsáveis pelas ações praticadas com os gêneros. Também são observadas as noções de Boyd, Golder e Lotan (2010) e Huang, Thornton e Efthimiadis (2010), autores que refletem sobre o surgimento e desenvolvimento das *hashtags* no *Twitter*. Nesse estudo, são abordados os conceitos de hipertexto de Marcuschi (2001) e Koch (2007), além das noções de comunidades, coletividades e redes, analisadas a partir de Devitt (2004) e Santaella e Lemos (2010), observando como (e se) esses conceitos abrangem as ações que são produzidas pelos tuiteiros com o uso das *hashtags*. Verificamos que as *hashtags* realizam atividades discursivas que dependem de fatores como: relação entre o perfil e a *hashtag*, acontecimento relevante na sociedade, mobilização social, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos sociorretóricos. *Twitter*. *Hashtags*.

¹ Professor do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), UFPI, Teresina-PI, Brasil. chicofilho@gmail.com

² Professor do Departamento de Letras do Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC), UEMA, Caxias-MA, Brasil. bruno.bdr@gmail.com

³ Professora do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), UFPI, Teresina-PI, Brasil. leilarachel@gmail.com

Introdução

Concomitante ao surgimento das novas, ou diferentes, formas de comunicação no mundo virtual, emergem tentativas de organizar a produção e o resgate de informações e ideias, como, por exemplo, a criação de *tags* (etiquetas) para marcar os assuntos dos textos veiculados em *blogs*, álbuns, *sites*, etc. Embora este não seja um fenômeno novo — há muito tempo os textos impressos expressam essa busca por organização em sumários de livros, agendas (telefônica, de endereço), dicionários e enciclopédias —, é possível perceber algumas peculiaridades nas marcações feitas na internet, principalmente porque na internet as etiquetas geralmente são também *links* que facilitam o acesso dos usuários a conteúdos que são inter-relacionados.

No *Twitter*, também existem recursos para organização da informação, evidenciada pelo uso das *hashtags*, etiquetas usadas pelos tuiteiros para marcar postagens, que, ao serem precedidas do símbolo “#”, tornam-se *links* que conduzem a uma lista de postagens contendo a mesma *hashtag*. No entanto, o que diferencia as *hashtags* do *Twitter* das usadas, por exemplo, em *blogs* ou *sites* é o seu caráter condensador de opiniões, de informações e de conhecimento compartilhado, relacionado a funções sociais mais diversificadas do que a simples organização ou marcação de conteúdo.

A partir desse panorama, objetivamos examinar, neste artigo, as funções sociorretóricas que as *hashtags* desempenham no *Twitter*, considerando-as como uma das *affordances* do *Twitter*, ou seja, como uma capacidade tecnológica do meio (MILLER, 2009) que serve às ações retóricas dos tuiteiros e, ao mesmo tempo, pode influenciar essas ações. Entendemos como função sociorretórica o propósito comunicativo que os indivíduos buscam atingir ao usar, em seus textos, determinadas estratégias linguísticas, construídas conforme as exigências de uma situação retórica tipificada. Acreditamos que estudar as *hashtags* pode ser uma forma bastante relevante para entender, de modo mais consistente e funcional, as possibilidades de interação e ação sociorretóricas que o *Twitter* oferece e os motivos de seu sucesso e de sua repercussão nas ações que ocorrem fora dele, exemplificados por matérias jornalísticas sobre o tema, manifestações nas ruas e arrecadação de donativos para ONGs.

Para o desenvolvimento deste estudo, nos baseamos nos pressupostos dos Estudos Retóricos de Gêneros, que, ao focarem no estudo do caráter

retórico dos gêneros, também delineiam análises sobre os seus constituintes, elementos que acreditamos serem, em grande parte, responsáveis pelas ações praticadas com os gêneros. Considerando que as *hashtags* são uma capacidade tecnológica do *Twitter* e, portanto, constituintes de ação dos gêneros que podem ser construídos nesse meio, é possível analisá-las enquanto elementos com configurações e funções retóricas específicas, que podem, até mesmo, dar indícios de que gêneros o *Twitter* pode comportar, potencializar ou promover.

Considerando esses pressupostos, trataremos as *hashtags* como *affordances* (capacidades tecnológicas) do *Twitter*, conforme Miller (2009). Além disso, refletiremos sobre o surgimento das *hashtags* e sobre as transformações pelas quais passou esse mecanismo de marcação do *Twitter*, pautando-nos em Boyd, Golder e Lotan (2010) e Huang, Thornton e Efthimiadis (2010). Considerando que as *hashtags* são formas de marcação que ganham força e visibilidade, tanto no *Twitter* como fora dele, à medida que mais e mais tuiteiros as compartilham, faz-se importante verificar esse fato à luz das noções de comunidade, coletividade e rede, e, para tal, usaremos as definições de Devitt (2004) e Santaella e Lemos (2010), observando como (e se) esses conceitos abrangem as ações que são produzidas pelos tuiteiros com o uso das *hashtags*. Como as *hashtags* são *hiperlinks* que ligam postagens (hipertextos), também abordaremos os conceitos de hipertexto, aplicando-os especificamente ao meio digital, baseando-nos em Marcuschi (2001) e Koch (2007).

O *corpus* analisado possui 60 postagens, coletadas em maio de 2010, que contêm as *hashtags* #sennavive, #AtitudesDePobre, #dicadodia e #prontofalei, as quais foram selecionadas devido ao uso constante nesse período. Após a seleção desse *corpus*, analisamos os usos das *hashtags* em três campos: o perfil do usuário (como era o uso dentro de um mesmo perfil); o universo do *Twitter* (para sabermos como vários perfis utilizavam uma determinada *hashtag*); a postagem em que a *hashtag* está inserida (de forma mais específica, analisamos a importância do uso dessa marcação dentro da postagem).

O presente artigo se divide em seis seções: Caracterizando as *hashtags*; *Hashtags* como uma das *affordances* do *Twitter*; *Hashtags* e hipertexto; Comunidades, coletividades e redes; Usos recorrentes das *hashtags*; Como os blogueiros conceituam as *hashtags*. Na primeira seção, abordaremos as características técnicas e formais da *hashtag*, bem como o funcionamento do mecanismo de marcação e os tipos de *hashtags* que foram identificados em

estudos precedentes. Já na segunda seção, apresentaremos as *hashtags* como uma das *affordances* do conjunto de *affordances* que é o *Twitter* e as implicações dessa assunção. Na seção 3, discutiremos os conceitos de hipertexto em relação ao funcionamento das *hashtags*. Na 4, refletiremos sobre os conceitos de “comunidades”, “coletividades” e “redes”, aplicados às ações comunicativas realizadas pelas *hashtags*. Na quinta seção, refletiremos sobre alguns usos recorrentes das *hashtags*, utilizando exemplos de postagens que contém esse tipo de marcação. Na última seção antes das considerações finais, discutimos o conceito de *hashtag* difundido pelos blogueiros e comparamos com os resultados encontrados em nossa análise.

Caracterizando as *hashtags*

A *hashtag* cumpre primeiramente uma função estrutural de tornar a postagem (*tweet*) mais concisa e conseqüentemente mais curta, pois a restrição de 140 caracteres limita a quantidade de letras e espaços numa postagem. Esse sistema de marcação desenvolvido pelos indivíduos que usam o *Twitter* para se comunicar consiste em unir o símbolo “#” (*hash*) a uma palavra-chave (*tag*) ou em muitos casos a uma “frase”, como por exemplo, #comofaz. Isso possibilita, primordialmente, uma economia de espaço, além de facilitar o acesso posterior a essa postagem por outros usuários.

As *hashtags* não são marcas usadas pelos usuários apenas para indicar o tópico discursivo das postagens, mas se configuram também como *hyperlinks*, os quais podem permitir aos usuários acessarem outras postagens que contenham a mesma *hashtag*. Do ponto de vista formal-morfológico, as *hashtags* se configuram sempre como uma única palavra, mesmo quando correspondem a sintagmas, frases ou orações no dialeto padrão escrito das línguas naturais. Ademais, não apresentam sinais de pontuação ou diacríticos.

Boyd, Golder e Lotan (2010) defendem que o uso das *hashtags* pode ter origem entre os programadores de computador, na colocação de sinais de pontuação antes de palavras especializadas, como o \$, * e #, este último indicando pontos de âncora em códigos *HTML* (por exemplo: Texto). Nos códigos *HTML*, o ponto de âncora é um ponto de referência que direciona o usuário a locais determinados da própria página no *site* ou para locais específicos em outras páginas, de acordo com o nome da âncora que é usado. Esse uso dos pontos de âncora na linguagem de progra-

mação dá bons indícios de como a *hashtag* funciona no *Twitter*, já que, nesse meio, o fato de colocar uma *hash* antes de uma palavra faz com que se crie um *link* que direciona o usuário para uma página que mostra outras postagens as quais, por sua vez, utilizam a mesma *hashtag*.

As *hashtags* no *Twitter* não começaram a ser usadas por incentivo do próprio serviço, ou seja, não se tratava de um recurso já disponível quando o *Twitter* foi criado, em 2006. Antes do *Twitter*, as *tags* já eram usadas nos *blogs*, nos álbuns e em outros *sites*, sendo bastante eficientes para organizar os arquivos disponibilizados. O *Twitter*, mesmo sendo um serviço de postagens em tempo real, com a proposta inicial de que as pessoas falassem do que estava acontecendo no momento, não disponibilizava um sistema que pudesse organizar esse fluxo. Segundo informações da página Hashtags (ASSIS, 2009), para contornar essa situação foi criada a comunidade “#Hashtag”, que preconizava que, para transformar um termo em *hashtag*, bastava acrescentar “#” antes dele. Mas isso, na verdade, não bastava, já que, para o sistema ser eficiente, era necessário que o usuário seguisse o perfil @hashtag para que ele organizasse as *hashtags* das postagens que recebia através de um *script*⁴, disponibilizando-as para busca no *site* “hashtag.org”. Embora seja um sistema aparentemente complicado, ele foi difundido entre os usuários do *Twitter* de tal forma que os próprios desenvolvedores do *site* aperfeiçoaram e facilitaram o sistema, atendendo à demanda do público.

Para Huang, Thornton e Efthimiadis (2010), o sistema de marcação no *Twitter* é de um novo tipo, chamado por eles de “conversacional”, diferente da usada em outros meios:

Práticas de marcação no Twitter são um exemplo de um novo tipo de marcação, que optamos por chamar de marcação “conversacional”. Na marcação conversacional, a própria marca é uma parte importante da mensagem. A marca pode servir como um rótulo, no sentido tradicional de uma marca, ou pode servir como um alerta para o comentário do usuário.⁵

⁴ *Scripts* são sequências de comandos e tarefas a serem executados por um programa ou aplicativo, sendo construído através da linguagem de programação, como JAVA e HTML. (Informações disponíveis em: <<http://www.tecmundo.com.br/1185-o-que-e-script-.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2011)

⁵ Tagging practices in Twitter are an example of a new type of tagging, which we have chosen to call “conversational” tagging. In conversational tagging, the tag itself is an important piece of the message. The tag can either serve as a label in the traditional sense of a tag, or it can serve as a prompt for user comment. (HUANG; THORNTON; EFTHIMIADIS, 2010)

Segundo esses autores, a marcação conversacional das *hashtags*, além de ser parte importante da postagem, serve, principalmente, para encontrar postagens de outros usuários com a mesma marcação. Já em outro tipo de marcação, a organizacional, como no *Delicious*⁶, as *tags* são usadas para descobrir novas informações sobre um tema específico. Dessa forma, as *hashtags* podem ser usadas como marcações incorporadas ao *tweets* (postagens), que não só marcam um tópico, mas, em grande parte das vezes, são partes importantes da postagem, ou seja, são incorporadas ao próprio texto da postagem, ajudando no entendimento mais efetivo do *tweet*. No entanto, é importante deixar claro que nem sempre as *hashtags* funcionam como marcações incorporadas às postagens e como termos importantes para a construção de sentido do assunto da postagem, já que há casos (como o dos *metatweets*) em que a *hashtag* não parece se relacionar com assunto da postagem em si.

Vejam um exemplo de postagem com marcação conversacional:

- (1) @Leiseraquel! Cada twittada com #SennaVive o Instituto Ayrton Senna recebe R\$2,00 pagos pelos patrocinadores... Vamos escrever #SennaVive (Disponível em: <<http://twitter.com/Leiseraquel/status/14753928864>>)

Nessa postagem, a *hashtag* #SennaVive ajuda a compor a mensagem e, sem ela, o *tweet* poderia ter seu entendimento comprometido, já que ela não apenas marca o assunto da postagem, mas é usada dentro do texto, interligada sintaticamente a outros elementos. Já nas *tags* usadas nos *blogs*, a marcação não costuma ser parte da postagem, já que é feita separadamente, através de palavras-chave que identificam os assuntos dos textos, e, geralmente, fica abaixo da postagem, não sendo imprescindível para o entendimento desta.

Essa distinção entre marcação conversacional e marcação organizacional trata, principalmente, de uma característica primordial que faz as *hashtags* serem diferentes de outros tipos de postagens. No entanto, a característica da marcação conversacional apresentada pelos autores é apenas uma das possibilidades funcionais que as *hashtags* (como, possivelmente, qualquer outro tipo de marcação) podem assumir.

Outra característica das *hashtags*, apontada por Huang, Thornton e Efthimiadis (2010), é a marcação *a priori*. Enquanto outros sistemas de

⁶ *Delicious* é um gerenciador *on-line* que serve para catalogar e arquivar *sites* preferidos através de *tags* (etiquetas), também usadas para buscar informações.

marcação (como o dos *blogs*) geralmente utilizam uma etiquetagem *a posteriori* — em que *tags* são anexadas a documentos, imagens ou outros recursos já prontos para facilitar a recuperação —, no *Twitter* a etiquetagem serve para filtrar e/ou promover conteúdos e não apenas para recuperá-los. Para os autores, essa marcação *a priori* no *Twitter* coincide com o fenômeno da micromeme, que é uma “meme⁷ de pequena escala que emerge ao redor de uma *hashtag* do *Twitter*”⁸ (HUANG; THORNTON; EFTHIMIADIS, 2010). Na internet, esse seria o caso das correntes, presentes em *e-mails*, *blogs*, *Orkut*, etc., que pedem que cada pessoa que a receba acrescente alguma informação e a repasse para outros.

Conforme Huang, Thornton e Efthimiadis (2010), os usuários do *Twitter* são influenciados pelas *hashtags* usadas pelos outros usuários de sua rede (*followers* e *followings*) ou pelas marcações dos *Trending Topics*⁹ e são motivados a usar a *hashtag* para ter sua postagem exibida na lista de mensagens que contêm dada marcação. Nos estudos que empreenderam, os autores observaram que as etiquetas associadas com micromemes não tinham sido usadas por usuários individuais antes de serem tomadas como micromemes. Isso quer dizer que, depois que um grupo de usuários começa a usar uma *hashtag* e ela vai sendo disseminada entre as redes de contatos como uma micromeme até virar *Trending Topics*, usuários que nunca tinham pensando em usar aquela marcação podem passar a fazê-lo. Dessa forma, é possível que uma parte dos usuários parta da *hashtag* que virou micromeme para construir sua postagem, contribuindo com informações a mais (comentando, contestando, acrescentando fotos, etc.) ou apenas repassando-a.

Apesar de a característica atribuída às *hashtags* ser a marcação de postagens de forma que funcionem como um tópico sobre o qual se diz algo, nem sempre os *tweets* trazem realmente conteúdo novo (a favor ou contra o assunto do tópico, acrescentando um fato que não foi apresentando antes, etc.) e que se relacione com as *hashtags* que estão inseridas neles. Esse é o caso do tipo de postagem que Cheng (2010) chama de *metatweet*, que são postagens

⁷ Memes são ideias que se propagam e são reproduzidas com grande facilidade.

⁸ A micro-meme is a small-scale meme emerging around a Twitter hashtag. (HUANG; THORNTON; EFTHIMIADIS, 2010)

⁹ *Trending Topics* é a lista dos assuntos mais comentados do momento no *Twitter*.

que parecem servir apenas para manter uma *hashtag* nos *Trending Topics* ou para fazer algum comentário sobre o próprio uso da *hashtag*, como em:

- (2) @Dudinhaa11 #Atitudesdepobre me lembra alguns amigos !KKKKK 11:28 PM May 28th via web (Disponível em: <http://twitter.com/Dudinhaa11/status/14948312572>)

Outro uso atribuído às *hashtags*, conforme Tozzi, Baptista e Barcelos (2009), é o de criação de um *chat*, como o feito, segundo os autores, na época do falecimento de Michael Jackson, em que as pessoas incluíam a *hashtag* #mjmemorial em suas postagens para falar sobre o assunto. No entanto, a caracterização do uso de *hashtag* como *chat* pode gerar dúvidas, já que não há garantias de que as pessoas usem a *hashtag* para falar com pessoas específicas ou mesmo que acompanhem o que as outras pessoas estão falando sobre o assunto, podendo o uso da marcação ficar restrito apenas à vontade do usuário de comentar sobre o tópico em voga e não de interagir efetivamente com as pessoas que estão usando a mesma *hashtag*.

Todas essas funções da *hashtag* detectadas em estudos anteriores abarcam algumas possibilidades, que podem ser realizadas, mas não são as únicas quando se fala de um elemento, como a *hashtag*, que está exposto diretamente às práticas sociais específicas e a um meio de circulação também específico. Portanto, é possível que novas funções retóricas sejam promovidas e que funções já detectadas desapareçam ou sejam fortalecidas, ou pode ainda ocorrer o fato de que as *hashtags* não tenham mais função dentro do *Twitter* e sejam abandonadas.

Miller (2009), quando fala sobre os gêneros na *Internet*, faz uma reflexão sobre dois aspectos centrais: a natureza da recorrência e a relação entre o gênero e o meio. Esses dois aspectos nos revelam características distintivas sobre as práticas de linguagem na *Internet*. Uma delas é que a recorrência na *Internet* é controversa, pois as mudanças são muito rápidas, impossibilitando, em alguns casos, a recorrência mais duradoura de uma característica, o que problematiza ainda mais o exame dos gêneros nesse meio. Além disso, ao examinarmos as práticas languageiras na *Internet*, torna-se claro que as recorrências não vêm já “acopladas” às práticas de linguagem, sendo, em vez disso, criadas, construídas e reconstruídas pelas práticas sociais dos usuários. Também é possível perceber que, mesmo com as mudanças rápidas, certas características

se tornam recorrentes porque são importantes para as práticas sociais vigentes. Quando as práticas são modificadas, as recorrências também mudam.

Hashtags como uma das affordances do Twitter

Embora em trabalho anterior (CASTRO; ALEXANDRE, 2010) tenhamos tratado o *Twitter* como um gênero discursivo, em vista de suas recorrências produzidas pelas ações dos seus usuários, atualmente acreditamos que o *Twitter* é, na verdade, um conjunto de *affordances* (MILLER, 2009). Isso quer dizer que o *Twitter* é um conjunto de capacidades tecnológicas (como os 140 caracteres, as *hashtags*, os *hiperlinks*, a *timeline*), que não configuram um único gênero, mas possibilitam gêneros específicos (*fakes*, perfis promocionais, perfis institucionais, etc.) e realização de muitas ações retóricas distintas.

O conjunto de *affordances* não surge necessariamente para atender a uma exigência social específica, como nos gêneros, mas possibilita o reconhecimento de uma exigência social latente:

Um novo conjunto de *affordances* potencializa uma exigência que ainda não tinha sido satisfeita, que talvez ainda não tivesse se cristalizado. O meio, neste caso, serve a uma função maiêutica para a exigência, preparando – ou persuadindo – o nascimento de uma motivação social latente que, quando disponível, é instantaneamente reconhecida por muitas pessoas. (MILLER, 2009, p. 116)

Isso significa que, antes de surgir um determinado conjunto de *affordances*, talvez as pessoas não se dessem conta claramente de certas necessidades sociais ou não parecia haver urgência em resolver certas necessidades não satisfeitas. No entanto, ao surgir um conjunto de *affordances*, as pessoas reconhecem-no como realmente necessário para resolver certos problemas, e, de acordo com as práticas sociais dos usuários, ele pode ser usado para realizar ações que, talvez, divirjam dos objetivos iniciais para os quais foram criadas suas *affordances*. Isso não significa dizer que conjuntos de *affordances* surgem “sozinhos”, pois eles têm uma motivação social, que pode ser vista até mesmo em termos mais globais ou mercadológicos, como, no caso do meio digital, na era da informação, a necessidade de comunicação cada vez mais rápida, de interconexão eficiente e a pressão pelo desenvolvimento de novas tecnologias para atrair os mais variados públicos. Essas são motivações que podem não vir diretamente das práticas sociais das pessoas, mas são motivações das configurações de uma sociedade.

Vejam os casos do *Twitter*: ele surgiu com o objetivo de fazer com que as pessoas atualizassem umas às outras sobre o que estavam fazendo em tempo real. Para isso, ele foi criado com configurações específicas, como a limitação de 140 caracteres, que permitia o uso do programa no celular. No entanto, quando começou a ser usado pelas pessoas, elas foram reconhecendo exigências que poderiam ser satisfeitas a partir desse sistema, como, por exemplo, no caso das empresas, a manutenção de relação mais próxima com os clientes, surgindo para tal os perfis corporativos e promocionais.

Quando um conjunto de *affordances* é usado pelo público, é possível perceber que as próprias *affordances* iniciais podem ser alteradas e outras *affordances* podem surgir, como é o caso das *hashtags*. Isso ocorre porque o conjunto de *affordances* não surge de modo definido e imutável, já que, no momento em que ele é dado ao conhecimento dos usuários, as pessoas começam a reconhecer lacunas ou exigências específicas daquele meio, e começam a modificá-lo para que atendam a determinadas funções, sem que isso acarrete, necessariamente, uma mudança oficializada no serviço pelos desenvolvedores do sistema.

Como já dissemos anteriormente, somente tempos após sua criação, o *Twitter* incorporou o sistema de marcação com *hashtags linkadas*. Esse mecanismo já vinha sendo realizado pelos usuários, mas só após um ano de uso ele foi “oficializado” pelo *Twitter*. Verifica-se, nesse caso, a construção de uma *affordance*, porque a *hashtag* surgiu para atender a uma necessidade que o *Twitter*, enquanto ferramenta de *microblogging*, não satisfazia, e, a partir do uso contínuo, essa *affordance* foi incorporada ao serviço de *microblogging* e tornou-se uma possibilidade de interação para um número cada vez maior de usuários. Nesse caso, já havia uma exigência latente, a de organização, que *affordances* de outros meios (*Blog*, *Flickr*) já atendiam, mas, no *Twitter*, como essa necessidade não era atendida desde o início com recursos do próprio *site*, as práticas dos usuários dentro dele construíram uma forma de contornar a exigência não atendida.

Miller (2009, p. 115) diz que as *affordances* “tomam forma não de propriedades materiais ou nichos ecológicos, mas de propriedades de informação e interação que podem servir a certos usos cognitivos e comunicativos particulares”. No *Twitter*, por exemplo, temos o meio, com *affordances* específicas (*links*, postagens com 140 caracteres, *hashtags*, bate-papo, possibilidade de comentar a postagem do outro, etc.), que possibilita certas ações,

embora não as determine, pois a ação comunicativa depende das necessidades sociais dos indivíduos, da socialização do uso que atenda com sucesso a essas necessidades e do momento cultural pelo qual a sociedade passa. As *affordances* potencializam a ação comunicativa e, portanto, dependem da resposta dos usuários que restringem, difundem ou modificam sua utilização. As ações empreendidas no *Twitter*, por exemplo, não são fixas e imutáveis, porque estão sujeitas às exigências sociais que podem surgir. No entanto, essas ações, embora mutáveis, são possibilitadas e limitadas pelo meio, porque ele possui características específicas para realizá-las.

Os meios possuem *affordances* que possibilitam aos usuários realizarem certas atividades comunicativas e permitem que se criem novas *affordances* ou que se modifiquem as já existentes. A partir desse movimento, os próprios meios podem até participar do processo de atenção às demandas sociais e “aperfeiçoar” a *affordance*, como foi o caso da *hashtag*, já que os desenvolvedores do *Twitter* transformaram-na em *link* que leva para uma lista de postagens com a mesma marcação e criaram os *Trending Topics*, com a lista dos assuntos mais comentados no *Twitter*. O fato de as *affordances* poderem sofrer processos de adaptação a exigências sociais também significa que elas não têm função definida, mas oferecem possibilidades funcionais dentro de uma configuração particular.

Uma *affordance*, ou um conjunto de *affordances*, é direcional, nos atrai ao tornar algumas formas da interação comunicativa possíveis ou fáceis e outras difíceis ou impossíveis, ao nos levar a engajar com certos tipos de ações retóricas em vez de outras. (MILLER, 2009, p. 115)

As *hashtags* poderiam até ter inicialmente uma função puramente de organização de tópicos, mas, ao longo do seu uso, foram surgindo novas funções (promover ativismo social, comentar assunto polêmico, contribuir com informações novas para um tópico, promover a própria *hashtag*, etc.) que, embora sejam muitas, têm características restritas pela própria configuração corrente da *hashtag*: não permite imagens, vídeos ou sons, não direciona a páginas fora do *Twitter*, não permite diacríticos nem sinais de pontuação, tem que ser adicionada no espaço da postagem (também consome os 140 caracteres disponíveis), etc.

Hashtags e hipertexto

A *hashtag* é também um *hyperlink* que direciona para uma lista que contém as postagens que possuem a mesma *hashtag*, permitindo que os usuários saibam o que está sendo falado sobre dado assunto e quem está falando ou os motivos de a marcação estar sendo usada. Também nos *blogs* as *tags* são *links*, mas elas geralmente direcionam para outras postagens do mesmo *blog*. No caso específico do *Twitter*, a *hashtag* leva o leitor a uma lista “viva” (atualizada a cada novo uso da *hashtag*) que contém todas as postagens que possuem essa *hashtag* naquele instante e não só as de um perfil. Em vista dessa característica, faz-se necessário empreender algumas reflexões sobre o conceito de hipertexto.

Marcuschi (2001, p. 89) diz que o hipertexto “oferece a possibilidade de múltiplos graus de profundidade simultaneamente, já que não tem sequência nem topicidade definida, mas liga textos não necessariamente correlacionados”. Essa visão de hipertexto pode ser observada também a partir do *Twitter*, já que, nesse meio, a postagem com *hashtag*, considerada como hipertexto digital, possui um aspecto peculiar: ao clicar na *hashtag*, o leitor é levado a uma lista de textos que, muitas vezes, não estão relacionados ao objetivo temático do hipertexto “inicial”, embora sejam ligados pelo mesmo *hyperlink*. Esse é o caso de *tweets* formados por uma sequência de *hashtags* que estão no *Trending Topics*, que não trazem conteúdo sobre nenhuma delas, mas as usam como indexação da postagem na lista dos que estão comentando sobre os assuntos do *Trending Topics*, e assim podem fazer parte do fluxo para serem visualizados pelos outros usuários.

Esse fato é parecido com o que acontece em *sites* patrocinados ou que lucram com a quantidade de acessos a *links*¹⁰ específicos dentro da página. Nesses *sites*, algumas palavras do texto são *linkadas*, mas, ao clicar nela, o internauta pode não ser levado a textos relacionados ao hipertexto inicial, mas a páginas de propaganda que contêm a palavra indexada. Essa é, portanto, uma marcação automática que liga textos não necessariamente correlacionados, embora haja o objetivo de produzir publicidade ou receita, da mesma forma que as *hashtags* usadas sem adição de conteúdo aparecem ligadas a outras (de

¹⁰ São os *links* patrocinados, um serviço pago oferecido pelas ferramentas de busca, como Google, Yahoo, UOL, entre outros. Nesse tipo de serviço, as empresas pagam um valor específico pelo clique de cada palavra-chave do seu negócio. (Informações disponíveis em: <<http://www.wbibrasil.com.br/servico/link-patrocinado/1/>>. Acesso em: 17 jul. 2011)

forma automática ou não) que compartilham conteúdos, com o objetivo de fazer propaganda do perfil.

Tendo em vista essas peculiaridades do *hipertexto* que tem a *hashtag* como *hiperlink*, verificamos que há, nesse caso, pelo menos, duas ações discursivas: colocar a postagem na lista das postagens que possuam a mesma *hashtag* e “levar” o leitor a buscar outras postagens com “o mesmo assunto”, como, por exemplo, no caso da *hashtag* #dicadodia, que elenca “as dicas do dia” naquele instante. Essas duas ações evidenciadas se relacionam a noções discutidas ao longo do texto, tais como: autoexposição, micromeme e ação conjunta dos tuiteiros.

Marcuschi (2001, p. 96) diz que “com o hipertexto, tem-se a impressão de uma autoria coletiva ou de uma espécie de coautoria. A leitura se torna simultaneamente uma escritura, já que o autor não controla mais o fluxo da informação”. Acreditamos que, em qualquer tipo de leitura, não só em hipertextos digitais, o autor, na verdade, não controla os rumos da leitura de quem tem acesso ao texto. No entanto, no hipertexto promovido pelas *hashtags*, parece que, de fato, há autoria coletiva ou coautoria. Ao clicar em uma *hashtag*, vemos uma construção de sentidos para dada *hashtag* que muitas vezes não era prevista pelo seu autor primeiro.

A noção de relevância mostrada apontada por Marcuschi (1999) também é importante para o estudo das *hashtags*, pois aponta que as ligações hipertextuais advindas da marcação de itens lexicais são feitas segundo normas e princípios de ordem semântica, cognitiva, cultural, social, dentre outros, que oferecem um caminho de expectativas para o leitor-navegador. Ou, como diz Koch (2007, p. 27), “o hiperlink exerce o papel de um ‘encapsulador’ de cargas de sentido”. No caso da *hashtag*, as palavras que a compõem fazem com que o leitor espere encontrar certos conteúdos vinculados a ela e tenda a produzir conteúdos também com base nessas expectativas, mesmo que essas expectativas não estejam totalmente de acordo com o que se espera primariamente de uma *hashtag* ou com os sentidos comumente vinculados a ela.

As *hashtags*, como *hiperlinks* construídos colaborativamente e discursivamente, também podem funcionar conforme apontado por Koch (2007, p. 26):

Os links são dotados de função dêitica pelo fato de monitorarem a atenção do leitor no sentido da seleção de focos de atenção, permitindo-lhe não só produzir uma leitura mais aprofundada e rica em pormenores sobre o tópico em curso, como

também cercar determinado problema por vários ângulos, já que remetem sempre a outros textos que tratam de um mesmo tópico, complementando-se, reafirmando-se ou mesmo contradizendo-se uns aos outros.

Embora as ideias de Koch e Marcuschi sobre *hiperlinks* e hipertextos sejam, em alguns pontos, diferentes, principalmente em relação ao tratamento do tópico, é possível reuni-las para tratar das *hashtags*, já que, embora haja postagens que não se ligam a outras por compartilhamento de assunto, é bem recorrente o uso dessas marcações para tratar do mesmo assunto sob diversos pontos de vista. As postagens que se ligam por uma mesma *hashtag* podem, portanto, acrescentar informações novas, contradizer informações dadas e, até mesmo, refutar o próprio uso da *hashtag* pelos outros tuiteiros.

Comunidades, coletividades e redes

Devitt (2004, p. 42) rediscute a noção de “comunidade discursiva” pelo fato de esta noção ter sido vista de modo bastante idealista e homogêneo e não dar conta do fato de que as pessoas participam de muitos grupos, podendo mudar de identidade e motivos de um grupo para outro, o que torna as comunidades bastante heterogêneas. Além disso, as fronteiras das comunidades não podem ser vistas de modo rígido ou estático, já que muitas pessoas podem entrar e sair de uma comunidade em diferentes momentos e também há pessoas que participam de modo menos ou mais intenso em cada comunidade.

No caso do *Twitter*, Santaella e Lemos (2010, p. 113) afirmam que

O em um ecossistema flexível, no qual comunidades são formadas e dissolvidas à medida que o interesse por um tema específico aumenta ou diminui. Diversos tipos de comunidade podem existir simultaneamente, algumas mais permanentes do que outras.

Não há, portanto, uma homogeneidade quanto aos tipos de agrupamento mesmo em um único meio, como no caso do *Twitter*. No *Twitter*, há, por exemplo, um grupo de seguidores (*followers*), um grupo de pessoas que se segue (*following*) e um grupo de pessoas que usam a mesma *hashtag*, e o fato de um usuário pertencer a um desses agrupamentos não o proíbe e nem o obriga a participar dos outros agrupamentos. Além disso, o funcionamento desses agrupamentos é diferenciado, assim como os interesses com que se agrupam ou os mecanismos pelos quais se agrupam. Vejamos a descrição de Santaella e Lemos (2010, p. 113) para esse funcionamento:

Cada usuário possui duas comunidades permanentes que tendem a mudar lentamente com o tempo: sua comunidade de seguidores e a daqueles a quem o usuário segue. Outras comunidades, porém, surgem e desaparecem a todo instante através do uso das *hashtags*, que formam comunidades de usuários interessados no acompanhamento de um tema específico; e das comunidades que são formadas a partir do monitoramento de fluxo relativo a um @usuário (search: @usuário)

Há, portanto, diferenças entre as comunidades que revelam funcionamentos específicos e, assim, podem requerer subdivisões específicas. Devitt (2004) propõe uma subdivisão da noção de comunidade discursiva em três outras: comunidade, coletividade e rede.

O rótulo “comunidade” daria conta de “grupos de pessoas que compartilham quantias de tempo juntos em esforços comuns” (DEVITT, 2004, p. 42). Trata-se de um grupo de pessoas que se encontram com frequência para desempenhar tarefas conjuntas e inter-relacionadas. Os trabalhadores de uma empresa constituem exemplarmente uma comunidade.

Aos grupos que não se encontram com frequência e intensidade, mas apenas reúnem-se esporadicamente em torno de interesses comuns, Devitt denomina “coletividades”, como é o caso de voluntários que se agrupam para resolver um problema social. O que caracteriza uma coletividade é a existência de uma ação em prol de um objetivo compartilhado, sem a necessidade de estarem fisicamente juntas. Ou seja, as coletividades possuem uma clareza de foco e propósito e seus gêneros desenvolvem-se para funções específicas (DEVITT, 2004, p. 44).

Com base nessa definição de coletividades, as *hashtags* parecem colaborar com o estabelecimento desse tipo de agrupamento em certos casos, visto que, ao usar uma *hashtag* para promover mobilização social, vemos usuários fazendo parte de um agrupamento que é temporário, mas tem objetivos claros para a resolução de um problema. Esse pode ser o caso, por exemplo, do agrupamento social em torno da *hashtag* #Sennavive, usada para arrecadar doações para o Instituto Airton Senna. No entanto, embora as *hashtags*, como #Sennavive, possam ter um objetivo social claro e amplamente compartilhado, os objetivos individuais também estão presentes no uso da marcação, o que não deixa de caracterizar uma coletividade, mas também não a torna absoluta.

Há também aqueles grupos cujos membros se ligam vagamente por redes, ou seja, “as conexões feitas por uma pessoa que conhece outra pessoa,

que conhece outra, a qual conhece outra” (DEVITT, 2004, p. 44). Gêneros como convite de aniversário, convite de casamento e catálogos são tipicamente usados por redes. Para Devitt, alguns tipos de *e-mails*, como a lista de piadas, exemplificam claramente a existência de uma rede. Segundo Devitt (2004), em gêneros usados nas *networks*, as ações podem recorrer menos e, portanto, desenvolver expectativas menos firmes, do que gêneros das coletividades ou comunidades (p. 46). Contudo, “um gênero assim infrequente, não necessita adaptar-se a situações muito complexas ou muito diferentes como os gêneros de uma comunidade, e assim ele pode desenvolver um grupo de expectativas simples e relativamente fixadas” (p. 46).

No *Twitter*, são redes as listas de *followers* e de *following*, agrupamentos em que os usuários não mantêm relações e objetivos claros, mas apenas são ligados pelo fato de seguirem uma pessoa ou serem seguidos por ela. Talvez as *hashtags* também possam ser vistas como evidenciadoras de redes, já que, sendo *links*, elas levam a uma lista de postagens que, muitas vezes, não evidenciam objetivos compartilhados específicos daquela *hashtag*, servindo apenas como uma forma de participar do fluxo de postagens. Assim, um usuário é ligado a outro em rede através de uma *hashtag*, embora não compartilhem os mesmos objetivos.

Essa tensão entre objetivos individuais e compartilhados pode advir do processo que Santaella e Lemos chamam de “design de ideias”:

O design de ideias dentro do *Twitter* é um processo que entrelaça contribuições individuais a outras, coletivas. Muitas vezes o design de ideias em si mesmo é coletivo, e representa um mosaico de conversações em tempo real que irá permitir a visualização das suas etapas de evolução através de fluxos indexados por *hashtags*. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 81)

As *hashtags* são, no sistema atual do *Twitter*, indexadas automaticamente na lista de postagens que contêm a mesma marcação. Isso faz com que marcações individuais, de pessoas que talvez nem tenham tomado conhecimento do objetivo mais amplamente compartilhado do uso de certa *hashtag*, façam parte do fluxo de ideias construído pela indexação da marcação:

A indexação de ideias ao redor de *#hashtags* específicas faz com que a reunião de *tweets* isolados (que são em si mesmo resultados de processos individuais de microdesign de ideias) possibilite a construção de arcabouços teóricos elaborados coletivamente. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 81)

Isso significa que uma postagem, ao usar uma *hashtag* — seja esse uso feito para atender a objetivos compartilhados ou não —, acaba contribuindo para construção de uma ideia elaborada coletivamente, visível no fluxo automático a que as *hashtags* conduzem.

Usos recorrentes das *hashtags*

As *hashtags* realizam diversas funções sociorretóricas, as quais dependem de alguns fatores, tais como: relação entre o perfil e a *hashtag*, como, por exemplo, o perfil @AtitudesDePobre com a *hashtag* #AtitudesDePobre; acontecimento relevante (revolta no Irã, terremoto no Japão, morte do Michael Jackson, etc.); mobilização social, como a *hashtag* #sennavive, que ajuda a doar dinheiro para a Fundação Ayrton Senna. Nos exemplos analisados, verificamos que, dependendo desses fatores, as *hashtags* possuíam funções sociorretóricas mais proeminentes, isto é, que ocorriam com mais frequência e com uma estrutura predominante. Todavia, mesmo em *hashtags* que apresentavam uma grande regularidade, encontramos outras funções, ou seja, não constatamos uma função única para as *hashtags*.

Nos exemplos a seguir, podemos observar as funções sociorretóricas que se referem ao uso da *hashtag* em relação a um perfil específico:

- (3) @TodoPobreSonha #AtitudesDePobre aproveitar o papel do presente de \$1,99, pra encapar o caderno dos filhos. (Disponível em: <[http://twitter.com/ TodoPobreSonha/status/ 14939430345](http://twitter.com/TodoPobreSonha/status/14939430345)>)
- (4) @FabioCorreia Isso chega a ser #AtitudeDeNojento :@ RT: @TodoPobreSonha #AtitudesDePobre colocar agua no vidro de perfume, pra aproveitar a ultima gota. (Disponível em <<http://twitter.com/FabioCorreia/status/14939345850>>)
- (5) @AtitudesDePobre #AtitudesdePobre “éŞçREver ÄŞşİM” e achar que ta Chiqui (Disponível em: <[http://twitter.com/AtitudesDePobre/status/ 14571990357](http://twitter.com/AtitudesDePobre/status/14571990357)>)

O perfil “@TodoPobreSonha” tem como característica postar mensagens sobre a vida dos pobres de forma bem-humorada, usando, principalmente, as *hashtags* #TodoPobreSonha e #AtitudesDePobre. Esse perfil é seguido por mais de 25 mil usuários, assim como o perfil “@AtitudesDePobre”

(exemplo (5)), que tem as mesmas características. Esses dois perfis, ao usarem recorrentemente a *hashtag* #AtitudesDePobre, podem ser considerados como irradiadores dessa marcação, “convidando” os outros usuários a também contribuir com ela. Essa *hashtag* pode, então, encaixar-se no fenômeno das micromemes, se consideramos que as postagens que contêm essa marcação são feitas ou retuitadas, em grande parte das vezes, por observância de outras postagens que contêm a mesma marcação, divulgadas, principalmente, pelos dois perfis mencionados.

Nesses dois exemplos, temos a função da autopromoção, pois os dois perfis figuram como grandes colaboradores para a *hashtag* #AtitudesDePobre, como se fossem autoridades sobre o assunto. Assim, quando os outros tuiteiros buscassem pelo assunto, acabariam achando esses perfis, já que eles se vinculam quase que diretamente à *hashtag* e ao assunto (coisas de pobre).

Observamos, no *corpus* coletado, que as *hashtags* #dicadodia e #prontofalei são usadas frequentemente como marcadores conversacionais, já que são importantes para o entendimento completo da postagem, ao categorizar o conteúdo veiculado de forma específica. Então, se um tuiteiro quiser buscar “a dica do dia”, basta ele procurar pela *hashtag* #dicadodia, pois é provável que o conteúdo veiculado nessas postagens seja de fato o que está sendo indicado pela *hashtag*. Já se estiver procurando confissões, procurará pela *hashtag* #prontofalei, identificada por marcar postagens que veiculam conteúdos desse tipo. Portanto, essas *hashtags* oferecem indícios sobre o sentido do que é dito nas postagens, como podemos observar nos exemplos a seguir:

- (6) @fabiorosa7 #ConteUmSegredo Ok, eu sou o Superman e a @cyysne é a Supergirl. #ProntoFalei (Disponível em: <<http://twitter.com/fabiorosa7/status/14976251812>>)
- (7) @leticiamota_ Lembrança não é adubo, é veneno! #dicadodia (Disponível em: <http://twitter.com/leticiamota_/status/14944190793>)
- (8) @eco4planet: Ontem não tivemos #dicadodia (mea culpa) mas lançamos a TV eco4planet! Não viu? Então corra: TV eco4planet – LANÇAMENTO! | eco4planet® - eco4planet.com (Disponível em: <<http://twitter.com/eco4planet/status/14905696799>>)

As *hashtags* #dicadodia e #prontofalei, além de marcarem a postagem, contribuem para colocar em evidência o perfil do usuário que utilizou a *hashtag*. Se o indivíduo usou a *hashtag* #dicadodia de forma interessante para os outros usuários, ou seja, chamou atenção dos outros tuiteiros para o seu texto, sua postagem pode receber *retweets* (RT), sendo difundida para mais pessoas, o que pode acarretar em aumento de seguidores para o perfil.

Já em relação à *hashtag* “#sennavive”, temos uma “atmosfera de solidariedade” criada em torno do sentido “original” (relacionado ao auxílio financeiro ao Instituto Ayrton Senna), que realiza, dessa forma, um apelo sutil à utilização do marcador, conforme indicado no exemplo (1), retomado abaixo:

- (1) @Leiseraquel: Cada twittada com #SennaVive o Instituto Ayrton Senna recebe R\$2,00 pagos pelos patrocinadores... Vamos escrever #SennaVive 7:14 AM May 26th via web (Disponível em: <<http://twitter.com/Leiseraquel/status/14753928864>>)

Os usuários que participam dessa atmosfera (no sentido de compartilhar o sentimento de ajudar o Instituto) se sentem no “dever” de realizar uma boa ação — ajudar financeiramente a instituição — através do uso do #sennavive em suas postagens. Essa *hashtag* pode ser considerada como promotora de ação social e é um bom exemplo de micromeme, já que o que mantém seu propósito de angariar dinheiro para o Instituto é a difusão cada vez maior da *hashtag* no *Twitter* e o objetivo de ser primeiro lugar nos *Trending Topics*. Dessa forma, essa *hashtag* tem como um dos fatores condicionantes a mobilização dos tuiteiros para promoverem-na e fazer com que alcance os assuntos mais comentados no *Twitter*.

A seguir, temos alguns exemplos de postagens que, embora não façam menção direta à campanha para angariar fundos para o Instituto Ayrton Senna, utilizam a *hashtag* #sennavive, contribuindo para o fluxo de *tweets* dessa mobilização:

- (9) @vrsbrazil Pode não impressionar, mas hoje @BSenna tirou água de pedra nesse pau véio que ele guia #SennaVive (Disponível em: <<http://twitter.com/vrsbrazil/status/14969629047>>)
- (10) @adamrezende Acabei de ver um especial Europeu sobre os 60 anos da Formula 1, vi que o Senna é realmente inesquecível! #sennavive #senna50. (Disponível em: <<http://twitter.com/adamrezende/status/14947989578>>)

- (11) @marcellarosa2 #sennavive, Geeente vo comer pizza ahahaha' (Disponível em: <<http://twitter.com/marcellarosa2/status/14941359089>>)
- (12) @Amandaafurtado neem o #sennavive passou mais tempo no TTBr que gorete, alok (Disponível em: <<http://twitter.com/Amandaafurtado/status/14947927974>>)
- (13) @Standupiando: Tava andando aqui e bati de cara na parede sem querer. Acho q #Sennavive dentro de mim. Oo #standupiando (Disponível em: <<http://twitter.com/Standupiando/status/15001897964>>)

Temos no exemplo (11) uma postagem em que a *hashtag* surge, aparentemente, apenas para contribuir com a campanha, pois o assunto real da postagem (um acontecimento da vida pessoal da autora do *tweet*) não possui relação direta com a *hashtag* e não acrescenta informações (seja opinando, se opondo ou apoiando) relevantes para o objetivo com que foi criada a marcação “#SennaVive”. Já o exemplo (12) é um tipo de *metatweet*, que apenas fala sobre a posição da *hashtag* nos TTBr (*Trending Topics* Brasil), e com isso contribui com a campanha.

No exemplo (9), observamos uma outra utilização da *hashtag* #sennavive, já que a postagem não faz referência direta ao piloto Ayrton Senna, mas ao sobrinho dele, Bruno Senna. Nesse caso, a própria constituição de palavras da *hashtag* “Senna vive” é utilizada para ligar o assunto da postagem e a marcação, já que, ao usar #sennavive, o usuário provavelmente quer dizer que o nome “Senna” e tudo que ele representa para o mundo do automobilismo está vivo através de Bruno.

Esse “jogo” com a própria constituição da marcação também pode ser visto em (13), em uma postagem humorística, que utiliza a *hashtag* como parte intrínseca da postagem em “Acho q #Sennavive dentro de mim”. Nesse caso, a função de rótulo parece estar em segundo plano, sobressaindo-se uma possível brincadeira com o uso original da *hashtag* para a campanha. Nesse exemplo, se “#sennavive” fosse escrito “Senna vive,” não haveria prejuízo de entendimento, no entanto, ao usar a *hash*, o usuário inclui essa postagem no universo das outras que estão atendendo à função de ajudar a campanha, embora de forma um tanto “subversiva”, dando características de humor a algo que a maioria dos usuários considera um assunto sério. Além disso, esse uso da marcação subverte até mesmo a forma mais comum de entender e usar a

hashtag — como uma única expressão — já que, mesmo que as palavras da *hashtag* estejam juntas, servem a funções sintáticas específicas dentro da postagem (sujeito e verbo) e, portanto, são entendidas separadamente, de acordo com suas relações com outros termos na frase.

Percebemos que o uso das *hashtags* está quase sempre ancorado em usos anteriores, visto que a “primeira” *hashtag* passa por uma adaptação, ou seja, em um determinado período é usada por outros usuários ou não. Se for muito utilizada, virará um marcador mais visível aos outros usuários. Caso contrário, não gerará *link* para outras postagens e também o buscador não encontrará resultados para essa *hashtag* que “não pegou”. Muitas vezes, não é possível recuperar a *hashtag* “original”, já que, nesse meio, o usuário, geralmente, tem contato com o marcador através dos outros usuários. Ou seja, o compartilhamento de *hashtags* funciona de modo um pouco parecido com a brincadeira do “telefone sem fio”, em que a mensagem pode ser repassada com ideias bem diferentes da ideia inicial.

Não há, como era de se esperar, como controlar totalmente os usos da *hashtag*, porque elas são, em grande parte, construídas discursivamente pelos que a utilizam. Os exemplos mostram que, embora o funcionamento das *hashtags* seja diferente quando comparadas umas às outras, dentro da mesma *hashtag* há algumas recorrências formais e funcionais. Essas recorrências se referem à posição da *hashtag* dentro da postagem, como no caso de #prontofalei, e também aos conteúdos mais comumente encontrados nas postagens que contêm as *hashtags*. No entanto, essas recorrências não são fechadas, porque a utilização das *hashtags* depende também da experiência, dos usos comunicativos e dos propósitos do próprio tuiteiro.

Até mesmo a função de rotular, que é a mais comumente atribuída ao uso da etiqueta, não parece ser a única, já que, depois que são constituídas, as *hashtags* passam a ser, de certa forma, de domínio dos próprios usuários, e eles podem usá-la de outras formas que não sejam a de rotular. Esse é o caso, por exemplo, da *hashtag* #sennavive, que, apesar de ter um propósito inicial bem definido, foi utilizada de várias maneiras, conforme os propósitos do tuiteiro e até mesmo dos sentidos que a própria *hashtag* suscita, como falar do próprio piloto Ayrton Senna, do seu sobrinho, etc.

Já em outros casos, as *hashtags* dialogam entre si, como nos exemplos (4) e (6), havendo uma sobreposição de marcações ou uma recategorização do mesmo fato em uma mesma postagem. Nesse caso, em uma mesma pos-

tagem podem coexistir várias *hashtags* sem que o entendimento seja prejudicado. Em (4) — “@FabioCorreia Isso chega a ser #AtitudeDeNojento :@RT: @TodoPobreSonha #AtitudesDePobre colocar agua no vidro de perfume, pra aproveitar a ultima gota” —, por exemplo, as duas *hashtags* utilizadas proporcionam uma reconstrução do conhecimento compartilhado sobre o sentido do conteúdo veiculado na postagem. Nesse caso, o mesmo conteúdo é categorizado por uma *hashtag* como “atitude de pobre” e depois é recategorizado por outra como “atitude de nojento.

As *hashtags* podem ainda modificar a maneira corrente de usá-las, como na postagem (13), em que a *hashtag* é usada para compor a própria postagem e não tanto para rotular o assunto dela. Mais ainda, essas marcações divulgam ideias, produzem popularidade ou servem para que os tuiteiros falem do próprio uso das *hashtags*, como no caso dos *metatweets*.

Como os blogueiros conceituam as *hashtags*

Na *web*, já há muitos *sites* e *blogs* que contêm textos que falam sobre as *hashtags* e sobre o seu “bom” uso. Vejamos alguns deles:

Seu tweet após ser enviado poderá ser visto por muitos e não só por seus seguidores ou quem olhar o seu perfil. Ajuda muito quem procura pessoas que tenham interesses em comum. (HASHTAG, 2009)

As *hashtags* são maneiras de catalogar e conectar tweets sobre um tema específico. É uma forma fácil de você encontrar mensagens relacionadas aos assuntos de seu interesse. (VITALE, 2009)

O uso de *hashtags* pode ser uma ótima maneira de aumentar seu alcance no Twitter e conectar audiência, associando seus tweets a assuntos representativos para seu grupo. (VITALE, 2009)

Algumas pessoas se aproveitam da popularidade de algumas *hashtags* para espalhar suas mensagens na rede. Como já citamos em outros posts, spams são extremamente negativos, portanto, associe sempre conteúdo relevante ao utilizar a *hashtag*. (VITALE, 2009)

Uma hashtag é uma maneira para que outros usuários encontrem informações sobre uma palavra-chave, mesmo que eles não sigam você ainda. É uma ótima maneira de conseguir novos adeptos que estão interessados em seus tweets. (TELLES, 2010)

Nessas caracterizações de *hashtag*, o que fica mais evidente é a possibilidade de conseguir ser mais visto usando essas marcações e de encontrar assuntos de interesse do usuário. Outro ponto interessante é a ênfase na relevância do conteúdo de uma postagem que utiliza *hashtags*. Essas concepções de *hashtag* podem dar indícios do que as pessoas esperam dela e de como a utilizam.

Ao que parece, a função principal da *hashtag* é a de marcar postagens de acordo com os conteúdos nelas contidos, de forma que elas sejam encontradas pelos tuiteiros que tenham interesse nesse conteúdo. No entanto é possível perceber outra função, a de conseguir maior visibilidade no *Twitter*, o que acarreta até a crítica do penúltimo comentário ao uso das *hashtags* apenas para espalhar as mensagens de um usuário, chamadas de “spam” pelo autor, sem que tenham conteúdo significativo. Isso nos permite dizer que as *hashtags* são usadas em favor de fazer parte de uma coletividade no *Twitter*, contribuindo para ela ou simplesmente aproveitando-se da popularidade que ela pode proporcionar.

Existem *hashtags* que são usadas para relatar situações, criar estereótipos, ser útil aos outros usuários etc., mas há também as que são usadas para chamar atenção para a postagem. Isso leva a crer que o marcador pode funcionar como uma “propaganda” do perfil, pois, quanto mais seguidores o perfil conseguir atrair, mais popular será. Essa situação pode ser vista como uma “pretensão” a ser celebridade, que, segundo Miller (2009, p. 63), está relacionada às exigências sociais e “posições-de-sujeito” que surgem na cultura emergente do século XXI.

Considerações finais

Este estudo, como todos os outros que envolvem análises de conteúdos da *Internet*, corre riscos, já que esse “organismo vivo”, que é a *web*, está em constante transformação, podendo assim invalidar com grande rapidez nossas pesquisas. Dessa forma, buscamos, com esta pesquisa, sublinhar al-

guns aspectos sociorretóricos que podem ser percebidos no funcionamento das *hashtags* enquanto *affordance* do *Twitter*.

Verificamos que as *hashtags* funcionam como marcações incorporadas aos *tweets*, mas não apenas marcam um tópico, já que, em grande parte das vezes, são partes essenciais da postagem e, funcionando assim, possuem características singulares. Sendo a *hashtag* uma *affordance*, foi possível observar que ela não tem funcionalidades predefinidas, embora haja certas recorrências, já que interage com o meio e com as exigências sociais que vão surgindo no seu uso.

Embora seja atribuída constantemente a essa ferramenta a função de marcar o assunto da postagem, o que se verifica é que ela funciona também como condensadora de conteúdos compartilhados, atendendo às restrições de caracteres impostas pelo *Twitter*. Além disso, esse tipo de marcação serve à ação conjunta dos usuários em torno de um acontecimento ou ideia e promove “o fazer parte” almejado pelos tuiteiros, já que permite que as postagens sejam visualizadas como parte do fluxo direcionado pela *hashtag*. Há casos em que a *hashtag* é usada de forma não relacionada ao assunto da postagem em que está inserida, o que evidencia o interesse do usuário em fazer parte do fluxo relacionado a ela. Também, através da *hashtag*, o usuário pode ter contato com os seus seguidores e também com usuários fora da sua rede de seguidores, podendo ampliar a discussão em torno de um assunto “marcado”.

ALVES FILHO, Francisco; CASTRO, Bruno Diego de Resende; ALEXANDRE, Leila Rachel Barbosa. #Markwhy - socio-rhetorical functions of hashtags on Twitter. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 85-110, 2012.

ABSTRACT: *This paper examines the socio-rhetorical functions that hashtags perform on Twitter. The relevance of this study is the possibility of more consistent and functional understanding of the potential for socio-rhetorical interaction and action provided by Twitter. We take our stand on the Rhetorical Genre Studies (MILLER, 2009; DEVITT, 2004) which, in addition to allowing the rhetorical examination of genres, also outline analysis of their constituent elements that we believe are largely responsible for actions with genres. Also the notions proposed by Boyd, Golder and Lotan (2010) and Huang, Thornton and Eftimiadis (2010) are observed, authors who reflect on the emergence and development of hashtags in Twitter. The concepts about hypertext from the Marcuschi (2001) and Koch (2007) are addressed in this study as well as the notions of communities, collectives and social networks analyzed in studies conducted by Devitt (2004) and Santaella and Lemos (2010). We observe how (and whether) these concepts cover actions that are produced by twitterers with the use*

of hashtags. We found that the hashtags perform discursive activities that depend on such factors as: the relationship between the profile and hashtag, relevant event in society, social mobilization, among others.

KEYWORDS: *Socio-rhetorical studies. Twitter. Hashtags.*

Referências

ASSIS, P. Hashtags. **Baixaki**. 06 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.baixaki.com.br/download/hashtags.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2011.

BOYD, D.; GOLDER, S.; LOTAN, G. Tweet, Tweet, Retweet: Conversational Aspects of Retweeting on Twitter. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 43, 2010, Koloa. **Proceedings...** Kauai: IEEE Computer Society. Disponível em: <<http://www.computer.org/portal/web/csdl/doi/10.1109/HICSS.2010.412>>. Acesso em: 30 maio 2010.

CASTRO, B. D. R.; ALEXANDRE, L. R. B. São apenas 140 caracteres? Pressões Comunicativas e Transgressões dos limites do Twitter. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 3, 2010, Recife. **Anais Eletrônicos...** Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/nehete/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Bruno-Diego-Castro&Leila-Rachel-Barbosa.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011

CHENG, F. Y. **Classifying Metatweets**. i256: Applied Natural Language Processing Final Project, Berkeley, 2009. Disponível em: <http://courses.ischool.berkeley.edu/i256/f09/Final%20Projects%20write-ups/Cheng_project_final.pdf>. Acesso em: 30 maio 2010.

DEVITT, A. J. Writing genres. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

HASHTAG, o que é e como usar? **Planeta Twitter**, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.planetatwitter.com/2009/08/o-que-e-e-como-usar-hashtag.html>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

HUANG, J.; THORNTON, K. M.; EFTHIMIADIS, E. N. Conversational Tagging in Twitter. In: ACM CONFERENCE ON HYPERTEXT AND HYPERMEDIA, 21, 2010, Toronto. **Proceedings...** Toronto: ACM, p. 173-178. Disponível em: <http://jeffhuang.com/Final_TwitterTagging_HT10.pdf>. Acesso em: 30 maio 2010.

KOCH, I. G. V. Hipertexto e construção do sentido. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 22-38, 2007.

MARCUSCHI, L. A. Linearização, cognição e referência: o desafio do hipertexto. **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, v. 3, p. 21-46, 1999.

_____. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 4, n. 1, p. 79-111, 2001.

MILLER, C. R. **Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia**. Tradução e organização de Judith Chambliss Hoffnagel e Ângela Paiva Dionísio. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes Sociais Digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

TELLES, A. **Bom uso das hashtags pode representar aumento de seguidores no Twitter**. #hashtag, 02 ago. 2010. Disponível em: <<http://idgnow.uol.com.br/blog/hashtag/2010/08/02/bom-uso-das-hashtags-pode-representar-aumento-de-seguidores-no-twitter/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

TOZZI, J.; BAPTISTA, L.; BARCELOS, T. **Twitter**. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://tigubarcelos.files.wordpress.com/2009/07/twitter_versao-final.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2011.

VITALE, C. Como usar as hashtags # no Twitter? **Heat**, 09 set. 2009. Disponível em: <<http://www.heat.com.br/blog/redes-sociais/como-usar-as-hashtags-no-twitter/>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Análise do discurso, p. 8
Construção relativa, p. 47
Contradição, p. 29
Dependência, p. 65
Divulgação científica, p. 8
Dominique Maingueneau, p. 29
Economia, p. 47
Estudos sociorretóricos, p. 86
Formação discursiva, p. 29
Hashtags, p. 86
Hipotaxe de extensão, p. 65
Iconicidade, p. 47
Memória do futuro, p. 8
Opacidade, p. 47
Relação de adição, p. 65
Transparência, p. 47
Twitter, p. 86
Unidades tópicas e não tópicas, p. 47

SUBJECT INDEX

- Contradiction*, p. 45
Dependence, p. 84
Discourse analyses, p. 27
Discursive formation, p. 45
Dominique Maingueneau, p. 45
Economy, p. 63
Hashtags, p. 110
Hypotaxis of extension, p. 84
Iconicity, p. 47
Memory of the future, p. 27
Opacity, p. 63
Relation of addition, p. 84
Relative construction, p. 8
Scientific popularization, p. 27
Socio-rhetorical studies, p. 110
Topical and nontopical units, p. 45
Transparency, p. 63
Twitter, p. 86

ÍNDICE DE AUTORES /
AUTHORS INDEX

ALEXANDRE, Leila Rachel Barbosa, p. 85
ALVES FILHO, Francisco, p. 86
BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira, p. 46
CAMACHO, Roberto Gomes, p. 67
CASTRO, Bruno Diego de Resende, p. 86
OLIVEIRA, Taísa Peres de, p. 25
VOSS, Jefferson, p. 7